

**COORDENAÇÃO DA REVISTA**

Vera Lúcia Puga de Sousa

**CONSELHO EDITORIAL**

Cláudia Costa Guerra  
Dulcina Tereza Bonati Borges  
Eliane S. Ferreira  
Jane de Fátima S. Rodrigues  
Vera Lúcia Puga de Sousa

**CONSELHO CONSULTIVO**

Eni de Mesquita Samara (FFLCH/USP)  
Luzia Margareth Rago (IFCH/UNICAMP)  
Maria Izilda Santos de Matos (PUC/São Paulo)  
Rachel Soihet (UFF)  
Sônia Missaggia Mattos (UFES)  
Tânia Navarro Swain (UNB)  
Joana Maria Pedro (UFSC)  
Glória Careaga (PUEG/México)  
Sonia Montecino Aguirre (Chile/Facultad Ciências Sociales)

**TRADUÇÃO:** Sandra Chaves Gardellari

**CORRESPONDÊNCIA**

NEGUEM

Av. João Naves de Ávila, 2160, Bloco Q – CDHIS  
Campus Santa Mônica – Uberlândia – Minas Gerais  
Cep: 38400-902 – Telefones (034) 3229-2276, 3239-4236 e 3239-4240  
E-mail: cdhis@ufu.br  
Site publicações: www.neguem.ufu.br

**CAPA:** Maria José da Silva

**FOTO DA CAPA:** D. Olívia Calábria

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:** Eduardo M. Warpechowski

**CADERNO ESPAÇO FEMININO** é uma publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), da Universidade Federal de Uberlândia – EDUFU. Revista Indexada no Data Índice de Ciências Sociais – IMPERJ, Qualificada pela CAPES.

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**REITOR:** Arquimedes Diógenes Cilone

**VICE-REITOR:** Elmiro Santos Resende

**DIREÇÃO EDUFU:** Maria Clara Thomaz Machado

EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia  
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco A, Sala 1A – Santa Mônica  
Cep 38408-100 – Uberlândia-MG  
Telefax: (34) 3239-4293 / Fone: 3239-4512  
www.edufu.ufu.br / e-mail: livraria@ufu.br

# SUMÁRIO

---

Apresentação ..... 5

## DOSSIÊ: GÊNERO E REPRESENTAÇÕES: HISTÓRIA, IMAGENS E LITERATURA

Visíveis e invisíveis grades. Vozes das mulheres  
na escrita afro-descendente ..... 13  
*Heloisa Toller*

Identificação e diferença: o jogo dos opostos  
na articulação do discurso ..... 27  
*Íris Helena Guedes de Vasconcelos*

Relações perigosas: gênero e etnia na construção  
de um Brasil mestiço ..... 43  
*Cristina Scheibe Wolff*

Francesas no Rio de Janeiro: trabalho, sonhos  
e ousadias (1816-1822) ..... 61  
*Lená Medeiros de Menezes*

Um espaço feminista no universo masculino  
do Pasquim ..... 83  
*Maria da Conceição Francisca Pires*

Das desventuras de ser doutora ..... 103  
*Sueby Gomes Costa*

## ARTIGOS

La feminización de la pobreza en el medio  
rural de México ..... 117  
*Carlos Fonseca Hernandez e Maria Luíza Quintero Sato*

CADERNO ESPAÇO FEMININO	UBERLÂNDIA	VOLUME 12	N. 15	Ago./Dez. 2004
-------------------------	------------	-----------	-------	----------------

Imágenes femeninas en el México decimonónico.  
Las mujeres Veracruzananas en la literatura de viaje ..... 131  
*Rosa Maria Spinoso Arcocha de Montandon*

Às escuras: a mulher como ré nos processos criminais.  
Uberlândia – Anos 1950-60 ..... 165  
*Vera Lúcia Puga de Sousa*

#### BIOGRAFIA

Olívia Calábria: a mulher e a militante ..... 181  
*Viviane de Souza Lemes*

Entrevista com D. Olívia Calábria ..... 191  
*Jane de Fátima S. Rodrigues*

---

ISSN 1516-9286

#### **Universidade Federal de Uberlândia**

Instituto de História

Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS

Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher – NEGUEM

Periodicidade: Semestral

Tiragem: 600 exemplares

**Pede-se permuta**

**Pédese cange**

**On demande échange**

**We bitten um austausch**

**Si richiede lo scambio**

CADERNO ESPAÇO FEMININO, v. 12, n. 15, Ago./Dez. 2004

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro  
de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), NEGUEM.

Semestral (vol. 12, n. 15, publicada em Março de 2005)

## APRESENTAÇÃO

---

Apresentar uma obra e sua autoria não é tarefa fácil principalmente em se tratando do Caderno Espaço Feminino do Núcleo de Estudo de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher (NEGUEM) da Universidade Federal de Uberlândia que, ao longo de sua trajetória, não tem poupado esforços para produzir e tornar público a reflexão sobre Gênero e História das Mulheres.

A temática das relações de gênero, sexualidades, feminilidades e masculinidades tem-se imposto tanto na academia quanto fora dela. Pesquisas oriundas de diversas partes do país, bem como a inclusão do debate nas políticas públicas e ações afirmativas visibilizam a importância de questões, muitas delas consideradas de foro íntimo e por isso mesmo, privadas.

A contribuição dos temas aqui veiculados para além da reflexão teórica e metodológica aponta para a consolidação cada vez maior dos estudos de gênero e da repercussão do Caderno Espaço Feminino, tanto em nível nacional quanto internacional.

Para atender a demanda de leitores (as) cada vez mais exigentes, este número agrega a esta publicação um dossiê, organizado por Cristina Scheibe Wolff e Lúcia Possas, intitulado “*Gênero e representações: história, imagens e literatura*”, incorporando seis temas apresentados no XXII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH realizado em João Pessoa, no período de 27 de julho a 1º de agosto de 2003; dois artigos em espanhol, e uma biografia feminina no cenário uberlandense.

Esta seção biográfica tornar-se-á uma constante neste veículo, uma vez que objetiva tirar do anonimato ações de mulheres que interferiram no cenário político, econômico, social e cultural de Uberlândia.

Na sessão de artigos, Carlos Fonseca Hernandez e Maria Luiza Quintero Sato com o tema, *La feminización de la pobreza en el medio rural de México* revelam com traços fortes a precariedade das condições de vida dos setores menos favorecidos da sociedade mexicana, em especial, a situação das mulheres. Demonstram as agruras da migração e da discriminação de gênero no meio rural e urbano e as políticas públicas do governo para contornar o problema.

Rosa Maria Spinoso Arcocha de Montandon convida-nos através do olhar dos viajantes estrangeiros que visitaram o estado de Veracruz durante o século XIX, a conhecer o cotidiano feminino. Bonitas ou feias, tristes ou alegres, as veracruzanas foram retratadas e interpretadas a partir de uma cultura que não lhes era próprio. Através destas narrações criaram-se clichês e estereótipos que ainda estão presentes na sociedade atual.

Vera Lúcia Puga de Sousa trabalhando a intolerância, a violência e as diferenças entre ser homem e ser mulher no Brasil, especificamente em Uberlândia (anos 1950-60), analisa os discursos, médicos, jurídicos e sociais que acabaram por fortalecer padrões, tradições, normas comportamentais, e paradigmas culturais da construção do homem e da mulher no século vinte.

Sem sombra de dúvida estes artigos dão um enorme peso a esta publicação que foi brindada pela excelência das temáticas que refletem questões teóricas e metodológicas na discussão de gênero.

Como já enfatizamos, a partir desta edição o Caderno Espaço Feminino apresentará ao (à) leitor (a) uma seção biográfica. A proposta é visibilizar as mulheres que se destacaram em Uberlândia através de intervenções na sociedade local. Tem como principal objetivo tirar do obscurantismo as ações de mulheres que, com o passar do tempo, foram esquecidas ou não valorizadas. Estas, muitas vezes relegadas em detrimento de uma memória oficial que prioriza os líderes incontestes do município ou, por estarem

em espaços menos “visíveis” do social, mas nem por isso menores.

Esta primeira biografia registra a trajetória de vida de uma mulher que se destacou a combater as desigualdades e injustiças sociais. Olívia Calábria emerge pela escrita de Viviane Lemos que com carinho, apego e admiração — diga-se de passagem, exprime o que as(os) uberlandenses sentem por ela — conduz o(a) leitor(a) a conhecer de perto esta pessoa. Mais que uma militante convicta soube ser gente, humana, solidária. Simples, frágil e discreta, mas forte, combativa e que incomodava. Na sua ânsia pela transformação social da ótica do mercado pelas relações solidárias, fraternas e justas “maternou” uma legião de pessoas a acreditar na utopia.

Juntamente com este artigo reproduzem-se trechos de uma entrevista concedida por Olívia Calábria a Jane de Fátima Silva Rodrigues, em 1986, com ênfase em sua militância política. Olívia Calábria inaugura esta nova seção deste Caderno que, com certeza, há de revelar inúmeras memórias dos feitos femininos.

Enfim, O Conselho Editorial do Caderno Espaço Feminino convida a todos(as) a mergulharem no prazer desta leitura que certamente será profícua.

*Jane de Fátima Silva Rodrigues*  
MEMBRO DO CONSELHO EDITORIAL

## Gênero e Representações: História, Imagens e Literatura

**Cristina Scheibe Wolff**  
**Lídia Vieira Possas**

Organizadoras

Os artigos que compõem este dossiê foram apresentados durante o XXII Simpósio Nacional de História – ANPUH, realizado em João Pessoa/Paraíba no período de 27 de julho a 1º de agosto de 2003. Eles compuseram, entre outros, as seções de debates propostas pelo Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero, para os Simpósios Temáticos que envolveram pesquisadoras e docentes de várias Universidades do país, visando debater e aprofundar questões relacionadas ao Gênero. Sem pretender que estes artigos possam dar uma idéia da grande extensão e riqueza dos estudos de gênero na atualidade da academia brasileira, acreditamos que esta pequena seleção de textos é bastante representativa dos caminhos que vem tomando a história das relações de gênero no Brasil, suas temáticas e seus diálogos interdisciplinares.

O campo dos estudos de gênero na história ainda é bastante identificado com a história das mulheres, um termo remete quase que imediatamente ao outro. O gênero feminino continua como o principal objeto de estudo dos trabalhos aqui apresentados. Tanto de uma maneira mais ligada a uma história social, como no artigo *Francesas no Rio de Janeiro: trabalho, sonhos e*

*ousadias (1816-1822)* de Lená Medeiros de Menezes, que apresenta o trabalho e a vida de imigrantes francesas no Rio de Janeiro da Corte, como nos artigos que se aproximam mais de uma história cultural e de suas trocas com a literatura, a antropologia e as linguagens.

O gênero trouxe, entretanto, um importante aporte à história das mulheres, uma categoria de análise que mostra a indissociabilidade das mulheres, enquanto objeto de estudo de sua construção social, cultural e política.<sup>1</sup> É assim que as representações adquirem grande notoriedade nas análises de gênero, pois começamos a pensar, a partir das propostas da nova história cultural, que os jogos de representação e linguagem não são “simples jogos de palavras” mas complexos jogos sociais, que envolvem conflitos políticos e modos de vida.<sup>2</sup> É assim que estas representações de gênero parecem ser o material analisado em diversos dos artigos aqui expostos, seja na obra de Nelson Rodrigues, evocada no artigo de Íris Helena G. de Vasconcelos, *Identificação e diferença: o jogo dos opostos na articulação do discurso*, seja na escrita de mulheres afro-descendentes norte-americanas ou brasileiras, como aparecem no artigo de Heloísa Toller, *Visíveis e invisíveis grades. Vozes das Mulheres na escrita Afro-descendente*, ou nas páginas da chamada imprensa alternativa, analisadas por Maria da Conceição Francisca Pires em *Um espaço feminista no universo masculino do Pasquim*, ou ainda nas imagens de mulheres indígenas construídas no cinema, na televisão e na publicidade na comemoração dos “500 anos” do Brasil, objeto do artigo de Cristina Scheibe Wolff, *Relações perigosas: gênero e etnia na construção de um Brasil mestiço*.

É a partir das representações, imagens, linguagens, que os estudos de gênero buscam afastar-se de uma posição ligada a um “fundamentalismo biológico” que, no dizer de Linda Nicholson ainda fundamenta muito da reflexão feminista acadêmica atual. Segundo esta autora, apesar de reconhecerem o caráter histórico e cultural das relações de gênero, das formas como as

<sup>1</sup> SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.15, n. 2, p.5-22, jul./dez., 1990.

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand/Lisboa: Difel, 1988.



sociedades humanas constituem os papéis masculinos e femininos, estes papéis continuam a serem vistos como colados aos corpos sexuados, fatos biológicos irrefutáveis, “... o ‘sexo’ permanece na teoria feminista como aquilo que fica de fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino”.<sup>3</sup>

O trabalho com as representações permite, assim, um primeiro passo no sentido de desvincular-se deste fundamentalismo, o passo de colocar a cultura no centro da análise e a partir daí ver como a cultura também constrói corpos, identidades, materialidades.<sup>4</sup>

Neste sentido, o texto de Suely Gomes Costa, *Das desventuras de ser doutora*, parece cair como uma luva ao encerrar o dossiê com uma análise lúcida e instigante sobre as experiências vividas por estas mulheres que constroem saberes em nossa sociedade em que ainda o gênero conforma tantos comportamentos, interdições, sanções, e mesmo desejos e aspirações. Este dossiê mostra que os estudos de gênero têm já um espaço importante conquistado na academia, na área da História e de seus diálogos interdisciplinares, mas também, que ainda há muito a ser feito e conquistado, o que, de certa forma, renova nossa vontade de continuar este trabalho.

<sup>3</sup> NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, vol.8, n.2, Florianópolis, p.9-42; p.10.

<sup>4</sup> HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22(2):15-46, 1997.

# “ Visíveis e invisíveis grades”: vozes de mulheres na escrita afro-descendente contemporânea

Heloisa Toller Gomes

“... pedaços de tempo que agora destampo.”

(Marilene Felinto, “O Espelho da Falha”, *Postcard*, 1991)

Este trabalho diz respeito à expressão discursiva de mulheres afro-descendentes nas Américas. Embora a temática transcenda limites nacionais e cronológicos, assim como fronteiras entre manifestações culturais ditas “cultas” e “populares” e entre o discurso escrito e expressões da cultura oral, circunscrevemos aqui a discussão à produção escrita do Brasil e dos Estados Unidos durante o século XX. Não nos referimos, nesse

*Heloisa Toller Gomes*. Doutora em Letras pela PUC-RJ. Lecionou na Graduação e na Pós-graduação da PUC-RJ (1970-1992), na Universidade Gama Filho (1977-1983) e na UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1992-2002). Dedicou-se à Literatura Comparada, investigando as interseções entre a Literatura e as Ciências Sociais, e tem pesquisado sobre a questão cultural afro-brasileira e afro-descendente desde a publicação de seu primeiro livro, *O Poder Rural na Ficção* (SP, Ed. Ática, 1981). É autora também de *O Negro e o Romantismo Brasileiro* (SP, Atual Editora, 1988) e de *As Marcas da Escravidão* (RJ, Ed. UFRJ/EDUERJ, 1994). Mais recentemente, organizou a edição crítica e traduziu *As Almas da Gente Negra*, de W.E.B. Du Bois, até então inédito em língua portuguesa (RJ, Lacerda Editores/Nova Fronteira, 1999). Tem publicado em revistas literárias no Brasil, nos Estados Unidos e na Argentina. Atualmente é pesquisadora do LEDDES (Laboratório de Estudos sobre Diferenças e Desigualdades Sociais) do Mestrado em História Política da UERJ, onde coordena a linha de pesquisa “Identidades e Alteridade”, e cursa o Pós-Doutorado do PACC (Programa Avançado de Cultura Contemporânea) da ECO-UFRJ.

sentido, a qualquer escrita feminina em geral, mas sim àqueles textos marcados por um cunho fortemente social e de gênero. Sua expressão está indissolivelmente associada à condição de mulher negra das respectivas autoras, que vêm-se inseridas e engajadas na própria contemporaneidade, com a consciência indelével de compartilharem de um passado comum — passado este atravessado pela escravidão, pela diáspora e pelas marcas da discriminação racial e sexual.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Tal comprometimento cultural com a condição de origem, conforme escreve Márcio Barbosa em *Questões sobre Literatura Negra*, “é, sobretudo, temporal e gerada por uma opção consciente. Uma opção que depende unicamente do escritor e seu direcionamento aos problemas do seu grupo social é que vai defini-la.” In: *Reflexões sobre Literatura Brasileira*. São Paulo, Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1985. p.51.

<sup>2</sup> “[Na análise de enunciados, quando] entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se poderia definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dir-se-á, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* — evitando, assim palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Michel Foucault, *A Arqueologia do Saber*, Petrópolis, Vozes, 1972. p.51. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves.

Espraiando-se nas mais diversas regiões das Américas, dos séculos escravistas aos dias de hoje, e manifestando-se principalmente na literatura poética, autobiográfica e ficcional, esta escrita de mulheres exhibe particularidades que a diferenciam e identificam dentro da própria literatura negra. Ela tem-se acrescido, nos últimos cem anos, de valiosas contribuições no domínio das ciências sociais e da crítica literária, vindo a ser um objeto privilegiado para investigações de manifestações culturais como, por exemplo, a literatura comparada e os modernos estudos culturais. Grande massa de coisas ditas e escritas, tal produção cultural apresenta, pois, traços comuns e reconhecíveis. Ela constitui uma “formação discursiva”, se quisermos utilizar a terminologia de Michel Foucault que, em *A Arqueologia do Saber*, assim caracterizou agrupamentos de textos que carregam em si pressupostos culturais semelhantes, discursivamente dados, marcados por conjunturas históricas específicas.<sup>2</sup>

A escrita (da mulher) negra é construtora de pontes. Entre o passado e o presente, pois tem traduzido, atualizado e transmutado em produção cultural o saber e a experiência de mulheres através das gerações. Do mesmo modo, pontes entre experiências de autoras de diferentes idiomas e nacionalidades que possuem a paixão do narrar, a crença na compreensão através da palavra — em suma, na capacidade que tem a palavra de intervir. Assim, a palavra é por elas utilizada como ferramenta estética e de fruição, de auto-conhecimento e de alavanca do mundo. Quando

literatura propriamente dita, e dada a densidade metafórica da construção ficcional e poética, a escrita de que falamos produz mundos alternativos solidamente fincados na realidade social. “E sonho nas contas de meu rosário lugares, pessoas, vidas que pouco a pouco descubro reais”, sintetizam os versos de Conceição Evaristo, no poema “Meu Rosário”.<sup>3</sup>

Essa escrita de mulheres constrói pontes, também, entre domínios tradicionalmente apartados, como a cultura erudita e a popular — em grande parte porque a textualidade africana tem como referência matricial a oralidade, cujo manancial alimenta e marca a sua descendência. A transcrição das matrizes discursivas negras na literatura afro-descendente constitui uma problemática crescentemente estudada nos Estados Unidos por teóricos como Henry Louis Gates e Houston Baker, manifestando-se fortemente na expressão ficcional, poética e dramática de autoras negras do século XX como Zora Neale Hurston, Shirley Graham Du Bois, Margaret Walker, Gwendolyn Brooks, Nikki Giovanni, Sonia Sanchez, Alice Walker, Toni Morrison, Gayl Jones.<sup>4</sup>

Em “A oralitura da memória: narrativas orais fundadoras”, Leda Maria Martins chama a atenção para a vitalidade da tradição ágrafa africana na produção literária afro-descendente nas Américas, a impregnar uma diversificada territorialidade de linguagem e expressão. Exemplificando com as narrativas dos Reinados Negros, ou Congadas, no Brasil, a teórica mineira observa aquilo que pode ser igualmente atribuído a todo o continente americano:

*“Esse diálogo com os repertórios textuais de origem banto e nagô amplia nosso universo referencial e cognitivo, nos oferece possibilidades diversas de fruição estética, alcançando, ainda, a presença ostensiva desses repertórios e rizomas textuais como fundantes da diversificada textualidade oral brasileira”.*

Constatando a força de tal oralidade, Leda Martins

<sup>3</sup> Conceição Evaristo, “Meu Rosário”. *Cadernos Negros 15*. São Paulo, Quilombhoje/Edição dos Autores, 1992. p. 23-24.

<sup>4</sup> Ver, a respeito, *Black Literature & Literary Theory*. Henry Louis Gates, Jr. (ed.). New York and London, Methuen, 1984; Stelamaris Coser, *Bridging the Americas: The Literature of Paule Marshall, Toni Morrison, and Gayl Jones*. (Philadelphia, Temple University Press, 1995), onde se lê: “As concepções de literatura que unem [Paulle] Marshall, [Toni] Morrison e [Gayl] Jones a García Márquez e a [Carlos] Fuentes vinculam-se à recuperação da memória através da tradição de contar histórias herdada de mães e avós.” p.14; também *Race Woman: The Lives of Shirley Graham Du Bois, Gerald Horne*: “[A peça teatral *It’s Morning*, de Shirley Graham Du Bois] inovadoramente insere os ritmos e a cultura oral da África numa estrutura arisototélica tradicional”. N.Y.& London, New York University Press, 2000. p.17 (traduzi as passagens acima).

propõe o conceito de “oralitura”:

*“Todo esse repertório e saberes vêm, há séculos, sendo transcritos pela memória oral. A esses atos e enunciação denominei oralitura, matizando nesse termo a singular inscrição ágrafa do registro oral que, como littera, letra, escreve o sujeito no território narratário e enunciativo das Américas; imprimindo, ainda, no neologismo, seu valor de litura, rasura da linguagem, alteração significativa, fundadora da diferença e da alteridade dos sujeitos, da cultura e de todas as suas representações simbólicas”*<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Leda Maria Martins, “A oralitura da memória: narrativas orais fundadoras”. In: *Nações/Narrações. Nossas Histórias e Estórias*. Rita Terezinha Schmidt (org.). Porto Alegre, ABEA, 1997, p. 41 e 53. Mais recentemente, no desenvolvimento de sua teorização, a mesma autora publicou “A oralitura da memória”, in *Brazil Afro-Brasileiro*. Maria Nazareth Soares Fonseca (org.). Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

Traço constitutivo na escrita das mulheres afro-descendente, a oralidade será o primeiro aspecto a desenvolver com a ajuda, de início, da poesia de Carlos Drummond de Andrade. O poema “Infância” de Drummond representa um olhar de fora sobre a nossa questão, pois que ele, o poeta/narrador, ali se apresenta como “menino antigo”, vinculado à classe senhorial. Sem pretender efetuar uma leitura abrangente do texto, colho apenas um dos fios de sua trama poética nos três versos que se seguem e que se situam, *grosso modo*, na seção central do poema:

*No meio-dia branco de luz uma voz que aprendeu  
a ninar nos longes da senzala — e nunca se esqueceu  
chamava para o café*<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Carlos Drummond de Andrade, “Infância”. *Alguma Poesia – Obra Completa*. Rio de Janeiro, Companhia José Aguilar Editora, 1967. p.53-54.

A voz discretamente convocada, como que vinda das sombras, traz ao “meio-dia branco de luz” uma certa mulher negra, associada a um passado ao qual não remetem os outros personagens da cena textual — o menino que lê, a mãe que cose, o pai que campeia no mato, a criança pequena que dorme no berço. Ao assinalar o destacamento, o afastamento radical entre casa-grande e senzala — nos “longes da senzala” — o poema re-estabelece os parâmetros escravistas da escravidão e os perpetua, malgrado toda a placidez aparente do quadro. Foi lá, naqueles “longes da senzala”, que a “preta velha” (diz a letra do texto)

aprendeu a ninar, e “nunca se esqueceu”. Nunca se esqueceu, de ninar? Ou da própria senzala? Cabe uma resposta que inclua as duas hipóteses. Não se esquecendo de ninar, ela mantém a toada do ninar na voz. Não se esquecendo da senzala, *sua voz re-instaura a memória da escravidão no cotidiano pós-escravista*.

Uma leitura apressada pode identificar, aqui, a convencional homenagem à figura da “mãe preta”. Outra leitura mais cuidadosa percebe a alusão à mulher negra como condutora da memória através da voz, como senhora da oralidade e da lembrança. (Seria interessante prosseguir, associando e contrapondo, no poema, o personagem “Robinson Crusóe”, do célebre romance de Daniel Defoe — signo da narração escrita e, portanto, da linguagem culta, européia — à figura da “preta velha” no poema de Drummond — signo da oralidade e, portanto, da vertente cultural de cunho popular: afro-brasileira. Mas isto transcenderia os objetivos deste trabalho.)

Em “Infância”, entretanto, a voz da “preta velha” apenas fala pelo outro, ou seja, faz uso de sua palavra *em função do outro*: “chamava para o café”. A narração, repetimos, dá-se em primeira pessoa, a partir do fio da memória daquela criança, habitante da casa grande. O poema não confere à “preta velha” uma voz própria. Posto isso, mudaremos agora, e por necessidade, o rumo da discussão, pois é basicamente como sujeito do próprio discurso que a mulher negra e sua produção cultural serão aqui abordadas. A distinção é de importância capital: ao recusar ser (apenas) falada pelo outro, ao recusar a fala pelo outro e não por si própria (e seu correlato, ou seja, o conhecimento de si mesma a partir da visão de um outro), a mulher negra dona de uma voz, autora de uma escrita, desmentirá a impostura da afasia a ela atribuída por toda uma tradição de base escravista.<sup>7</sup>

A evocação drummondiana é, contudo, de extrema utilidade neste espaço, porque põe em foco *a força da oralidade associada à memória*, vinculando-a à voz da

<sup>7</sup> Se enveredássemos pelos labirintos ainda insuficientemente explorados do discurso oral, com frequência clandestino, de mulheres negras, quer na militância abolicionista, quer através da espiritualidade, quer em entranhadas combinações de ambas, ou também por outras modalidades discursivas como o canto, a dança, a arte em geral, incluiríamos nesta discussão a expressão de mulheres como Luiza Mahim, mãe de Luiz Gama, no Brasil, ou Sojourner Truth, abolicionista norte-americana, entre tantas outras, as quais fizeram-se ouvir, sem deixarem o legado de uma produção escrita. Em *Mito e Espiritualidade: Mulheres Negras*, Helena Theodoro aborda esta problemática. A respeito de mulheres que viveram em tempos mais próximos de nós, ela escreve: “Clementina de Jesus foi um documento vivo d[as] raízes africanas, além de representar as batucadas e os partidos cantados nas rodas de samba e candomblés das casas das famosas tias baianas do início do século [xx], bem como as modas de viola que ouvia de sua mãe, que as recebeu como herança de nossos antepassados. Mãe Quelé era a força dramática do canto negro em sua expressão máxima, por ter raízes profundas em um processo civilizatório africano, que se apóia na tradição — comunhão com a coletividade — caracterizadora da identidade cultural do negro no Brasil.” Rio de Janeiro, Pallas, 1996. p.119-120.

mulher negra. Primeiro traço a enfatizar, a oralidade, traço constitutivo da textualidade africana e afro-descendente, estará presente como construção retórica, como técnica estilística e como motivação temática, propulsora da memória sempre reagenciada na escrita de mulheres negras.

Cabe agora indagar: dada a dimensão colossal do passado de diáspora, escravidão e discriminação com que a autora negra se depara, de que forma ela, agente de sua fala/escrita, rememora, avalia e elabora esse passado sem que o passado impere em sua *praxis* cultural? Em outras palavras: como se dá, em termos de realização intelectual e estética, a “escavação” de que fala Toni Morrison ao explicar a gênese de seu romance *Beloved*?<sup>8</sup>

<sup>8</sup> O escrever torna-se utensílio tanto de “escavação” quanto de “recreação” — segundo Toni Morrison, referindo-se à gênese de *Beloved* (1987). Apud Carole Boyce Davies, “Mobility, Embodiment and Resistance.” *Black Women, Writing and Identity – Migrations of the Subject*. London & New York, 1994. p.136.

A questão se esclarece na verificação de que, através de um tratamento mais antropológico do que arqueológico do passado, quer na literatura, quer nas ciências sociais, essa escrita enfoca primordialmente o ser humano — conquanto configurado, ou desfigurado, por aquele passado que é parte de sua herança. Em seus momentos mais densos, a escrita de mulheres afro-descendentes confere um caráter dinâmico ao passado, acionando-o de tal modo que este incessantemente problematiza o presente e interroga o futuro. A dramatização desse enlace de temporalidades realiza-se no poema de Conceição Evaristo que se intitula, pertinentemente, “Vozes-Mulheres”:

*A voz de minha bisavó ecoou  
criança  
nos porões do navio.  
[...]  
A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.  
  
A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta*

*no fundo das cozinhas albeias*

[...]

*A minha voz ainda  
ecoava versos perplexos  
com rimas de sangue*

e

*fome.*

*A voz de minha filha*

*recolhe todas as nossas vozes*

[...]

*recolhe em si  
a fala e o ato.*

*O ontem — o hoje — o agora.<sup>9</sup>*

Na escrita das mulheres negras — “com rimas de sangue e fome”, diz o poema — inscreve-se a marginalização sócio-econômica, a privação de quase tudo. São “visíveis e invisíveis grades”, para lembrarmos a metáfora de Conceição Evaristo que intitula este trabalho.

Por mais individualizado e introspectivo que possa ser este grande texto múltiplo, polifônico, vocalizado e escrito por tantas mulheres, ele não é idiossincrático, não privilegia o culto dos temperamentos ou das sensibilidades exacerbadas. Seu cimento é a história. Assim, quer através da poesia, da ficção ou de outras modalidades discursivas, ele narra as suas versões da história, denunciando os mecanismos de exclusão no curso dos acontecimentos que, secularmente, têm regido e organizado a história das nações.

Antecipando um diálogo com “Vozes-Mulheres”, e trabalhando um motivo sempre recorrente na escrita africana e afro-descendente — o encadeamento do povo negro através das gerações de mulheres<sup>10</sup> — o romance de Zora Hurston, *Their Eyes Were Watching God*, (recentemente traduzido no Brasil com o título *Seus Olhos Viam Deus*) veicula a ótica daquelas narrativas que se encadeiam, geração a geração, na tessitura da

<sup>9</sup> Conceição Evaristo, “Vozes-Mulheres”. *Cadernos Negros 13*. São Paulo, Quilombhoje/Edição dos Autores, 1990. p.32-33.

<sup>10</sup> Por exemplo, Marina Gasse, do Quênia, no poema “The Village”, escreve: “Old women dark and bent/ Trudge along with their hoes/ To plots of weedy maize./ Young wives with donkeys/ From cockcrow to setting of the sun/ Go about their timeless duties,/ Their scraggy figures like bows set in a row,/ Plod up and down the rolling village farms/ With loads on their backs/ And babies tied to their bellies.” (“Anciãs escuras, encurvadas/ Arrastam-se com seus ancinhos/ Até as plantações de milho bravo./ Jovens esposas, com os burricos,/ Do cantar do galo ao por do sol/ prosseguem suas obrigações atemporais,/ Figuras descarnadas como setas em fileiras,/ Elas sobem e descem, labutando nos campos ondulados da aldeia/ Os fardos às costas/ E criancinhas atadas ao ventre.” Trad. minha) In: *The Penguin Book of Modern African Poetry*. Ed. Gerald Moore and Ulli Beier. Penguin, 1998. p.155.



trama ficcional. Ali, as perspectivas existenciais e expressivas são exibidas em seus extremos contrastes — desde a anciã, narrando, em retrospecto, a experiência de cativo e de libertação, a Janie, sua neta, cujo trajeto de vida vai da submissão à autonomia sexual e pessoal, tornando-se ela dona de si e autora assumida de sua palavra. Uma passagem do romance de Hurston é emblemática, na medida em que a narração ficcional, enganosamente simples, desnuda a forma como a comunidade negra foi usada por forças maiores no processo histórico (no caso, dos Estados Unidos) e denuncia as construções hegemônicas da história e do saber. A avó (obviamente, uma figura ancestral) relata o que representou para ela, e para os seus, a rendição do Sul escravista, ao final da guerra civil norte-americana:

*Naquele dia, o grande sino tocou em Atlanta e todos os homens de uniforme cinzento tiveram que [...] enterrar suas espadas no chão pra mostrar que nunca mais lutariam em defesa da escravidão.*

Então, a gente soube que estava livre.<sup>11</sup> (grifo meu)

<sup>11</sup> Zora Neale Hurston, *Their Eyes Were Watching God*. New York, Harper & Row, 1937. p.18. A tradução de passagens do romance de Hurston, aqui, é de minha autoria. O romance foi recentemente traduzido e publicado no Brasil, com o título *Seus Olhos Viam Deus* (Record, 2002).

Através de uma plasticidade cinematográfica em seu dinamismo, a narração introduz o olhar, a reflexão, a palavra daquela que representa e reinterpreta os verdadeiros protagonistas do drama, metamorfoseados contudo em coadjuvantes, de preferência mudos, da própria história e da história do país. Preenchendo lacunas e silêncios, a voz da mulher escrava invade o território da esfera pública, exorciza tabus e ausências, quebrando as grades, visíveis e invisíveis, do interdito.

Este episódio no livro de Zora Neale Hurston parece dialogar com o poema brasileiro “Fato” de Esmeralda Ribeiro o qual, décadas mais tarde, avaliaria a passagem da escravidão à liberdade, desta vez em nosso país. O texto sintetiza, à moda de um haicai ou de um poema concretista:

Aboliram Escravidão

A

não condição<sup>12</sup>

No tratamento da situação das mulheres, em suas relações dentro e fora da comunidade negra, a escrita de autoras afro-descendentes torna-se insistentemente reivindicatória. Em *Mito e Espiritualidade: Mulheres Negras*, Helena Theodoro corrobora, nas ciências sociais, o que ensinam a ficção e a poesia:

“[O] *sexismo, a discriminação sexual, o racismo e a discriminação racial* [...] tornam as mulheres negras o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira. Mais de 80% das trabalhadoras negras são de baixa renda, vivendo, principalmente, em favelas e bairros da periferia, sendo constantemente discriminadas por serem mulheres, negras e pobres”.<sup>13</sup>

Em variados domínios e formas de expressão sempre intercomunicantes, verifica-se, nessa formação discursiva, uma complexa conjugação entre a preocupação social, a consciência de ser mulher e a expressão estética. Abolindo fronteiras e dualismos artificiais (culto *versus* popular, nacional *versus* estrangeiro, assim como a separação acadêmica entre gêneros literários) ela abarca múltiplas percepções da realidade, tecendo o real, o ficcional e o imaginário. Tudo isto é assim elaborado por Miriam Alves:

“Em geral a tendência da escritora negra é se engajar na luta do homem, chamada de geral. A especificidade de ser mulher escritora que aflora nos trabalhos passa então desapercibida. (...) A arte é liberdade, libertação. A minha arte é engajada comigo. Eu sou o quê? Eu sou negra, mulher, mãe solteira, empresária, filha, funcionária, militante. (...) Se eu não consigo falar num conto, eu vou falar num poema. Se eu não consigo no poema, eu escrevo uma novela. Se eu não consigo numa novela, eu tento um romance.

<sup>12</sup> Esmeralda Ribeiro, “Fato”. In: *Enfim... Nós / Finally... Us – Escritoras Negras Brasileiras Contemporâneas / Contemporary Black Brazilian Women Writers*. Eds. Miriam Aparecida Alves & Carolyn Richardson Durham. Colorado Springs, Three Continents Press, 1994-1995. p.86.

<sup>13</sup> Helena Theodoro. *op. cit.*, p.43-44. No mesmo livro de 1996, lê-se também: “Dentro do sistema capitalista, (...) a mulher negra é a mais explorada, já que em termos de divisão racial e sexual do trabalho ela ocupa os mais baixos escalões, sobretudo no setor agrícola, onde equivale a cerca de 60%. Na medida em que a carteira profissional assinada é uma garantia para o trabalhador, constata-se que apenas 37% das mulheres negras trabalhadoras possuem carteira assinada.” O *Boletim Eparvi Online* da Casa de Cultura da Mulher Negra, Santos/SP, edição julho 2003 (ccmnegra@uol.com.br), acrescenta novos dados à questão: “Na proximidade do dia 25 de julho, Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe, nós, cerca de 36 milhões e 300 mil mulheres negras do Brasil, constatamos o grande desafio que temos para mudar estatísticas como esta da Fundação Seade: enquanto a esperança de vida para as mulheres brancas é de 71 anos, 40,7% das mulheres afro-descendentes morrem antes dos 50 anos (pesquisa no município de São Paulo, em 1995). O Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG), que mede as desigualdades en-

tre homens e mulheres nos países, revela quantas barreiras diferenciadas e superpostas enfrentam as mulheres que têm a pele negra: no Brasil, segundo a classificação do IDG, os homens brancos estão em 41º lugar, as mulheres brancas estão em 69º lugar, os homens afro-descendentes em 104º lugar e as mulheres afro-descendentes ocupam o 114º lugar, com o menor índice de qualidade de vida.” (Alzira Rufino, Editorial).

<sup>14</sup> Miriam Alves, “Pedacos de Mulher”, Entrevista de 1995. Apud Leda Maria Martins — texto referido a seguir (nota 15), p.220.

*Se eu não conseguir em nada disso, quem sabe uma história em quadrinhos resolve? São os meus instrumentos. A literatura é o meu instrumento. Se eu conseguir me comunicar enchendo o papel de vírgula, e o leitor entender que eu estou falando do lugar onde o Brasil se instala, da miserabilidade em que a população negra se encontra, se eu conseguir falar com vírgulas, eu vou encher o papel de vírgula.”<sup>14</sup>*

Atravessada por um forte sentido de urgência (“falando do lugar onde o Brasil se instala”), a escrita assim produzida faz uso recorrentemente de uma certa técnica de composição que Leda Maria Martins, em *Arabescos do Corpo Feminino*, caracteriza como “retórica de retalhos”:

*“[Nessa escrita feminina] os objetos, situações, figuras e temas evocados são elaborados de restos e resíduos do cotidiano, alinhavados numa partitura que prima pela justaposição de contrastes, cores, desenhos e traçados aparentemente destoantes e desalinhados, que se conformam numa uniformidade assimétrica, como um tecido que se fabricasse por um ritual corriqueiro do uso do diverso. A artesanania da escrita é o fio que transforma esses retalhos e resíduos do cotidiano em novos engenhos de linguagem que, como arabescos, revestem o corpo da negrura e o corpus de nossa literatura.”<sup>15</sup>*

<sup>15</sup> Leda Maria Martins, *Arabescos do Corpo Feminino. Gênero e representação na literatura brasileira*. Coleção Mulher e Literatura, vol. II. Constância Lima Duarte, Eduardo de Assis Duarte e Kátia da Costa Bezerra (orgs.). Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2002. p.226.

<sup>16</sup> Walter Moser escreve: “No plano cultural e artístico, admite-se, cada vez mais, que se pense a produção, e até mesmo a criação como um processo de reutilização, para não dizer de reciclagem de materiais culturais dados a priori. Estamos, pois, longe dos postulados de originalidade, de auten-

É interessante comparar a teorização de Leda Martins e a estética de “restos e reciclagem” proposta por Walter Moser. O crítico suíço-canadense associa o aproveitamento e a reutilização do impuro, dos detritos, à cena cultural modernista e, especialmente, à produção cultural pós-moderna, em oposição à valorização acadêmica do purismo, da inteireza estética.<sup>16</sup> Mas há divergências a assinalar: a “retórica de retalhos” descrita por Leda Martins aponta para os “retalhos e resíduos” especificamente na vivência do cotidiano, o *locus* onde se trabalha a “artesanania da escrita”, onde se forjam “o corpo da negrura e o corpus d[esta] literatura” feminina — onde se fundem ação e palavra. Cotidiano este, podemos acrescentar, que é assim

metaforizado por uma personagem de *A Gente Combinamos de Não Morrer*, conto inédito de Conceição Evaristo: “Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro”.<sup>17</sup> A experiência obscura, trivial, do cotidiano, intrínseca à literatura de mulheres afrodescendentes, é por outro lado circunstancial e não estrutural na *praxis* e nas teorias do modernismo e do pós-modernismo. O certo é que, valorizando o “ritual corriqueiro do uso do diverso” (ritual que necessariamente inclui a “reciclagem de restos” assinalada por Walter Moser em sua discussão do pós-modernismo), a literatura de mulheres negras manteve-se *pari-passu*, ou mesmo antecipou-se a outras modalidades discursivas e a propostas estéticas da atualidade.

A vivência/lavor/faina do cotidiano transmutada na palavra enlaça-se às características já apontadas: a marca e textura da oralidade, a enlaçar gerações de mulheres e a narrar toda uma história onde o individual espalha-se no comunal; a preocupação sócio-histórica, manifesta em uma textualidade que, por opção declarada ou implícita, concebe muito dramaticamente o fluir temporal; a reflexão desmistificadora, através e além das grades da privação diária, em contraponto a visões hegemônicas da vida e da história; e a decorrente rejeição, em termos de realização estética, de purismos de quaisquer tipos — “Mulher cuidando da fala, misturando palavras, pronúncias suburbanas aos mil modos de sinônimos rolantes no tagarelar social requintado”, dizem os versos de Geni Guimarães, em “A Cor da Ternura”.<sup>18</sup>

A abordagem de uma gama de questões assim imensa é inseparável da identificação das diversas formas de racismo e sexismo. É também inseparável da desconstrução de estereótipos que servem como suporte a variadas formas de controle, quer sociais, quer sexuais, quer associadas a técnicas narrativas que correspondem a concepções estéticas e ideológicas etnocêntricas, com o fim de confirmar ou de configurar versões hegemônicas da história, da vida e da

ticidade, de pureza dirigidos outrora ao artista. Que se utilize a etiqueta ‘pós-moderno’ para designá-la ou não, a produção cultural desenvolveu uma tendência a se transformar numa ‘random cannibalization of dead styles’, como a fórmula — não sem uma avaliação negativa — um de seus teóricos e críticos (Frederick Jameson)”. *Restos e Reciclagem: Da Temática Romanesca à Economia da Produção Cultural. Literatura e Americanidade*. Zilá Bernd e Maria do Carmo Campos (orgs.). Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1995. p.42. Trad. Maria José Corcini.

<sup>17</sup> Conceição Evaristo, “A gente combinamos de não morrer”. Texto inédito, cópia datilografada cedida pela autora.

<sup>18</sup> Geni Guimarães, “A Cor da Ternura”. *Enfim... Nós/Finally... Us – Escritoras Negras Brasileiras Contemporâneas / Contemporary Black Brazilian Women Writers*. p.28.

sociedade. Em seu livro sobre escritoras negras nos Estados Unidos, Stelamaris Coser sintetiza e complementa:

*“Como sucede com freqüência na moderna etnografia, [as autoras negras em pauta] tecem os fatos a partir da memória das pessoas, através das histórias contadas e recontadas em seus lares, dos ritos de canção e de dança, dos sonhos e sortilégios. Como sucede com freqüência na história, elas descrevem a exploração racial e sexual, a privação econômica e a segregação racial nas lutas da vida moderna urbana, assim como durante os tempos coloniais. Embora seus textos sejam criativos, nutrindo-se do imaginário, eles nascem de experiências individuais e coletivas, acionando-se a materiais que, há muito tempo, têm interessado a antropólogos e a historiadores de escravidão comparativa nas Américas”*.<sup>19</sup> (tradução minha)

<sup>19</sup> Stelamaris Coser, *op. cit.*, p.4.

A escrita afro-descendente de mulheres advém de culturas estilhaçadas pela diáspora, pelo colonialismo e pela discriminação sócio-econômica nas sociedades coloniais e pós-coloniais. Mostra-se, assim, cortada e recortada na violência das fragmentações e ruturas. Convivendo com a realidade do racismo e do preconceito, ela tem sido sujeita à marginalização, ao desconhecimento e à desvalorização intelectual, por vezes dentro da própria comunidade negra. Não obstante, carrega em si a positividade de um projeto cultural. Sua *praxis* equilibra-se, pois, entre a afirmação e a negação, entre a denúncia e a celebração, entre a vida e a morte; e lida, inevitavelmente, com a questão da identidade, último ponto a ser aqui examinado.

Para Carole Boyce Davies, esta escrita trata de uma subjetividade sempre em mutação, sempre sujeita a negociações internas (harmoniosas ou conflitadas, obviamente) e externas (em relação a outros discursos), que não pode ser entendida a partir de critérios estáticos de gênero e de nacionalidade, ou circunscrita a classificações limitadoras, que a inserem em nichos como o dos “discursos de minorias”. A identidade feminina discursivamente dada transita entre domínios diversos

e deve ser lida como uma série de atos de transgressão, não como uma categoria de escrita fixa do ponto de vista geográfico, ou étnico, ou nacional. Tal literatura-enquanto-existência (“writing/existence”, escreve Davies) define a sua identidade à medida que re-conecta, re-lembra (ou re-membra, “re-members”: o hífen é mantido no original) e reúne mulheres negras deslocadas pelo espaço e pelo tempo. Criando conceitos como “subjetividade migratória” e “subjetividade diaspórica”, a teórica afro-americana vê a literatura daí resultante como um diálogo de movimento e de comunidade, em perpétua busca de conexões que de fato signifiquem. Porque “fomos e somos produtos de separações, deslocamentos e desmembramentos”, ela prossegue, “nós, os afro-descendentes nas Américas, historicamente temos buscado [tal sentido de] reconexão”.<sup>20</sup> (tradução minha)

Em última análise, foi a busca de conexões significativas que norteou também este trabalho. Ao se observar, através de mostras de textos produzidos no Brasil e nos Estados Unidos e circunscritos a uma certa época, como se alavanca a formação discursiva constelada pela textualidade feminina afro-descendente, constata-se que subsídios históricos e culturais comuns geram consideráveis recorrências e coincidências — no estrito sentido etimológico desses termos — vinculando diferentes manifestações através do espaço e do tempo e transcendendo individualidades autorais. A ressaltar, neste sentido, a insistência na reflexão sobre a escravidão e sobre a trajetória de cidadania do negro após a escravidão, com seus avanços e frustrações. Dentro deste amplo espectro, quer através do discurso crítico e teórico em diversos campos do saber, quer na dramatização do discurso ficcional, poético e teatral, destaca-se a problemática da herança, existência cotidiana e possibilidades futuras da mulher no emaranhado de suas inter-relações, dentro e fora da comunidade negra. Essa mulher de hoje enfrenta antigos e novos entraves em relação a si própria ao passo que,

<sup>20</sup> Carole Boyce Davies, “Introduction – Migratory Subjectivities: Black Women’s Writing and the Renegotiation of Identities”. *op. cit.*, p.3-4 e 17.

por outro lado, defronta-se com inéditas perspectivas de vida e de expressão. Em suma, ela depara-se com todo um elenco de papéis sociais, sexuais e intelectuais que a sua escrita assume, recusa, questiona, propõe, reivindica.

Nesta reflexão, deixei-me em grande parte conduzir pelas vozes das autoras afro-brasileiras e afro-americanas cuja produção é um microcosmo da formação discursiva de que tratamos. Essas autoras não tendem a se mostrar sectárias, sua teorização e *praxis* sendo saudavelmente permeáveis a novas abordagens e a heterodoxos questionamentos, o que estimula permanentes reconfigurações interpretativas. Sua arte e crítica colhem e elaboram resíduos do cotidiano, abrindo-se igualmente para os infinitos vãos do imaginário, em uma produção cujos desdobramentos espraíam-se como os caminhos de um rizoma. Curiosamente, à medida que penetrava mais e mais em tão rica textualidade, parecia-me remeter todo o tempo a um texto único, embora plural e abrangente. Isto porque, múltiplas e coloridas pelas respectivas histórias de vida, essas vozes de mulheres soam com independência, mas reúnem-se em polifonia — aliás, como secularmente sempre o fizeram, em construção.

## Identificação e diferença: o jogo dos opostos na articulação do discurso

Iris Helena Guedes de Vasconcelos\*

*Depois da morte de Roberto, aprendera a quase não rir; (...) eu comecei a pensar em Roberto e na nudez violada da autópsia. (...) Liqnei as duas coisas: — teatro e martírio, teatro e desespero. No terceiro ato, ou no intervalo do segundo para o último, eu imaginei uma igreja. De repente, em tal igreja o padre começa a engolir espadas, os coroinhas a plantar bananeiras, os santos a equilibrar laranjas no nariz como focas amestradas. Ao sair do vaudeville, eu levava comigo um projeto dramático definitivo. (...) Eis a verdade súbita que eu descobrira: — a peça para rir, (...) é tão obscena e idiota como seria uma missa cômica.*

Nelson Rodrigues, *A menina sem estrela*, 1997.

Apoiando-nos na reflexão sobre a relação do *eu* e do *outro*, no processo de constituição da subjetividade do indivíduo, procuramos realizar uma leitura da obra do dramaturgo brasileiro, Nelson Rodrigues (1912-1980), *Toda nudez será castigada* (1965).

A discussão que propomos enfatiza a questão da identificação e da diferença, passando pelo tema do duplo, pois, no processo de identificação, o indivíduo tanto pode demonstrar uma expressão de ternura em relação ao outro quanto um desejo de afastamento e de rejeição. Desta forma, identificação e diferença formam um dos pares binárias que tanto se alternam como se aproximam, na constituição do jogo que

Iris Helena Guedes de Vasconcelos, Doutoranda em Estudos Literários (UNESP/Araraquara) e Professora do Departamento de Letras do CFP/UFCG.



articula o discurso na obra do dramaturgo brasileiro, apresentando-se carregado de um tom irônico e abrindo espaço para a ambigüidade de sentidos.

Como se trata da análise de um texto teatral em que o diálogo constitui a principal forma de expressão verbal, destacamos as falas das personagens, verificando a relação que elas estabelecem com outros discursos tanto intratextual como discursos outros que estão reconhecidamente inseridos no contexto histórico em que a obra foi produzida. Ademais, procuramos identificar o lugar de onde falam, isto é, o papel social que cada personagem desempenha, tentando estabelecer uma relação entre palavra, imagem e símbolo. Para tanto, recorreremos a alguns teóricos que discutem a questão da alteridade e da reversibilidade dos opostos tais como Bakhtin, Foucault e Derrida.<sup>1</sup> O conceito de duplo, bem como o conceito de identificação apóiam-se nos postulados freudianos que serviram de alvo de crítica para alguns escritores do século XX, que tanto afirmaram quanto ironizaram a influência dos estudos psicanalíticos no comportamento do novo modelo de família que se constituía, e, conseqüentemente as mudanças de valores que essa nova sociedade começava a delinear.

Para ilustrar o entrelaçamento do discurso na obra literária com idéias dominantes que permeiam o contexto social em que viveu nosso dramaturgo, no que se refere ao papel social da mulher, a obra de Margareth Rago, *Do cabaré ao lar*, vem servir de mediação. Em relação ao contexto sócio-cultural e político, Vitor Hugo Adler Pereira contribui com sua interessante abordagem sobre a trajetória de Nelson Rodrigues enquanto intelectual e homem público, em sua obra referencial *A musa carrancuda*. Destacamos também a contribuição de Ismail Xavier em *O olhar e a cena*, destacando as convergências e divergências entre a peça e o filme de Arnaldo Jabor. Entretanto, para nossa discussão, consideramos apenas o que se refere à peça enquanto texto literário.

<sup>1</sup> Destacamos como referências fundamentais na constituição desse texto algumas obras tais como *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* (1996); *Marxismo e filosofia da linguagem* (1995); *Questões de literatura e de estética* (1993); *Estética da criação Verbal* (1997), de Mikhail Bakhtin. De Michel Foucault, trabalhamos com *A arqueologia do saber* (1986); *A ordem do discurso* (1996). Quanto a Derrida, nossa leitura teve como suporte *A farmácia de Platão* (1997), considerando o princípio do efeito phármakon que se baseia na reversibilidade dos opostos.

## A análise do discurso como estratégia de leitura

Por se tratar de um trabalho cujo objeto de estudo é literário, a análise do discurso entra como disciplina auxiliar, contribuindo com a reflexão sobre a linguagem no que se refere ao desvelamento de seus entremeios.<sup>2</sup> Para tanto, buscamos interpretar as representações que constituem o texto, tentando identificar os valores simbólicos que lhes são conferidos. Se, no campo simbólico, os significados dependem do código compartilhado, assimilado e introjetado pelo indivíduo e pelo grupo (sociedade) ao qual pertence, a relação da linguagem com o mundo que representa coloca-se como instrumento de interpretação. E, considerando que toda interpretação é regida pelas condições de produção da obra, contexto sócio-histórico-ideológico, a historicidade inscrita na linguagem desvia o sentido literal da palavra e o sujeito deixa de ser o centro e a origem de seu discurso que se apresenta permeado do eco de vozes outrora anunciadas.

Conforme Foucault, todo discurso manifesto repousa sobre o que já foi dito, encontrando suporte em outros discursos e estabelecendo relações de analogia, de oposição, ou de complementaridade.<sup>3</sup> A partir desse pressuposto, levantam-se as questões: Sobre quais discursos o discurso de *Toda nudez* encontra suporte? Que relação ele estabelece com esses discursos? Segundo Barzotto, “para pesquisar as palavras chamadas de ‘minhas’ é preciso estabelecer uma investigação também sobre o que seriam as palavras do outro”. Para tanto, “é preciso, em primeiro lugar, perguntar se sabemos quem é o outro, de quem eu com as ‘minhas’ palavras, deveria me referenciar; e, em segundo lugar, quais são as palavras deste outro, para que eu possa saber quais serão as minhas”.<sup>4</sup> Neste sentido, para pesquisar as palavras chamadas de Nelson Rodrigues, ou melhor, de suas personagens, é preciso identificar as palavras do outro (que constitui a alte-

<sup>2</sup> PÉCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

<sup>3</sup> FOULCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1986, p.28.

<sup>4</sup> BARZOTTO, V. H. Prefácio. In: *Estado de leitura*. ALB/Mercado de Letras, 1999, p.13.

ridade do escritor) referenciadas em seu texto. Desta forma, o contexto histórico parece ser imprescindível para se poder interpretar uma obra nasce num momento de efervescência política e de mudanças sócias.

## Identificação e diferença

Apropriando-se de um recurso narrativo, o enredo da peça é fragmentado num jogo entre passado e presente, ora apresentando a narrativa da protagonista, que traz o passado para o presente por meio de uma gravação em fita cassete, ora apresentando a representação das personagens, que complementa as lacunas dessa narrativa. Nesse entrelaçar de narrativa e representação, passado e presente, conteúdo (valores e ideologias) e forma (modo como o texto é construído) fundem-se num jogo que se estabelece entre tradição e ruptura, ganhando expressão no caos de idéias que são lançadas, suscitando um tom cômico no desenrolar de uma trajetória de destinos extremamente trágicos.

*Toda nudez* é considerada a última das melhores peças do dramaturgo e está inserida no grupo que é intitulado de *tragédias cariocas*, sendo denominada por seu autor como *obsessão em três atos*. Denominação bem apropriada por apresentar um elenco de personagens marcados por um ponto em comum: indivíduos extremamente obsessivos.

Numa atmosfera envolta de obsessões, a trama da peça gira em torno do sentimento de vingança que Patrício desenvolve em relação a seu irmão Herculano, um viúvo voltado para as relações domésticas que também desempenha o papel de provedor da família constituída, além dos dois irmãos, do filho único de Herculano, Serginho, das três tias (referendadas apenas numericamente: 1, 2, 3) e da presença fantasmagórica da uma esposa morta que permanece na lembrança do filho, alimentando um obsessivo controle sobre o pai. Essa mulher teria sido um modelo exemplar de mãe/esposa, dotada de resignação, cujo nome não

tomamos conhecimento, tendo como referência apenas os papéis sociais que representava assim como acontece com as tias que são anônimas.

Em contrapartida, fora do círculo familiar, apresenta-se Geni, a protagonista, uma das representações femininas mais irreverentes de toda obra do dramaturgo. Se for feita a pergunta — quem é Geni? — a resposta certamente será objetiva: uma prostituta. Entretanto, Geni transcende o lugar destinado a essa categoria social, provocando grandes controvérsias, pois, ironicamente, reúne dois arquétipos femininos convencionalmente apresentados de forma excludente na tradição literária: o sagrado (a Virgem Maria, *santa e mãe*), sendo que, no seu caso, o papel que desempenha seria uma paródia daquele que cabe à “compadecida”, pronta para interceder e prestar favores, numa analogia de seu papel profano (a prostituta, *sedutora e sensual*).<sup>5</sup> Teríamos, portanto, imagens do bem e do mal reunidas numa mesma pessoa. Nesse sentido, ressalta-se seu desejo inconsciente de identificação com o modelo de mulher idealizado na sociedade burguesa, aquele da esposa/mãe, representado pela falecida, sendo que, ao mesmo tempo em que busca essa identificação, também contesta a idealização dessa mulher séria que seria uma negação da pulsão de vida, marca diferenciadora de uma categoria social estigmatizada. Ao ser recriminada por conta de sua objetividade ao falar de seus desejos sexuais, ele comenta: “Vocês homens são bobos! Está pensando o que da mulher? A mulher pode ser séria, seja lá o que for. Mas tem sua tara por alguém”.

Na cena inicial da peça, por meio de uma fita cassete destinada ao marido, Geni, diz: “Herculano, quem te fala é uma morta. Eu morri. Me matei”. Num segundo plano, em que a ação parece ter um desenvolvimento linear, as três tias tentam fazer Patrício chamar o padre Nicolau para salvar o sobrinho do estado mórbido da viuvez. O irmão que planeja vingar-se do outro diz ter uma “idéia genial”: há “uma mulher que talvez

<sup>5</sup> MONTEIRO, Dulcineia da Mata Ribeiro. *Mulher: feminino plural: mitologia, história e psicanálise*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998, p. 15.

salve Herculano mais depressa que o padre”. Ora, numa cultura de formação oficialmente católica, em que o poder é hegemonicamente masculino, que mulher teria o poder de salvação maior que o representante da Igreja? Uma das tias indaga: “É espírita?”. Jogando com as contradições, desconstruindo as mais rígidas convicções religiosas, a indagação, em sua função enunciativa, dá ao texto um estatuto indecível, na disposição do jogo entre vida e morte, salvação e castigo. Essa argumentação vem a ser reafirmada quando Herculano demonstra seu interesse pela vida, provocando o desapontamento daquelas que outrora queriam livrá-lo da morte:

*Herculano (na sua ira) — Eu tenho que pedir desculpas de estar vivo!*

*Tia nº 1 (histericamente) — Você sempre quis viver! Sempre!*

*Tia nº 2 — Você já quis se matar. Eu te impedi de morrer. (Chorando) Quase me arrependo.*

O interesse de Herculano pela vida devia-se ao plano estratégico de Patrício. Geni era a tal mulher que iria salvá-lo. Ao procurar Geni, Patrício pede-lhe um favor, dizendo ser “de mãe para filho caçula!”. Tal argumentação pode ser interpretada como uma paródia das relações familiares, empregada no prostíbulo. Depois, Patrício introduz seu plano. Herculano era um viúvo bem sucedido que representava “o melhor partido do Brasil”, o “único luto do Brasil”, e estava apodrecendo, numa dor burra, idiota, que não era nem viril. No entanto, apesar do ressentimento que um irmão tinha pelo outro, ele não poderia morrer. Evidenciamos, portanto, uma interdependência entre aqueles que aparentemente rivalizam-se, sendo considerados como opostos.

## Historiando o drama

Datada em 1965, a peça traz um discurso que pare-

ce jogar com a ambigüidade de sentido das palavras, reunindo dois campos de saber, como diria Foucault, interditados naquela época: o da sexualidade e o da política. Uma interdição que traz consigo todo um percurso histórico paralelo à história do teatro de Nelson Rodrigues, bem como de sua própria história de vida. Não é por acaso que o biógrafo Ruy Castro diz que o dramaturgo nascera numa cidade com uma atmosfera similar a da Verona shakespeariana, pois sua família mudara-se do Recife para o Rio de Janeiro em circunstâncias conflituosas que envolviam disputas políticas e traição. Sua vida, de forma geral, fora marcada por catástrofes desde assassinatos a tragédias circunstanciais e fatalidades do destino.

Nascido e criado no meio jornalístico, iniciando sua carreira aos 13 anos de idade como repórter de polícia, sem qualquer modéstia, o escritor considerava que aos 42 anos de experiência jornalística: “Qualquer repórter de polícia, em fim de carreira, terá a mesmíssima vidência shakespeariana”.<sup>6</sup> Se considerarmos o período em que viveu o dramaturgo, essa vidência deve contar também com grandes momentos da história político-social do Brasil: a Revolução de 1930; os longos anos getulistas — os períodos revolucionários, constitucionais e autoritarismo do Estado Novo; o retorno de Getúlio pela via eleitoral, em 1950, e os trágicos acontecimentos de agosto de 1954; o golpe de Estado, em 1964. Indubitavelmente, esses acontecimentos refletiram na produção literária nacional, seja com a presença de uma literatura dita engajada, tratando explicitamente das questões político-sociais, seja com uma literatura que, por outro lado, parecia estar alheia ao processo histórico. Nesse processo, destaca-se a emergência de novos atores sociais, como os trabalhadores e setores urbanos afeitos à dinâmica da industrialização, a influência do estado e das novas elites políticas no relacionamento com os produtos culturais e bens simbólicos, pois a busca da nacionalidade e das raízes históricas vinha desde os anos 20

<sup>6</sup> RODRIGUES, Nelson. Terreno baldio. In: *A cabra radia: novas confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

produzindo efeitos significativos.

Considerado como musa do modernismo teatral tardio, Nelson Rodrigues teria usado a máscara de “autor desagradável”, o que lhe garantia o prestígio de maldito vanguardista, rótulo que o aproximava dos grandes inovadores das artes, satisfazendo a um setor da intelectualidade que desejava identificar no Brasil sinais de modernismo cultural.<sup>7</sup> O grande marco de mudança de perspectiva das peças de nosso dramaturgo teria sido a estréia de *A falecida* (1954). Na referida peça, Nelson anunciaria o riso no bojo da seriedade e do clima opressivo de suas peças, aproximando a linguagem de sua dramaturgia com a crônica jornalística. A comicidade de tons paródicos anunciaria a proposta de desconstrução das idéias pré-estabelecidas, destacando-se a prostituição, lugar de alteridade de valores em que as regras da ordem dominante atuam às avessas.<sup>8</sup> Assim, construindo personagens que transgridem a rigidez da tradição teatral, que contrariam a ideologia burguesa, há na obra do dramaturgo, uma tentativa de superação da concepção burguesa de subjetividade, no confronto do público e do privado, resultando na mutabilidade e na fragmentação.

<sup>7</sup> PEREIRA, Vitor Hugo Adler. *A musa carrancuda: teatro e poder no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.9-20.

<sup>8</sup> Idem. *Nelson Rodrigues e a obs-cena contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999, p.127-133.

### O jogo dos opostos na articulação do discurso

Nesse sentido, o indecidível jogo entre ruptura e continuidade ganha expressão nas irônicas palavras de Patrício: “Herculano não pode morrer. Cada tostão que eu gasto depende dele. Ele me esculhamba mas solta a erva. Geni, tu vais me salvar a pátria!”. Geni então pergunta: “Mas como salvar a pátria?” Ele esclarece: “Eu sou o cínico da família. E os cínicos enxergam o óbvio. A salvação de Herculano é mulher, é sexo”. Na visão de Patrício, o casto é um obsceno, e nesse paradoxo ele teria a chave da destruição, ou melhor, da submissão do outro que até então ditava as regras na condição de provedor da família, o detentor do capital. Assim, ele reverteria o jogo sob

novos princípios, subvertendo a ordem do poder, passa, daí por diante a manipular a situação.

Personificando seu ressentimento, Patrício mostra-se uma alma vingativa, tornando-se um mestre da manipulação, que coloca em marcha os esquemas destrutivos, que envolve todas as pessoas, tocando em seus pontos vulneráveis. Nas palavras de Ismail Xavier: “Tudo se organiza em torno de sua eficiência como condutor da desgraça alheia”.<sup>9</sup> Em suas ações, a força do desejo é imperativa. Agindo sempre dissimuladamente, cada uma de suas ações tem sempre um sentido oposto, que confunde e gera a sucessão de equívocos.

O desafio entre Patrício e Herculano nutria-se de suas “diferenças”. O primeiro contestava a rigidez de comportamento do segundo que não o “salvou” da falência, sendo um homem muito bem sucedido nos negócios. Os nomes das personagens parecem significativos conforme o papel que eles desempenham. Herculano lembra a força hercúlea daquele que se dedica às atividades físicas. Patrício, por seu turno, refere-se à classe nobre da antiga Roma mais afinada com a atividade intelectual.

Afirmando a convergência de identificação e diferença entre as personagens, o nome patrício também significa aquele que tem a mesma pátria que outrem. Se a pátria, simbolicamente, é representada pela figura da mãe, patrício também significaria irmão. E, considerando que, na sociedade burguesa, a família representa uma metáfora da pátria, na condição de provedor, Herculano seria o chefe da pátria. Hierarquicamente também estaria nesta posição, pois é o mais velho. Teríamos, portanto uma representação às avessas do novo sistema econômico e/ou político e do velho. E, como diria um crítico do processo de modernização, no Brasil: “O passado reverenciaria o moderno, instalando-o, mas cobrando o pedágio da sua conservação”,<sup>10</sup> ou melhor, de sua salvação.

A melhor passagem que ilustra esse contexto é a cena em que Herculano conta a história de dois beijos

<sup>9</sup> XAVIER, Ismail. *O olhar e a cena: Melodrama, Hollywood, Cinema Novo*, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p.293.

<sup>10</sup> VIANNA, Luiz Werneck. O americanismo: da pirataria à modernização autoritária (e o que se pode seguir). In: BUARQUE, Chico. *Ópera do malandro*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, p.8.



ao médico: “uma vez eu fiz um favor ao meu irmão Patrício. E ele me beijou a mão. Confesso que não entendi e achei esse beijo meio abjeto. Pois bem. Agora chegou a minha vez. (Sôfrego) Eu acabei de beijar a mão do meu filho”. Em seguida ele explica: “Mas imagine, Serginho me procurou, hoje, e me pediu, quase exigiu, que eu casasse com Geni. De repente, eu senti que a criança era eu e o adulto ele”.

A história dos dois beijos, além de focalizar a questão subversão da autoridade paterna, é bastante reveladora da dialética que se estabelece na relação entre as personagens ditas antagônicas. Para compreender essa situação é interessante retomar um pouco o enredo. Patrício planejou o encontro de Herculano com Geni. Depois disso, num jogo entre envolvimento e preservação de sua imagem, Herculano leva a amante para uma propriedade afastada. Astuciosamente, Patrício leva o sobrinho, que tem uma confusa obsessão pela mãe morta e um rigoroso controle sobre o pai, para vê-lo em plena orgia sexual com Geni. Desesperado Serginho embriaga-se, briga e acaba na prisão. Lá encontra o ladrão boliviano cuja referência na memória do jovem rapaz é a língua, o espanhol que, de acordo com suas reflexões, era “língua de namorado, de amante!” Virgem de qualquer prática sexual até então, quando aos 18 anos ainda tomava banho sob a vigilância das tias, sua primeira experiência parece divagar entre os liames da sedução e do estupro, o que significaria uma violência consentida em consequência de um aparente encantamento. Vale lembrar que a literatura de língua espanhola comporta grandes figuras sedutoras, a exemplo de Dom Juan. Ademais, a cultura da América Latina é formada de uma miscelânea de culturas que, além das que tradicionalmente ressaltamos: indígena, africana e européia, ainda apresenta traços de assimilações do chamado ‘velho mundo’. Nesse sentido, chamamos atenção para a cultura moura, presente tanto através do contato comercial do oriente com o ocidente, como através das invasões

e lutas religiosas, resultando na presença dos renegados.

Retomando a questão do encantamento, essa hipótese é evidenciada na narrativa de Herculano ao relatar a história do boliviano ao médico: “Um tira na delegacia. Até isso, até isso. Me disse que o ladrão boliviano tinha sido, na terra dele, barítono de igreja. Antes de ser ladrão, ou já era ladrão e cantava nas missas. Também cantava aqui no xadrez. Pelo que a Polícia me descreveu, é um sujeito dos seus 33 anos, imundo, mas bonito”. A imagem do ladrão boliviano parece ter traços reconhecíveis em sua estranha descrição, reunindo elementos do sagrado e do profano, do bem e do mal.

### O duplo: ‘eu’ e o ‘outro’

A ambivalência constitutiva do eu, reunindo o bem e o mal é ressaltada por Herculano ao afirmar: “Bêbado, eu posso ser assassino, incestuoso”. Suas palavras profetizam um breve devir. Bêbado o homem dito casto vai parar na Laura, *rendez-vous* onde Geni pratica seu ofício. Bêbado ele fala do nojo que sentia das varizes da mulher que era casta, de seu banho de assento, de sua ferida no seio e pede para Geni dizer palavras. Bêbado Herculano libera seu duplo, o estranho reprimido pelo censor da moralidade, aproximando-se da imagem denegada do irmão.<sup>11</sup>

No plano da narrativa, Geni também desvela seu ‘eu’ cindido ao declarar: “Herculano, você me interessou de cara. Tô confesso. Talvez porque havia uma morta. Uma morta entre nós dois. E a ferida no seio”. A identificação de Geni com a esposa morta se estabelece com a obsessão da praga proferida por sua mãe: “Tu vai morrer de câncer no seio!”. Quando soube das circunstâncias da morte da outra, sinistramente professara: “Tenho uma cisma que vou morrer de câncer no seio”.

Assim, ela sonha, sonha com a ferida no seio. Vivía, portanto, na expectativa de encontrar uma ferida em

<sup>11</sup> Segundo Freud, o tema do duplo está relacionado com “a crença da alma e o medo da morte”, assegurando a auto-afirmação do ego. Entretanto, “transforma-se em estranho anunciador da morte”, com “a função de observar e de criticar o eu (self) e de exercer uma censura dentro da mente, e da qual tomamos conhecimento como nossa ‘consciência’”. Ver FREUD, S. O ‘Estranho’. In: *Edições Standard Brasileira das obras de Sigmund Freud*, v. XVII. História de uma neurose infantil e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p.252-3.

seu belo seio, aquilo que teria de mais bonito. No sonho, a imagem de uma tia que também morrera de câncer no seio, se alterna com a imagem da mulher do amante, numa obsessão do desejo inconsciente. Contrastando com a beleza dos seios de Geni, a esposa falecida era dita “um bucho”, “uma chata sexual”. Associam-se as idéias de descuido com a aparência física e repressão sexual à purificação da alma, sugerindo a transformação da beleza física na purificação do espírito.

Metaforicamente, a ansiedade pelo câncer representa o desejo de Geni de transcender os limites da marginalidade, estabelecendo um elo entre o profano e o sagrado, ajustando-se ao ideal burguês, numa inconsciente tentativa de remissão. Neste sentido, a imagem da esposa ausente deve representar o arquétipo feminino sagrado — a *mãe*, a *santa* — que, convencionalmente, é polarizado com o arquétipo feminino profano — a prostituta, sedutora e sensual. O modelo ideal de mulher é introjetado na protagonista como ideal do eu. A esposa/mãe idealizada é ‘morta’, Geni é ‘mulher da vida’.

A santa apresenta-se como objeto de identificação, projeção do ideal do eu tanto do filho, indivíduo, quanto da família, o grupo que introjetou o modelo. A morta comanda os vivos: Herculano, Serginho e as tias. Segundo Freud, é importante observar a distinção entre identificação com o pai ou com a mãe e a escolha deste/a como objeto. No primeiro caso, o pai ou a mãe é o que gostaríamos de ser; no segundo, o que gostaríamos de ter. A identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa conforme o exemplo que considera ideal. Ela pode se apresentar de três formas: 1) como laço emocional com o objeto; 2) uma vinculação com o objeto libidinal; 3) por meio da introjeção do objeto no ego. Freud aponta a reversão da fixação na mãe, no sentido do complexo de Édipo, em identificação, como uma grande possibilidade da gênese do homossexualismo masculino. A

identificação remodela o ego em seu caráter sexual, segundo o modelo do que deveria constituir o objeto.<sup>12</sup>

No intuito de estabelecer uma mediação entre a ficção e o real, no que se refere à interdependência entre o sagrado e o profano, recorreremos à pesquisa de Margareth Rago *Do cabaré ao lar*.<sup>13</sup> No capítulo intitulado “A colonização da mulher”, Rago fala do modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa em que se ressalta a figura da “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”, uma representação simbólica da mulher afetiva, mas assexuada que se apresenta como contraponto das prostitutas. A pesquisadora ressalta o discurso moralista e filantrópico que era dirigido à mulher que começava a aparecer nos espaços públicos e a participar do mundo do trabalho, advertindo para o perigo da prostituição. Paradoxalmente, num trabalho intitulado *Fiscalização da Prostituição no Brasil em Favor da Infância*, de 1924, citado por Rago, o Dr. Simões da Silva teria afirmado ser a prostituição “uma necessidade vital”, “uma válvula de segurança social”, que coíbe vícios no elemento púbere varonil e mantém o equilíbrio na ação popular da localidade.

Em consonância com os discursos abordados por Rago, o texto de Nelson Rodrigues apresenta mais dois campos de saber que se pretendem antagônicos: a medicina e a religião. Como estratégia para assumir sua relação com Geni, Herculano recorre ao médico usando o pretexto de tratar do comportamento do filho. O médico sugere que o rapaz deve ser afastado das tias. Imediatamente o pai associa a idéia da viagem, na intenção de poder viver seu romance com Geni livre do controle do filho, ao afastamento das tias: “Agora o senhor vai me dar sua opinião. Uma viagem seria bom para Serginho?” A resposta afirmativa do médico fora contrariada pela contestação do padre — o remédio seria um veneno: “soltar o menino no mundo” significaria perdê-lo. A reversibilidade dos opostos parece ser o traço mais acentuado no drama rodriguiano. Não só representado pela oposição de

<sup>12</sup> FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. In: *Edições Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 133-9.

<sup>13</sup> RAGO, Margareth. A colonização da mulher. In: \_\_\_\_\_. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985, p.61-116.

<sup>14</sup> O mito de Fedra refere-se à filha de Minos, rei dos infernos, e de sua mulher Pasífae, que casou com Teseu, herói da Ática. Encontra Hipólito, filho de Teseu, por quem se apaixona. Seria a história de uma paixão não correspondida, primeiro sufocada e depois confessada, que provocara o suicídio de Fedra e a morte de Hipólito. O mito de Fedra vem sendo objeto de esboço desde a Antiguidade até a época moderna. Sua apropriação tem sido utilizada, por meio de transposições ou de leituras alegóricas muito diversas. De acordo com tradição folclórica e a literatura, a história de Fedra seria a da mulher sedutora, incestuosa e caluniadora. Na peça de Eurípedes, Hipólito, ao drama moral teria sido acrescido uma visão cética; “a linguagem mascara e trai as realidades interiores, dá peso às aparências de que Teseu se torna instrumento involuntário, e engendra a morte ao revelar aquilo que deveria ficar encoberto”. Ver BEUGNOT, Bernard. Fedra. In: BRUNEL, Pierre (org.). *Op. cit.*, p.342-47.

<sup>15</sup> EURÍPEDES. Hipólito. Coimbra: INIC, 1979, p.58.

linhas de pensamento como é o caso do médico progressista e do padre reacionário, mas pela própria contradição que constitui o perfil de cada personagem. Assim, o duplo de cada um deles está contido em si mesmo, nessa luta que constitui o jogo entre vida e morte, castigo e salvação.

### Considerações finais

Assim, as ironias da vida se entrelaçam com os paradoxos e incongruências da imaginação. A cena que Patrício planejara, sua grande vingança — depois do casamento de Herculano com Geni, num jantar em família, o filho chamar o pai de cabrão — não aconteceu. A relação de Serginho com Geni parece ter tomado outro destino. O rapaz agressivo mostrou-se ponderado e pensativo. Se antes o pai desejava exilar o filho para viver suas fantasias amorosas, agora, seduzido pelo encanto da “língua dos namorados”, ele terminou unindo-se ao estrangeiro. A violação parece ter servido de ruptura do cordão umbilical, isto é, deu início ao processo de superação da mãe morta. Livrando-se da vigília, da castração, entrega-se à vida. Fica livre para viver a pluralidade do amor. Não teria sido um processo de transferência do ideal do eu? Nessa ocasião, o objeto de desejo já não era mais a morte, mas a vida.

Geni deixa a vida e, como um eco das palavras da Fedra de Eurípedes <sup>14</sup>: “Deixarei a vida (...) Mas a um outro também a minha morte será funesta” <sup>15</sup>, ela zomba do marido: “Você pensa que sabe muito. O que você sabe é tão pouco!” “Teu filho fugiu, sim, com o ladrão boliviano”. “Estou só, vou morrer só”. E, renegando sua identidade: “Não quero nome no meu túmulo!”, amaldiçoa toda a família: “Maldito você! Maldito o teu filho, e essa família só de tias”. Amaldiçoa também seus seios, símbolo da sexualidade feminina, elemento de salvação e de perdição em sua trajetória.

As tias perdem seu objeto de desejo. Herculano

retorna ao estado de viuvez. E Patrício? Que sentido teria o trabalho de uma aranha, em lançar seus filamentos, sem o vislumbre de suas presas? Jogando com o mítico, numa ambivalência entre o sagrado e o profano, o drama parece jogar também com a ambivalência dos discursos políticos, trazendo à luz chavões e idéias dessa natureza. Nesse sentido, *Toda nudez* pode constituir uma sátira do contexto sociocultural que representa, na medida que se apresenta “como crônica da corrupção e da decadência moral e social”<sup>16</sup> dos costumes ditos brasileiros.

## Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: 1997.
- \_\_\_\_\_. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: UNESP, 1993.
- BARZOTTO, V. H. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *Estado de leitura*. ALB/ Mercado de Letras, 1999.
- CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- DELMASCHIO, Andréia. O *phármakon* e a reversibilidade dos opostos em *Um copo de cólera*, de Raduan Nassar. In: NASCIMENTO, Evandro. *Em torno de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: CNPq, 7 Letras, 2000.
- EURIPIDES. Hipólito. Coimbra: INIC, 1979.
- FOULCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FREUD, S. *Edições Standard Brasileira das obras de Sigmund Freud*. v. XVII; XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- HANSEN, João Adolfo. *Anatomia da sátira*. São Paulo: DLCV/ FFLCH/USP, 1990, 17fls. [mimeo].
- LÉVY, Ann-Deborah. Eros. In: BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de termos literários*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

<sup>16</sup> Ver HANSEN, João Adolfo. *Anatomia da sátira*. São Paulo: DLCV/FFLCH/USP, 1990, 17fls. [mimeo], p.1. Segundo o referido autor, a sátira dramática precedeu a poética. “[A]presenta-se como mistura estilística em que a maledicência e a obscenidade da representação caricatural fantástica de tipos deformados e viciosos dialogam com a seriedade e a gravidade da representação moral icástica da persona satírica virtuosa, segundo o princípio latino do ridendum dicere verum, inúmeras vezes reciclado e prescrito até o século XVIII neoclássico”. *Op. cit.*, p.4.

MONTEIRO, Dulcineia da Mata Ribeiro. *Mulher: feminino plural: mitologia, história e psicanálise*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PEREIRA, Vitor Hugo Adler. *A musa carrancuda: teatro e poder no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. *Nelson Rodrigues e a obs-cena contemporânea*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p.127-133.

RAGO, Margareth. A colonização da mulher. In: \_\_\_\_\_. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Nelson. Terreno baldio. In: \_\_\_\_\_. *A cabra vadia: novas confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. Toda Nudez será castigada. In: *Teatro completo de Nelson Rodrigues*, v.4: Tragédias cariocas II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p.155-238.

VIANNA, Luiz Werneck. *O americanismo: da pirataria à modernização autoritária (e o que se pode seguir)*. In: BUARQUE, Chico. *Ópera do malandro*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1980.

XAVIER, Ismail. *O olhar e a cena: melodrama, Hollywood, Cinema Novo*, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

# Relações perigosas: gênero e etnia na construção de um Brasil mestiço

Cristina Scheibe Wolff

Entre as obras de cunho sociológico ou histórico que tentaram montar um panorama da “nação brasileira”, dando-lhe determinados caracteres próprios, no esforço de criar para o Brasil uma auto-imagem que se destacasse de outros contextos, uma das tônicas é a “mistura racial”. O “povo brasileiro” seria o resultado de um “caldo étnico” formado pela mistura de brancos, negros e índios. Disso resultariam, para estes autores, determinados caracteres físicos, culturais e até morais e psicológicos. Para estes autores, a primeira forma desta mistura teria se dado logo nos primeiros séculos da ocupação branca em território brasileiro, através das relações estabelecidas entre homens “brancos” e mulheres indígenas, aprofundando-se depois através da mestiçagem com as afrodescendentes.

Renato Ortiz, ao discorrer sobre diversos momentos da construção da “identidade nacional” brasileira, nos fala da criação do “mito das três raças”.<sup>1</sup> Para este autor, as bases deste mito, foram lançadas por intelectuais do século XIX, especialmente Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Sílvio Romero. Para estes autores, embora de forma negativa, é a miscigenação, aliada ao meio físico particular, que dá ao Brasil uma identidade nacional, que o diferencia da Europa.

<sup>1</sup> ORTIZ, 1984.

*“O mestiço é para os pensadores do século XIX mais do que uma*

*Cristina Scheibe Wolff*. Doutora em História Social pela USP e Professora Titular do Departamento de História da UFSC.



*realidade concreta, ele representa uma categoria através da qual se exprime uma necessidade social — a elaboração de uma identidade nacional. (...) A temática da mestiçagem é neste sentido real e simbólica; concretamente se refere às condições sociais e históricas da amálgama étnica que transcorre no Brasil, simbolicamente conota as aspirações nacionalistas que se ligam à construção de uma nação brasileira.*”<sup>2</sup>

<sup>2</sup> ORTIZ, 1984, p.20-21.

“Somos um país mestiço, se não no sangue ao menos na alma (...) pouco adianta discutir se isso é um bem ou um mal; é um fato e basta”, assim dizia Sívio Romero em 1888, e mais,

*“Nosso problema histórico se me afigura ser este: indicar a formação do povo brasileiro, como um produto sociológico especial, distinto do português. Para isto deve-se considerar, com os fatos, o colonizador europeu como o elemento principal de nossa formação, e em seguida mostrar os elementos que se lhe juntaram, que o alteraram até certo ponto, produzindo o brasileiro.”*<sup>3</sup>

<sup>3</sup> ROMERO, 1888.

Para Sívio Romero, portanto, se a nossa distinção estava na mestiçagem, por outro lado o colonizador europeu deveria sempre ser visto como o elemento principal da mistura. Este termo mestiçagem, porém exige alguma explicação. No século XIX e início do XX este termo baseava-se na teoria racial, a qual fazia crer na existência de distintas raças humanas, biologicamente determinadas e com caracteres físicos e mentais diferenciados e hierarquizados. A mestiçagem era vista como algo negativo.

*“No entanto, se para esses teóricos, das raças puras sabia-se o que esperar (já que o suposto era que a humanidade dividia-se entre superiores e inferiores), mais difícil era lidar com a mestiçagem, considerada sempre como um fator de desequilíbrio e de degeneração. O que se dizia é que entre o mestiço e o branco haveria, nessa perspectiva, a mesma distância que separava o asno do cavalo, já que esses “elementos cruzados” corporificariam o resultado da união entre espécies por demais distintas entre si.”*<sup>4</sup>

<sup>4</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. Dos males da medida. *Revista Psicologia USP*, v.8, n.1, São Paulo: Edusp, 1997, p.33-45.

Para usarmos o argumento de Serge Gruzinski, a idéia de mestiçagem traz em si uma outra idéia, a de pureza.<sup>5</sup> E também a idéia de mistura, de desordem, com uma conotação negativa. Por outro lado mestiçagem e hibridização hoje fazem parte do cotidiano da globalização. Nas ruas, nos programas de televisão, na moda, na música, na língua, não há mais nenhuma possibilidade de reivindicar qualquer pureza. Portanto quando nos referimos à mestiçagem, não estamos enfocando apenas uma dimensão biológica, como fazia-se no passado e muitas vezes ainda repete-se hoje no cotidiano<sup>6</sup>, mas estamos reivindicando a presença daqueles grupos historicamente subjugados, como os afrodescendentes e os indígenas nas construções culturais de que nos valem hoje.

De qualquer forma, os autores que pensaram a formação do povo brasileiro a partir da ‘mistura’ das três raças, o fizeram a partir de narrativas históricas sobre o que teria acontecido a partir da chegada dos europeus no Brasil, o chamado Descobrimento. Em 1840 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro “... estabeleceu um prêmio para quem elaborasse o melhor plano para a escrita da história do Brasil. O texto premiado foi o do botânico e viajante alemão Karl Philipp von Martius.”<sup>7</sup> O país recém emancipado da metrópole colonial procurava estabelecer uma história própria, diferenciada da de Portugal, e para isso Martius propunha que se procurasse aquilo que mais “singularizava o Brasil: a mescla de raças.”<sup>8</sup> Este projeto, embora não tenha sido seguido a risca, deixou suas marcas nas narrativas históricas, embora estas tenham prezado a herança portuguesa acima de todas as outras.

Assim podemos ver em Capistrano de Abreu:

*“Da parte das índias a mestiçagem se explica pela ambição de terem filhos pertencentes a raça superior, pois segundo as idéias entre elas ocorrentes só valia o parentesco pelo lado paterno. Além disso pouca resistência deviam encontrar os milionários que possuíam preciosidades fabulosas como anzóis, pentes, facas,*

<sup>5</sup> GRUZINSKI, 2001, p.42.

<sup>6</sup> Lilia Schwarcz demonstra em seu artigo já citado como o modelo da raça, mesmo tendo perdido seu estatuto de ciência, permanece como representação no senso comum. Mostra também a recorrência dos conceitos derivados deste modelo em várias iniciativas ‘científicas’ atuais, especialmente na discussão das possibilidades de mensurar a inteligência. SCHWARCZ, 1997.

<sup>7</sup> REIS, 2001, p. 26.

<sup>8</sup> Idem.

*tesouras, espelhos. Da parte dos alienígenas devia influir sobretudo a escassez, se não ausência de mulheres de seu sangue.”<sup>9</sup>*

<sup>9</sup> ABREU, s/d, p.64.

É claro que as narrativas dos vários autores se diferenciaram e muito. Porém o que fica é uma presença muito forte do português, homem, que ao chegar espalha suas sementes na terra, representada e encarnada pelas índias. Estas eram, além de mulheres, ‘selvagens’, imbuídas do utilitarismo e da ingenuidade atribuídos a estes. O domínio se fazia tanto a partir da justaposição entre civilizado e selvagem, colonizador e colonizado, como também, entre homem e mulher.

Esta mestiçagem, entre índios, negros e brancos, estes últimos sempre vistos como dominantes, portadores da civilização, continuou sendo tônica de outras elaborações intelectuais posteriores, segundo Ortiz prolongando-se até hoje como discurso ideológico. Numa situação de continuidade com este discurso, embora invertendo de certa forma sua polaridade, Gilberto Freyre substituiu o conceito de raça pelo de cultura. Para Ortiz “Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada.”<sup>10</sup> Entretanto, alertadas por Needell, podemos relativizar esta “positividade” da mestiçagem proposta por Gilberto Freyre. Ele nos mostra em artigo sobre Identidade, raça, gênero e modernidade na obra de Gilberto Freyre que este autor a todo momento reforça as hierarquias raciais e de gênero ao centrar sua análise na “mulata” como objeto sexual preferencial nestas terras tropicais.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> ORTIZ, 1984, p.41.

<sup>11</sup> NEEDELL, 1995.

Mas vejamos o que diz Freyre sobre as relações entre os portugueses que aqui chegavam e as índias:

*“O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual. O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos*

*outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho.”*<sup>12</sup>

<sup>12</sup> FREYRE, 1994 [1933], p.93.

Sobre este assunto, o estudo de Helena Bocayuva sobre o erotismo na obra de Freyre é muito importante. Ela nos mostra como as concepções de Freyre quanto ao masoquismo das indígenas e a sexualidade exacerbada dos portugueses, que “não resistiam às morenas”, se assentavam em estudos da então recente sexologia. Esta atribuía ao tamanho do órgão sexual masculino, reputado na época como maior entre os brancos, uma proporcionalidade em relação à intensidade do desejo sexual. Ao mesmo tempo, as mulheres indígenas e negras, fora das restrições morais impostas às brancas, mostravam-se disponíveis a essa “voracidade sexual” do colonizador. “Ele (Freyre) faz da cultura indígena a *cultura mulher* da cultura branca, enquanto esta ocupa o lugar de marido e mestre. A assimetria de poder, na narrativa freyreana, entre o índio e o colonizador remete à assimetria de gênero.”<sup>13</sup>

<sup>13</sup> BOCAYUVA, 2001, p.23.

Freyre, conforme ressaltou Margareth Rago, chama a atenção para a sexualidade das índias, seguindo o que já havia escrito Paulo Prado, em sua tentativa de interpretação do Brasil, alguns anos antes.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> RAGO, 1998.

*“A concubinação tornou-se uma regra geral, trazendo como resultado a implantação da mestiçagem na constituição dos tipos autóctones que povoaram desde logo esta parte do Novo Mundo. (...) A impressão edênica que assaltava a imaginação dos recém-chegados exaltava-se pelo encanto da nudez total das mulheres indígenas.”*<sup>15</sup>

<sup>15</sup> PRADO, 1997 [1927], p.72

Um dos pecados dos colonizadores brasileiros, o primeiro pecado — o original — para este autor, era o pecado da luxúria. Junto com a cobiça, estes pecados teriam moldado o povo brasileiro como um povo triste.

Nesta construção identitária, as mulheres indígenas recebem um papel por serem índias, e também por serem mulheres. Gênero e etnia articulam-se neste contexto discursivo delimitando esferas de ação e influências. Ter uma ancestral indígena, nestes discursos, denota apenas de forma mais flagrante a natureza aventureira, viril e indômita do colonizador português, este sim, visto como o fundador da família, aquele que, com o apoio da mulher índia, sobre a base por ela propiciada, constrói uma nova terra, uma nova cultura, uma nova identidade. Esta perspectiva da relação entre gênero e etnia se afasta, de certa forma de uma perspectiva que adotei em pesquisas anteriores. Conforme destaca Elaine Rocha em um artigo sobre o tema, a historicização dos papéis de mulheres e homens indígenas na colonização do Brasil é ainda um grande espaço aberto para a pesquisa histórica<sup>16</sup>. Embora existam tentativas neste sentido, este artigo se insere num outro esforço, o de perceber o gênero não apenas atuante ao nível da experiência, mas moldando os discursos, as representações, neste caso, da nação. A mestiçagem constitui, nesta perspectiva, uma relação que envolve sentidos de gênero. Como propõem Leora Auslander e Michelle Zancarini-Fournel para o contexto francês, podemos interrogar a construção simbólica e os atributos da nação através do gênero.<sup>17</sup> E gênero, bem entendido, como uma relação que envolve poder<sup>18</sup> e que se articula com as representações de etnia para reforçarem um sentido para a nação. Uma nação mestiça, como foi construída a representação do Brasil adquire sentidos não somente em relação às características pretensamente derivadas da formação étnica de sua população mas também em relação às assimetrias de gênero entre índias e brancos, entre negras e brancos.<sup>19</sup>

Através da análise de publicações impressas, filmes e séries de televisão ensejadas pela comemoração dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, procuramos perceber como se atualizaram em obras de

<sup>16</sup> ROCHA, s/d.

<sup>17</sup> AUSLANDER e ZANCARINI-FOURNEL, 2000, p.5.

<sup>18</sup> SCOTT, 1990.

<sup>19</sup> Sobre o gênero e as concepções de nação, e sua relação com as idéias raciais, ver também: RAMOS, 2002.

cunho historiográfico, literário e artístico, as imagens construídas pela historiografia deste encontro étnico do qual teria nascido, para alguns autores, a “nação brasileira”. Embora já se possa ver vozes dissonantes, o que temos encontrado na pesquisa mostra a grande influência e permanência das imagens criadas nos finais do século XIX e início do XX, nas quais o gênero feminino das índias, mesmo sendo elas vistas algumas vezes como as grandes progenitoras da nação brasileira, garante aos brancos adventícios mais uma ferramenta na construção da sua preponderância social, econômica e política.



A imagem acima mostra Camila Pitanga, interpretando Paraguaçu, uma índia brasileira que se apaixona por Diogo Álvares, o Caramuru, seguindo-o até a França, no filme *Caramuru*, direção de Guel Arraes, 2001.<sup>20</sup> O filme foi feito a partir de uma minissérie em três capítulos apresentada pela Rede Globo de televisão na semana em que se comemorou os 500 anos do Descobrimento e intitulava-se ‘A invenção do Brasil’.

O termo invenção é bastante instigante e o filme e a minissérie mostraram a mescla de costumes indígenas e ocidentais. A curiosidade dos indígenas frente aos

<sup>20</sup> <http://www.adorocinema.com/filmes/caramuru/caramuru02.jpg>. Acesso em julho de 2003.

artefatos — roupas, espelhos etc. — e sua utilização nem sempre de acordo com o que os portugueses esperavam, por exemplo. A adaptação dos portugueses — pelo menos do personagem Caramuru — aos ‘costumes’ indígenas — aí já se pode ver alguns estereótipos, como a idéia de não trabalho, o banho frequente, a alimentação variada. Se já se pode vislumbrar algumas diferenças em termos das narrativas históricas que se evoca nestas produções, ensejadas pela comemoração dos quinhentos anos da chegada dos portugueses ao Brasil, alguns elementos importantes são mantidos. No caso do filme Caramuru, por exemplo, através do humor a pretensa ingenuidade dos índios é questionada. Mas a idéia de paraíso terrestre, reforçada pela sensualidade das índias, permanece. Aquela citação feita no início do texto na qual Gilberto Freyre fala que os portugueses aportavam aqui “pisando em carne nua” parece estar de acordo com o que o filme passa. A liberalidade das índias frente aos brancos, e especialmente dos homens índios, que no filme parecem não esperar nenhum tipo de obrigação por parte do branco, o Diogo Álvares, que passava a viver com suas filhas e ainda o fascínio sexual exercido por elas frente ao homem branco, é bastante recorrente.

E este é mesmo um dos objetivos dos realizadores da minissérie e do filme, o de marcar os “arquétipos” (ou seria melhor dizer estereótipos?) sobre a mulher brasileira. Não é a toa a escolha de Camila Pitanga, que é uma ‘autêntica’ e reconhecida mestiça, ‘mulata’, para o papel de Paraguaçu. Afinal, segundo Gilberto Freyre, a mulata seria o objeto sexual preferido pelos portugueses e brasileiros (brancos). Os jornais da época se referiram a esta questão, como se vê na seguinte nota do caderno B do Jornal do Brasil:

*“Pela foto já dá para ver que Camila Pitanga vai tirar o fôlego de muita gente como a índia Paraguaçu da minissérie A invenção do Brasil, dirigida por Guel Arraes e Jorge Furtado. “Não é um retrato realista dos índios. Na verdade a Paraguaçu da série é uma*

*mistura específica de alguns arquétipos da mulher brasileira”, explica Camila. De maneira bem humorada, é claro. Uma das idéias, é mostrar as várias maneiras de linguagem e de expressão através da história. Para o papel, Camila ensaiou com o diretor Ulysses Cruz, aumentou o aplique dos cabelos ficou duas semanas fazendo teste de figurino e maquiagem e até viu filmes de Leila Diniz. Tudo para captar os tais arquétipos.”<sup>21</sup>*

<sup>21</sup> GOULART, Gabriela. Antena. *Jornal do Brasil*, 29/01/2000, p.78.

Não se trata assim de buscar uma narrativa histórica com o filme, e sim, numa perspectiva bem pós-moderna, de inventar o Brasil de trás para frente, do hoje para o ontem. E isso tem o poder de desnudar, junto com Paraguaçu e Moema, o Caramuru que temos dentro de nós, esse colonizador que se instala no nosso olhar frente a nós mesmos, como de certa forma já mostrou Flora Sussekind ao estudar as vinculações entre a prosa romântica brasileira do século XIX, fundadora de nossa literatura, e os relatos escritos e publicados por viajantes europeus. O Brasil não é longe daqui, mas nós costumamos olhá-lo de longe.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> SUSSEKIND, 1990.

Já em “A Muralha” a questão é bem mais séria. As críticas são muitas. As mulheres brancas são as grandes protagonistas da história, como já levantado por outros trabalhos, as índias, assim como os índios de maneira geral, aparecem apenas em papéis secundários, sempre como vítimas extremamente exploradas. De qualquer forma, a narrativa é a mesma: as relações possíveis envolvem dupla assimetria, e sempre são as de um homem branco com uma mulher indígena. Os casos de índios homens que se apaixonam por mulheres brancas, embora apareça um caso destes em “A Muralha”, como no romance de José de Alencar, “O Guarani” tem final triste, pelo menos para o índio. Apesar da grande preocupação dos realizadores da série com figurinos e uma certa veracidade histórica — as quais eu não teria como julgar, e de que eles certamente conseguiram trazer uma outra imagem, bem menos romantizada, para o início da colonização de São Paulo, e portanto de boa parte do interior do



Brasil, do ponto de vista de uma história que se preocupasse em mostrar os indígenas como personagens integrantes daquela sociedade, deixa bastante a desejar. Eles aparecem ali, o massacre, a escravidão e mesmo a influência na cultura cotidiana que exerciam é vista e já é um grande ganho frente a outras produções culturais anteriores. Porém os telespectadores são levados a se identificarem com a mocinha branca, com o moço destemido (e branco) ou com a sofredora judia. É com eles que se emocionam, não com os personagens índios.

Algo que chama bastante a atenção é que certas produções destinadas a um público infanto-juvenil ou de cunho humorístico exacerbam e enfatizam bastante imagens muito semelhantes àquelas descritas por Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre.

É assim que na revista em quadrinhos infantil Parque da Mônica de abril de 2000 organiza-se uma representação da descoberta do Brasil com toda a turma da Mônica, capitaneada pelo Maurício de Souza em pessoa (desenhada...). Apesar de ser o nome da turma a Mônica, junto com a Magali são colocadas como as únicas personagens femininas possíveis: as índias (e não as Índias como pensa a Magali a determinado momento). O Cebolinha é Pedro Álvares Cabral, o Cascão, Pero Vaz de Caminha, Chico Bento faz o papel de Nicolau Coelho. Até o elefante Jotalhão tem o seu papel de Dom Manuel, O Venturoso. Nenhum 'menino' tem o papel de índio, e as índias são reputadas como 'mansas', embora a Mônica não deixe de dar umas coelhadas no Cebolinha Álvares Cabral, dizendo-se da tribo dos Tu – Pimba!

O livro dirigido a um público adolescente “Brasil 500 anos: histórias do povo brasileiro”, embora publicado em 1999, parece ter o mesmo discurso de von Martius: “Os portugueses, separados de suas mulheres por um oceano, não se limitaram a ocupar a terra. Também tomaram o ventre das índias e geraram aqui uma nova raça.”<sup>23</sup> Numa publicação de cunho

<sup>23</sup> MARTINS, 1999, p.11.

didático publicada em 1999 o uso da idéia de uma nova ‘raça’, brasileira e mestiça, feita pelos portugueses no ventre das índias pode parecer anacrônica para um público acadêmico, mas ela é consoante ao que se ouve nas ruas, nos estereótipos divulgados nas imagens menos elaboradas, e talvez por isso, mais facilmente apreendidas. E recorrente também a imagem da ‘dona ausente’, já problematizada em outro contexto por Maria Odila Dias.<sup>24</sup> A explicação para a mestiçagem desta forma é a ausência de mulheres brancas, o que remete à idéia de que ‘o natural’ seria os portugueses procurarem mulheres de sua etnia, e não as índias e negras. Isto porém não explicaria a continuação do processo, quando já temos uma grande quantidade de mulheres consideradas brancas.

<sup>24</sup> DIAS, 1995.

É interessante pensar que os estereótipos não são meras fantasias. Eles fundamentam-se em aspectos importantes das relações sociais, embora tenham uma maneira particular de lhes dar valor, de enfatizar determinados aspectos dos sujeitos e de constituí-los a partir destes aspectos, menosprezando outros. Essa idéia pode ser exemplificada a partir de dois textos publicados na imprensa em abril de 2000, sobre a mestiçagem no Brasil. Um deles é um texto publicado na Revista Ciência Hoje, órgão de divulgação ligado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. O artigo, intitulado “Retrato Molecular do Brasil” mostra a pesquisa de cinco geneticistas brasileiros através da análise do DNA de uma amostra de 200 pessoas auto-identificadas como brancas, provenientes das várias regiões do país e de classes social média ou alta (depois eles fizeram a comparação com o DNA de pessoas identificadas como brancas de classe pobre em outro estudo). Eles escrevem, para concluir que

*“Vários autores, entre os quais despontam os já mencionados Prado, Freyre, Holanda e Ribeiro enfatizaram a natureza triétnica da população brasileira, a partir dos ameríndios, europeus e africanos. Os dados que obtivemos dão respaldo científico a esta*

*noção e acrescentam um importante detalhe: a contribuição europeia foi basicamente através de homens e a ameríndia e a europeia foi principalmente através de mulheres. A presença de 60% de matrilineagens ameríndias e africanas em brasileiros brancos é inesperadamente alta e, por isso, tem grande relevância social.”<sup>25</sup>*

<sup>25</sup> PENA et alii, 2000, p.25.

Aquilo que nos arriscávamos a colocar como uma memória, a relação entre homens brancos e mulheres indígenas como algo marcante na memória e na história nacional, mas desconsiderada e muitas vezes ocultada nas memórias familiares<sup>26</sup>, adquire o status de uma memória genética, ou melhor, de um fato comprovado geneticamente. Entretanto o segundo texto que quero trazer para o debate, é um comentário de um jornalista conceituado e publicado em diversos jornais do país, Élio Gaspari, sobre esta descoberta.

<sup>26</sup> WOLFF, 2002.

*“O branco tem a marca de Naná.*

*A revista “Ciência” que chegará às bancas nos próximos dias traz um artigo fenomenal. Cinco pesquisadores dos departamentos de bioquímica e biologia da Universidade Federal de Minas Gerais qualificaram uma parte do processo de miscigenação da população brasileira. (...) A partir do exame do DNA de uma amostra de 200 homens e mulheres brancos de regiões e origens sociais diversas, demonstraram que, de acordo com os marcadores utilizados, de cada cem pessoas brancas só 39 têm apenas linhagem exclusivamente europeia. As demais têm a marca da miscigenação (33% de índios e 28% de africanos). A predominância da marca indígena deve-se ao fato de que por mais de um século a miscigenação deu-se sem a presença negra.*

*Há mais gente com um pé na cozinha do que com os dois na sala. As revelações da pesquisa vão adiante:*

*Só uma em cada dez pessoas brancas tem no seu código genético a marca de um ascendente homem negro ou índio.*

*Seis em cada dez brancos têm a marca de uma ascendente mulher negra ou índia.*

*Pode-se estimar que 45 milhões de brasileiros têm uma índia na sua ascendência. São 40 milhões os que têm uma negra.*

*É a comprovação científica daquilo que Gilberto Freyre formulou em termos sociológicos. A miscigenação deu-se sobretudo pela*

*relação de homens brancos com mulheres negras ou índias. Basta olhar em volta para perceber que esse acasalamento físico não resultou numa aproximação social. Usando-se a personagem Naná (Adriana Lessa), de “Terra Nostra”, vê-se como funcionou a miscigenação brasileira. Ela teve mais Gumercindos (Antônio Fagundes), com quem Naná partilhou uma rede, do que Antenores (Jackson Antunes), com quem formou um lar.*

*Há algo de surpreendente na disparidade que separa os ascendentes masculinos (negros ou índios que tiveram filhos com brancas) dos femininos (negras ou índios que tiveram filhos com brancos).*

*Os brasileiros que se julgam superiores por brancos devem se lembrar de que há mais de 25% de chances de uma mulher negra ter deixado no seu DNA a marca de Naná.”<sup>27</sup>*

Ao comentar a notícia e mesmo a intenção dos autores de mostrar a diversidade presente na população branca brasileira, porém, Élio Gaspari mostra um pouco dos estereótipos com os quais convivemos em nosso dia a dia. Na comparação com a novela Terra Nostra, grande sucesso da Rede Globo da época, fica claro, mais uma vez, o reforço dado pela mídia a esta imagem, no caso de uma mulher negra que manteve um relacionamento sexual com um homem branco, marcado pela hierarquia social (ela era escrava e ele o dono da Fazenda), racial, e de gênero. A maneira como o discurso de Gaspari vai tecendo o comentário utiliza elementos irônicos — o pé na cozinha, a oposição entre rede e lar — presentes em ditos populares que costumam acompanhar os estereótipos. Ao denunciá-los Gaspari nos oferece a chance de visualizá-los.

Ao discutir estereótipos e discriminação no discurso do colonialismo, do qual creio que não escapamos, pois fazemos a colonização interna o tempo todo no Brasil, Homi Bhabha chama a atenção para o caráter ambivalente dos estereótipos. O estereótipo

*“... é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre no lugar, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido... como se a duplicidade essencial do asiático*

<sup>27</sup> GASPARI, Folha de São Paulo, 16/04/2000, disponível em <http://www1.uol.com.br/cgi-bin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp2000&banner=bannersarqfolha>. Acesso em 12/03/2004.

<sup>28</sup> BHABHA, 2001, p.105.

*ou a bestial liberdade sexual do africano, que não precisam de prova, não pudessem na verdade ser provadas jamais no discurso”.*<sup>28</sup>

A ambivalência se aplicaria ainda à idéia de diferença cultural, pois ao explicar o outro dentro de um destes estereótipos, o colonizador estaria ao mesmo tempo mostrando as diferenças (e as hierarquias) e trazendo-as para o campo do conhecido. Homi Bhabha não chega a trabalhar com esta figura do mestiço, neste texto, mas esta idéia da ambivalência cabe muito perfeitamente ao mestiço. Ele é diferente, mas é igual. Ele é outro, mas é o mesmo. Se um povo mestiço pode ser lido como a construção de um povo diferente, produzido na hibridação resultante da mistura de culturas, de etnias, de representações, de experiências, ele também pode ser lido através dos óculos que ali enxergam as características herdadas, de uns e de outros. A idéia de mestiçagem carrega em si estas duas possibilidades. Uma que ali vê degeneração, ou predomínio de um grupo sobre o outro, e esta forma vem de uma história que mostrou o branco como único sujeito da história, sobrepondo-se, mesmo que talvez não por uma superioridade natural, mas pela violência, por sua força de civilizado e de macho, às indígenas e africanas. Estas últimas, como vítimas, não são sujeitos, e sim objetos — de prazer, de admiração, de violência. Nos discursos não são as índias que são as mães da nação, mas apenas o ventre onde o colonizador plantou sua semente, fez nascer uma nova raça. Outra possibilidade, porém, emerge da nova historiografia brasileira, na qual os escravos não são simplesmente peças, mas mulheres e homens com sentimentos, valores, estratégias.<sup>29</sup> Onde as mulheres não são mais simplesmente bonecas, ou vítimas, ou insignificantes por se aterem à esfera da reprodução.<sup>30</sup> Onde os indígenas, apesar do que os antropólogos chegaram a pensar, no dizer de Roberto da Matta, não foram exterminados, mas estão aí, fortes e destemidos, apesar da fome, apesar da exclusão, gritando sua cultura e

<sup>29</sup> Veja-se como exemplo CHALHOB, 1990; MONTEIRO, 1995; SLENES, 1999.

<sup>30</sup> Ver, por exemplo, DIAS, 1995; PEDRO, 1994 e WOLFF, 1999, entre tantas outras.

seus direitos.<sup>31</sup> Talvez essa outra possibilidade seja o que Bhabha chamou de um entrelugar, ou um Terceiro Espaço. “E ao explorar esse Terceiro Espaço, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos.”<sup>32</sup>

<sup>31</sup> MATTA, 1978, p.32.

<sup>32</sup> BHABHA, 2001, p.69.

## Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 1907. (Disponível em [www.ebookcult.com.br](http://www.ebookcult.com.br))

AUSLANDER, Leora et ZANCARINI-FOURNEL, Michelle. Editorial. Le genre de la nation et le genre de l'État. *Clio, Histoire, Femmes et Sociétés*. Toulouse, (12)2000, p.5-13.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. 2 ed. Revis. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.[1933]

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.103-133.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Cláudia Barcellos (Org.) *Raça como retórica: A construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTA, Roberto da. Prefácio à 2 ed. In: LARAIA, Roque e MATTA, Roberto da. *Índios e Castanheiros*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARTINS, Sebastião. *Brasil 500 anos: histórias do povo brasileiro*. Belo Horizonte: Lê, 1999.

MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEEDEL, Jeffrey. Identity, race, gender, and modernity in the origins of Gilberto Freyre's oeuvre. *American Historical Review* 100, 1995, p.51-69.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1995.

PENA, Sergio D.J., CARVALHO-SILVA, Denise R., ALVES-SILVA, Juliana, PRADO, Vânia, e SANTOS, Fabrício R. Retrato molecular do Brasil *Ciência Hoje* 27(159):16-25 abril de 2000. Disponível em [http://www.gene.com.br/DrSergioPena/Publicacoes/view/artigos\\_cientificos.htm](http://www.gene.com.br/DrSergioPena/Publicacoes/view/artigos_cientificos.htm)

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. Ensaio sobre a tristeza brasileira. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. [1927]

RAGO, M. Sexualidade na historiografia brasileira. In: *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

RAMOS, M. B. Perfectíveis corpos – Corpo e Nação. Territorialidades imponderáveis. *Projeto História*. São Paulo, v.25, p.291-312, 2002.

ROCHA, Elaine. A captura de novos sentidos na história. Gênero e etnia. *Revista Diálogos*, v.4, n.4, Maringá, 2000, p.145-160. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol04.htm>

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*, Capítulo V: Poesia Quinta fase do Romantismo, vol. II, 1888. <http://www.academia.org.br/cads/17/silvio2.htm>

SCHWARTZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol.15, n.2, jul./dez.1990, p.5-22.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador; a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história*. Alto Juruá, AC, 1870-1945. São Paulo: HUCITEC, 1999.

\_\_\_\_\_. Índias e Brancos no Sul do Brasil – Reflexões sobre a

memória e a construção de identidades. In: LEITE, Renato Lopes.  
(org.). *Cultura & Poder: Portugal – Brasil no século XX*. Curitiba,  
2003, p.37-51.



# Francesas no rio de janeiro: Trabalho, sonhos e ousadias (1816-1822)\*

Lená Medeiros de Menezes

Considerando-se que o século XIX teve início com o fim das Guerras Napoleônicas, a virada do oitocentos representou para o Brasil, principalmente para a cidade do Rio de Janeiro, o advento de tempos realmente novos. A chegada da Família Real e dos milhares de nobres que a acompanharam implicou a necessidade imperiosa de mudanças na infra-estrutura urbana, que se mantinha, até então, própria de uma cidade colonial e escravista; inadequada, portanto, para abrigar a nobreza portuguesa que se deslocara para a cidade.

Embora as mudanças colocadas em curso não tivessem determinado, no curto prazo, o fim da escravidão, o trabalho livre desenvolvido pelos estrangeiros, ao coexistir com as formas compulsórias ainda exis-

*Lená Medeiros de Menezes*. Professora Titular de História Contemporânea; Doutora em História Social pela USP; Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ e Representante eleita dos Professores Titulares no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UERJ. Autora dos livros *Os Indesejáveis: Protesto, Crime e Expulsão na Capital Federal, 1890-1930* (Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997) e *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio, 1890-1930* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992), além de capítulos de livros e artigos, publicados no Brasil e no exterior, sobre imigração, expulsão de estrangeiros, mulher e gênero, cinema e representações, representações revolucionárias e contra-revolucionárias no discurso midiático e Anarquismo.

\* Pesquisa financiada pelo CNPq, através de bolsa de produtividade. O trabalho aqui apresentado contou com a colaboração de Alexandre Pereira Caldas, aluno do curso de Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que auxiliou a pesquisadora nas idas e vindas aos arquivos.

tentes, possibilitaram que contradições fossem acumuladas, impulsionando novas e profundas transformações. A abertura dos portos significou não só o fim do Pacto Colonial, como possibilitou que, “pela porta que se abria ao comércio do mundo”<sup>1</sup>, a linguagem do progresso e da ‘civilização’ impulsionasse novos usos, costumes, idéias e desejos.

<sup>1</sup> EDMUNDO, 1940, p.432.

*A partir do dia em que o comércio do Rio de Janeiro se tornou independente do da metrópole, o seu progresso foi prodigioso. As importações de artigos europeus satisfazem todas as necessidades e parecem destinadas a criar novas tanto são variadas e abundantes...*<sup>2</sup>

<sup>2</sup> D'ORBIGNY, 1976, p.167.

Para além das transações comerciais, a liberdade comercial oportunizou a chegada de homens e mulheres que apostavam em sua capacidade de prover a cidade com aquilo que era demandado: tecidos e roupas de algodão, cambraias, sedas e jacquards, rendas, xales, lenços, meias, bonés, botas, sapatos, camisas, luvas, chapéus, caixas de toucador, espelhos, jóias, relógios, perfumes, licores, artigos de moda, tecidos, travessas e enfeites de cabelo, facas, martelos, machados, alfinetes, agulhas, mosquetes, lustres, quadros, pianos, livros, taças, canecas, jarros, vinhos e tantos outros produtos oferecidos pelas indústrias e manufaturas européias.

<sup>3</sup> Os acordos assinados em 16 de setembro de 1815, confirmados por portaria de Lisboa de 19 de outubro de 1816, foram concluídos em Paris graças à ação do Conde de Palmella e de Talleyrand. Eles estabeleciam reciprocidade nas relações entre os dois países, restabelecendo as relações comerciais também e garantindo aos “vassallos de cada um dos dois estados residentes no outro” as mesmas reciprocidades. A íntegra dos acordos foi publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 17 de janeiro de 1817.

A vida da corte trouxe consigo necessidades decididamente novas, vinculadas a maneiras mais sofisticadas de vestir-se e comportar-se em sociedade, criando demandas até então inexistentes na cidade transformada em capital do velho império transcontinental. Se em 1807 apenas 90 navios estrangeiros haviam dado entrada no porto do Rio de Janeiro, três anos depois eles totalizariam 422, demonstrando a avidez com que as elites fixadas em terras brasileiras buscavam, no exterior, o atendimento às suas exigências de consumo.

Os acordos entre Portugal e França,<sup>3</sup> como parte do processo de paz tecido em Viena, permitiram que

muito rapidamente os produtos franceses passassem a estar ao alcance daqueles que com eles sonhavam à distância, inclusive dos artigos de luxo cujo comércio sofrera verdadeiro colapso com a Revolução, e que afetara violentamente a vida de homens e mulheres empregados nas manufaturas reais, bem como aqueles que colocavam seus ofícios e artes a serviço das classes abastadas, devastadas pela guilhotina e pelo exílio.<sup>4</sup> Inserindo-se no contexto da Restauração, a abertura dos portos e os acordos entre Portugal e França inseriram o Brasil nos jogos políticos e nas oscilações econômicas que caracterizaram o conturbado século XIX francês.

Tão logo a Corte estabeleceu-se no Rio de Janeiro, foi criado o registro de estrangeiros, sendo cadastrados aqueles que já eram residentes na cidade, cujos nomes compõem o códice 372 do Arquivo Nacional.<sup>5</sup> Este registra o total de 370 indivíduos, número que cresce consideravelmente quando são contabilizados os acompanhantes, muitos deles apenas enumerados, sem determinação de nomes, profissão ou idade.

Dentre os considerados de “mais elevada hierarquia”, conforme as palavras de José Honório Rodrigues, na introdução ao já citado documento, constam os nomes do Conde de Say (residente na rua do Ouvidor), do Conde de Bomgars (residente no Cosme Velho) e do Conde de Gestaes (residente à rua do Conde), que chegou ao Rio de Janeiro para estabelecer-se com sua mulher, a Condessa de Rogercis. A estes acrescentam-se aqueles que ficariam famosos como pintores e arquitetos da Missão Francesa chegada em 1816.

Nos fluxos orientados para a cidade, contavam-se nobres, burgueses, ex-militares, além de indivíduos mais pobres, dedicados às artes mecânicas e aos ofícios, todos eles decididos a começar uma nova vida do outro lado do Atlântico. Dos 370 indivíduos contabilizados como residentes na cidade do Rio de Janeiro entre 1808 e 1820, 70 haviam declarado, explicitamente,

<sup>4</sup> Há análises que demonstram que o colapso do comércio de luxo trouxe severo desemprego em Paris e nas províncias, empurrando muitas mulheres para a prostituição. Ver, dentre outros, HAINE, 2000. Observe-se, ainda, que uma contradição aprofundou-se com a Revolução: ao mesmo tempo que esta propiciava o declínio do comércio de luxo, abria caminho para que o desejo do acesso a determinados produtos se irradiasse pelo conjunto da população, liberta dos grilhões sociais do Antigo Regime.

<sup>5</sup> ARQUIVO NACIONAL, Códice 372. Em todos os registros citados, a grafia foi atualizada, embora a estrutura do texto tenha sido mantida.

ter emigrado com o objetivo de estabelecerem negócio no Brasil. Dentre eles, Avrial Colombier, nobre e solteiro de 24 anos, que chegou de Bordéus em maio de 1817, “com fins de comerciar com loja de fazendas secas”, e Elói Pellerin, natural de Tours, nobre e casado que chegou em 1818, com 55 anos, trazendo em sua companhia a esposa chamada Lerren e que cerca de um ano depois “despachou-se para Minas Gerais”, demonstrando que a circulação pelo país destacava-se como alternativa para que os objetivos inicialmente traçados fossem alcançados.<sup>6</sup>

Dentre os locais de saída na França, além de Paris — declarada pela maioria — destacavam-se cidades como Toulouse, Carcassone, Bordéus, Avignon, Sèvres, Baione, Beaumont, Tours, Nantes e outras. O porto de saída era Havre de La Grace e alguns dos registrados tinham passagens anteriores por Lisboa ou pela Inglaterra. As mulheres apresentam-se nas relações em absoluta minoria, figurando, regra geral, como simples acompanhantes, nem sempre com seus nomes devidamente declarados. Vejam-se os exemplos que se seguem:

*Francisco Chabre — Rua S. Pedro, 138, Sèvres, 26 anos mecânico, casado, veio de Havre de Grace há 4 meses para estabelecer-se. Trouxe sua mulher e uma filha. A primeira de nome Maria Pierette e a segunda, Emelianna Chabre (...) Mudou-se da Mata-Cavalos para rua da Ajuda, nº 67.<sup>7</sup>*

*João Oriante — 48 anos, mecânico, casado, veio na embarcação Natividade, vive pelo seu ofício de ourives e traz a mulher Maria e uma criada Marnna, todas francesas, aqui chegaram em junho de 1818.<sup>8</sup>*

*Nicolau Dreys — Rua das Violas, 13, Nantes, 36 anos, nobre, casado, veio de Nantes em 1817 a negociar, tem sua mulher e uma filha.<sup>9</sup>*

O gosto pela moda e pela sofisticação, associado ao afluxo de homens e mulheres que haviam vivido uma Revolução, na moderna acepção do termo,

<sup>6</sup> Esta circulação também pode ser acompanhada com a consulta a outros códices. Os de número 386 (Receita de venda de passaportes e dos passes da polícia) e o 423 (Legitimações de estrangeiros), também publicados pelo Arquivo Nacional.

<sup>7</sup> ARQUIVO NACIONAL, Códice 372, p.19.

<sup>8</sup> ARQUIVO NACIONAL, Códice 372, p.24.

<sup>9</sup> ARQUIVO NACIONAL, Códice 372, p.33.

possibilitou que determinadas imagens fossem forjadas com relação ao(s) que aportavam à cidade e a tudo aquilo que ele(a)s pareciam representar em termos de progresso, transformados, assim, em arautos principais da ‘civilização’ que, com ele(a)s diziam ter aportado em solo brasileiro.

*Suas lojas ocupa[va]m algumas das principais ruas da cidade, onde se destaca[va]m por serem as mais elegantes. Elas se distingu[ia]m principalmente por suas cortinas, espelhos, relógios ornamentais e vasos de louça esmaltados, que da[vam] uma certa elegância e luxo à Rua do ouvidor, do Ourives e outros lugares em que vivem.*<sup>10</sup>

Rapidamente, os franceses transformaram-se em uma expressiva e importante colônia estrangeira da cidade,<sup>11</sup> totalizando, segundo registros dos viajantes que por aqui passaram, cerca de mil e quinhentas pessoas em 1828, 12 anos depois que o primeiro navio, de bandeira americana, o *Calphe*, trouxera do Havre as primeiras famílias provenientes da França.

Em suas mãos estavam cerca de cento e quarenta lojas, onde homens e mulheres exerciam ofícios que viajantes como Walsh consideravam as “diferentes manifestações do comércio” característico de seu país de origem. Ou seja, nestas lojas podiam ser encontrados: “*boulangers, doreux des metaux, emailleurs, fabriciers des liqueurs, horloges, lampistes, pâtisseries, tapisseries, (...) marchands de modes, bijoutiers, chapelins*” e outros artistas dedicados a “enfeitar as pessoas”, além de “vendedores de *nouveautés françaises*”, com seus estabelecimentos “repletos de bijuterias e enfeites”. Sem mencionar o fato dos franceses serem, segundo o mesmo autor, os únicos vendedores de livros do Rio, contando-se na cidade “doze libraires e relieurs”, alguns dos quais mantinham “bibliotecas circulantes” e possuíam uma “boa coleção de livros em todas as línguas”.<sup>12</sup> Devido a esta forte presença, tornou-se comum ouvir o francês pelas ruas e nas lojas da cidade, criando-se, assim, um

<sup>10</sup> WALSH, 1985, p. 197. Segundo o autor, os estabelecimentos ingleses contrastavam flagrantemente com os franceses, pois suas lojas não eram elegantes nem enfeitavam as ruas.

<sup>11</sup> Os portugueses, até a Independência, eram contabilizados como nacionais.

<sup>12</sup> WALSH, 1985, p.198.

outro tipo de demanda e de possibilidade de trabalho: o ensino da língua francesa — em primeira e última instâncias, considerada a língua da civilização — como demonstram os anúncios que se seguem:

*Madame Clementiny, novamente chegada a esta cidade, tendo dirigido em França por espaço de 10 anos uma casa de educação de meninas, propõe-se a dar lições de música vocal, de harpa, de piano e de língua francesa (...). As pessoas que desejarem empregá-la na educação das suas filhas, podem dirigir-se à casa da sua residência, a rua de S. José, nº 19.*<sup>13</sup>

<sup>13</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 6 de agosto de 1817. Avisos. Em todos os avisos reproduzidos, a grafia e a pontuação foram atualizadas, embora a estrutura do texto tenha sido mantida.

*Ms Chabry faz ciente às pessoas que quiserem aprender a ler, falar, e escrever a língua francesa, que dá todos os dias lições desta língua em sua casa na rua da Barreira de Santo Antonio nº 6, de manhã desde as oito até às dez, e de tarde das três até às cinco; o preço das lições, que ele dá em sua casa, é dez patacas por mês. Da mesma sorte ensina por diferentes casas particulares.*<sup>14</sup>

<sup>14</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1º de abril de 1818, Avisos.

A sofisticação dos produtos franceses colocados à disposição do público está expresso em muitos dos avisos publicados na *Gazeta* e no *Diário do Rio de Janeiro*, como os que se seguem, publicados em fevereiro de 1817, em outubro de 1817 e em março de 1819:

*Na esquina da Rua Direita, na Rua do Ouvidor nº 8, em casa de Bellard, há para vender vestidos de corte bordados em ouro, rendas, plumas brancas, bijuterias, toda a espécie de enfeites com rendas, em prata e ouro, assim como excelente vinho de Bordéus em caixa.*<sup>15</sup>

<sup>15</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 22 de fevereiro de 1817, Avisos.

*Em casa de Lezan Vial, rua do Ouvidor nº 28, se acha uma partida de sedas ricamente bordadas de prata e ouro, mui próprias para ornatos de casas e janelas.*<sup>16</sup>

<sup>16</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 18 de outubro de 1817, Avisos.

*No Armazém da Modista Francesa, na Rua dos Ourives entre a do Rosário e do Ouvidor, nº 66, acha-se um sortimento de flores, plumas, fitas, bordados, chapéus para senhoras e o mais rico, mais lindo, e mais moderno que se pode desejar. Como esta casa recebe diretamente estes gêneros das melhores fábricas de Paris, aí podem concorrer os compradores, na certeza de que lhes ficarão por muito mais cômodo preço do que em qualquer outra parte.*<sup>17</sup>

<sup>17</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 18 de março de 1819, Avisos.

A sofisticação e a forte presença do comércio francês na cidade encontravam, assim, evidências nos citados avisos, demonstrando tanto o domínio de franceses e francesas no comércio a varejo, quanto a expansão da demanda interna por produtos de luxo, além do impacto daquilo que viria a marcar a nova era que se anunciava: a invenção da moda ao sul do Equador e, junto a ela, a projeção de novas atrizes urbanas — aquelas que ‘faziam a moda’. Ou seja, as modistas da rua do Ouvidor e adjacências. Denominação nova para um antigo trabalho de dar formas aos tecidos. Nada mais do que mulheres trabalhadoras embaladas pelas novidades dos tempos que, sós ou na companhia de seus homens, lançaram-se à travessia do oceano para, no Brasil, reescreverem sua história de vida, através do trabalho com a tesoura e a agulha. Muitas destas mulheres conseguiram fugir ao anonimato fazendo publicar anúncios de suas atividades nos jornais de época, como foi o caso, dentre outras, de M<sup>me</sup> Grasin Dubois.

“Modista e costureira”, Mme Dubois, através de aviso publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, dava conhecimento ao público que fazia vestidos, coletes, chapéus, flores e “todas as modas de senhoras”, atividade que veio a ampliar posteriormente, passando a atender, também, aos homens. Por um novo aviso, publicado meses depois, informava que, “costureira e modista” — uma inversão significativa, tendo em vista suas novas pretensões — passara a fazer “toda e qualquer costura e enfeites para senhores”; uma ousadia significativa, sem dúvida alguma, que rompia com determinados tabus nas relações públicas entre os sexos. Inicialmente moradora da rua dos Latoeiros, nº 12 (atual Gonçalves Dias), Grasin Dubois transferiu-se para a rua do Ouvidor, nº 118,<sup>18</sup> a mesma rua do Ouvidor que em 1831 já seria caracterizada como a mais “francesa” das ruas cariocas, a ponto de ser comparada à *rue Vivienne* de Paris nas lembranças de Jacquemont e Debret.

Mesmo quando lhes faltavam os conhecimentos

<sup>18</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de novembro de 1822 e 06 de maio de 1823, Avisos Particulares.

ou os dons necessários para o corte e a costura, inabilidade não impedia que algumas mulheres colaborassem com o orçamento familiar, abraçando outras oportunidades de serviços no circuito da moda e da sofisticação. É o que podemos inferir de aviso impresso na *Gazeta do Rio de Janeiro* em dezembro de 1817, mandado publicar Por Ms. e M<sup>me</sup> Catillon, recém chegados à cidade:

*Catillon, ourives francês, morador na rua dos Latoeiros, n.º 8, faz e concerta toda a sorte de jóias e grava a diamante: a mulher dele concerta e lava as rendas brancas e pretas, os véus, os vestidos de filó de seda bordados, assim como também as meias de seda.*<sup>19</sup>

<sup>19</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10 de dezembro de 1817, Avisos.

Os registros oficiais nos permitem saber que Ms. Catillon era francês de Paris e contava 30 anos de idade quando de sua chegada à cidade. Ourives por profissão, ele comunicava ao público, pelos jornais, suas habilidades mecânicas e artísticas. A “mulher de Catillon” também era natural de Paris e sua atividade principal consistia em lavar e passar tecidos e roupas delicadas. Chamava-se Joana e chegara ao país na companhia do marido e de três filhos menores. Mesmo não sendo modista, Joana Catillon apresentava-se como especialista no trabalho de conservação e recuperação de tecidos e roupas delicadas. Apesar de não ser modista, integrou, nessas atividades, os mesmos circuitos destas, colocando-se à disposição das elites, nativas ou não, que miravam a França como horizonte maior em seu ser e estar.

Como bem o disse Joaquim de Macedo, a partir das mudanças que se processaram na cidade nas primeiras décadas do oitocentos, nenhuma senhora fluminense se prestou “a ir a saraus, a batizados, a festas e reuniões sem levar vestido cortado e feito por modista francesa da rua do Ouvidor”.<sup>20</sup>

Foi assim que as modistas francesas escreveram um capítulo a parte na história da cidade do Rio de Janeiro. Não só pela costura transformada em arte,

<sup>20</sup> MACEDO, 1988.



mas também pelas imagens, positivas ou negativas, que a elas foram sendo associadas. Positivas quando seus fazeres apareciam associados à moda e à sofisticação, identificando-as com a chegada da civilização e figuras emblemáticas da modernidade; negativas quando sobre elas eram lançados determinados estigmas. Muitas delas, no exercício de uma liberdade recém-adquirida, ainda que muito rapidamente limitada,<sup>21</sup> desafiavam o espaço-tempo urbano carioca, ainda caracterizado pela proteção dada às mulheres brancas pelas paredes do lar e pelos limites comportamentais presentes nos saraus e festas religiosas. Os fazeres e afazeres das ‘modistas de Paris’, oferecendo livremente seu ofício e os frutos de seu trabalho em uma cidade marcada ainda por resistências coloniais, representavam uma grande e ‘perigosa’ novidade, o que facilmente era assimilado como falta de recato e atentado a tudo aquilo que podia ser considerado expressão dos ‘bons costumes’.

Consideradas ousadas demais segundo os padrões existentes, sobre elas pesaram suspeitas e condenações, na polarização que era anunciada entre as imagens da mulher honesta e da mulher perdida. Até mesmo no julgamento dos europeus que pela cidade passavam, impactados pela explosão da prostituição nas grandes cidades européias, principalmente em Paris, estas mulheres não eram dignas de respeito.

De alguma forma, as representações forjadas consagravam a associação entre trabalho feminino e perdição, levando à fusão entre a ‘*grisette*’ (jovem mulher da classe trabalhadora) e a ‘*lorette*’ (cortesã), explicando porque viajantes estrangeiros como Expilly foram levados a afirmar que não se tratavam de mulheres honestas aquelas que povoavam a rua do Ouvidor<sup>22</sup>, da mesma forma que seus rostos pintados e sua vaidade, eram considerados sinais visíveis de sua degradação nos relatos de Schelichthorst sobre o cotidiano da cidade.<sup>23</sup>

Escrevendo algum tempo depois, Joaquim Manuel

<sup>21</sup> O decreto francês de 30 de outubro de 1793, por exemplo, tornou ilegais todos os clubes e associações femininas. Em maio de 1795, a Convenção decidiu pela saída das mulheres das galerias do legislativo. Em maio de 1796, em nome dos “interesses da sociedade e da moralidade” as mulheres foram excluídas das posições *seniors* do ensino. O Código Napoleônico, por sua vez, reforçou a autoridade de maridos e pais às expensas de direitos de esposas e filhas. A Restauração do pós 1815, longe de se voltar contra os dispositivos republicanos, arguiu o papel visível das mulheres nas instituições aristocráticas. No Brasil, a autoridade do marido viria a ser consagrada em vários dispositivos, sendo expressão desta tendência o fato do Código Comercial de 1850 vir a proibir que mulheres pudessem abrir firmas comerciais sem o consentimento do marido. Para aprofundamento do tema, ver LANDES, 1988.

<sup>22</sup> EXPILLY, p. 257. Apud LEITE, 1984, p. 114.

<sup>23</sup> SCHELICHTHORST, p. 100-1001. Apud LEITE, 1984, p. 116.

de Macedo, em suas memórias sobre a rua do Ouvidor, fazia comentários que traziam as mesmas marcas discursivas. Segundo ele, as “modistas da rua do Ouvidor eram uma tentação permanente” e, “devido à sua acessibilidade”, “um convite ao galanteio e à aventura”,<sup>24</sup> acessibilidade esta que provinha da exposição pública de uma feminilidade ostensiva, própria talvez das escravas, mas nunca das mulheres brancas.

<sup>24</sup> CRULS, 1965, p.553.

As imagens erotizadas construídas com relação às modistas não só descredenciavam seu trabalho quanto sua maneira de ser, impedindo que elas fossem vistas e valorizadas pelo que realmente eram: mulheres trabalhadoras que haviam ousado cruzar os mares com o objetivo de fugir às adversidades na terra natal, em uma França de recorrentes crises políticas e econômicas, com um desemprego que se tornava dramático em determinadas conjunturas.

Muitas mulheres, sem maridos e sem perspectivas, lançaram-se sós — ou em companhia de seus filhos menores ou de outras mulheres — ao desafio do reinício de sua vida no além-mar. Foi o caso de Juliana Alexandre, viúva que chegou ao Rio de Janeiro em companhia de um filho menor<sup>25</sup> e de Joana Poyanne, viúva como a primeira, que em 1816 chegou à cidade na companhia da irmã.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> Deve ser registrado o fato da grafia dos nomes em francês raramente ser correta. Por vezes, há registros feitos de maneiras diferenciadas, dependendo de quem os fazia.

<sup>26</sup> ARQUIVO NACIONAL, Códice 372.

Quando casadas, a tendência que se impunha era a das mulheres lutarem ombro a ombro com seus homens para garantir a sobrevivência familiar, buscando, dessa forma, tornar reais os sonhos de promoção social abortados na terra natal. Nesse processo de busca, eram reproduzidas, no Brasil, ainda que com novas roupagens, práticas há muito desenvolvidas na França, caracterizadas pela complementaridade entre os trabalhos masculino e feminino.

Tão logo a família real transferiu-se para o Brasil e o registro de estrangeiros foi implantado, foi possível dar visibilidade aos estrangeiros que passaram a procurar o Brasil como terra de oportunidades. Atra-

vés desses registros é possível saber, por exemplo, a naturalidade, a idade, o estado civil, a profissão e alguns dos objetivos traçados por aqueles que imigravam, embora isto não seja possível para todos. Os dados constantes desses registros, cruzados com as informações impressas nos jornais, permitem que alguns homens e mulheres sejam hoje tiradas do anonimato, para se fazerem atores e atrizes atuantes no drama urbano. Fragmentos de suas vidas ensejam narrativas que, transformadas em exercícios prosopográficos, permitem dar a conhecer alguns dos detalhes da vida de uma cidade que se abria para o mundo. Vejam-se alguns exemplos:

Parisiense por nascimento, M<sup>me</sup> Chabry chegou ao Rio de Janeiro no início de 1818, na companhia do marido e filho. Na luta pela vida, ele tornou-se professor de língua francesa, dando lições em sua casa. Ela tornou-se mais uma das modistas estabelecidas no centro da cidade, fazendo “modas e vestidos de todos os feitos por um preço módico”, tendo, ainda, “as modas já feitas”.<sup>27</sup>

M<sup>me</sup> de Lussan também chegou em 1818, fixando-se à rua do Propósito n° 2. Segundo anúncio publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, ela oferecia ao público grande sortimento de vestidos, chapéus, flores, penas e “todas outras qualidades de moda para mulher”.<sup>28</sup>

M<sup>me</sup> Josefina Mennier colocou seu primeiro anúncio nos jornais em abril de 1820, comunicando ao público que recebera novos sortimentos de tecidos da França. Três anos depois, já se anunciando como Josefina Mennier e Comp., comunicava a abertura de um “armazém de fazendas francesas e oficina de costura e modas” à rua do Ouvidor, n° 153.<sup>29</sup>

Ao chegarem, muitas mulheres mostravam-se dispostas a fazer qualquer serviço para o qual houvesse demanda, como forma de garantir sua sobrevivência. È o exemplo que nos é dado por Rosa Dubois. Intitulando-se modista e costureira, Rosa chegou de Paris em 1821, fazendo publicar anúncio no qual dizia estar

<sup>27</sup> ARQUIVO NACIONAL, Códice 372 e *Gazeta do Rio de Janeiro*, 01 de abril de 1818, Avisos.

<sup>28</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 8 de julho de 1818, Avisos.

<sup>29</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 15 de abril de 1823, Avisos.

habilitada a fazer “vestidos e coletes, corpinhos, mais tudo que respeita ao vestuário de senhoras, e no último gosto”. Disposta a garantir o pão de cada dia, informava, em acréscimo, que “as pessoas que quise[ssem] mandar chamar, seja para alguns dos objetos acima mencionados seja para lavar e fazer nova qualquer espécie de rendas” deveriam dirigir-se à Rua do Ourives nº 41.<sup>30</sup>

<sup>30</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de setembro de 1821, Notícias particulares.

O Códice 372, já mencionado, registra casos de mulheres solteiras que chegaram na companhia de irmãos ou patrões, como Melanie e Virginie Durand, irmãs de Carlos Durand,<sup>31</sup> natural da Normandia, de origem nobre, que chegou ao Rio de Janeiro procedente da Holanda, com o intuito de estabelecer casa de negócios, trazendo ainda em sua companhia uma criada de nome Aimée. Presença constante nos avisos da *Gazeta do Rio de Janeiro*, Durand tornou-se — pelo menos nas primeiras décadas — um dos maiores empreendedores nos primeiros tempos do estabelecimento do comércio varejista estrangeiro na cidade.

<sup>31</sup> O nome assim aparece grafado. Cf. ARQUIVO NACIONAL, Códice 372, p.15.

Ainda que não possamos caracterizar a França como um país de emigração, a turbulência do século XIX francês produziu centenas de emigrados, tanto aqueles que fugiam de perseguições políticas<sup>32</sup>, quanto aqueles que eram premidos pelos problemas econômicos e pelo desemprego, principalmente nos momentos de crise. Muitos deles escolheram a capital brasileira por esta, a partir da presença da Corte, ter se tornado um espaço de novas oportunidades, capaz de absorver os requintes da ‘indústria’ francesa, reproduzindo-se, em plena era pós revolucionária, o processo que tradicionalmente marcara a vida de corte na Europa, pelo menos desde quando Colbert, ministro de Luís XIV, optou por privilegiar as manufaturas de luxo como prática mercantilista privilegiada.

<sup>32</sup> O mais célebre deles foi Charles Ribeyrolles, companheiro de Victor Hugo na utopia republicana de 1848.

Deixando de lado aqueles que buscaram no Brasil um refúgio político ou que por aqui passaram como parte de suas viagens científicas ou artísticas ou, ainda, por conta de suas atividades como livreiros e editores,

um destaque especial deve ser dado aos que, na nomenclatura atual, poderiam ser chamados de imigrantes econômicos, sempre menosprezados nas análises feitas sobre a influência cultural francesa na cidade. Nosso destaque, como já foi dito, volta-se, principalmente, para as modistas e costureiras francesas, imortalizadas na rua do Ouvidor, para as quais fazer a América no Brasil significou, em última instância, concretizar o sonho do negócio próprio, superada a aventura atlântica.

Esta ‘emigração econômica’, entretanto, que na base consolidou a *attirance* dos brasileiros com relação à cultura francesa, encontra pouco espaço de visibilidade na historiografia francesa relativa ao século XIX. Ousamos mesmo dizer que aquilo que Hobsbawm denomina de “gigantesco paradoxo”,<sup>33</sup> referindo-se à lentidão do desenvolvimento econômico da França frente aos avanços políticos, jurídicos e filosóficos, torna-se responsável por um verdadeiro silenciamento sobre esta questão no processo de construção da memória nacional. Mergulharam, assim, no esquecimento todos aqueles que preferiram emigrar a sofrer as consequências de uma economia de recorrentes crises (1816-19, 1829-33, 1840 e 1847-48),<sup>34</sup> responsável, entre outros aspectos, pelo reaparecimento da cólera na Paris de 1832 e de 1849 e pelo percentual assustador de um (1) indigente para pouco mais de 11 habitantes na capital das Luzes em 1831,<sup>35</sup> tão denunciado pelos reformadores sociais e literatos de época; uma Paris que dobrou sua população entre 1800 e 1846, passando de 500 000 pessoas para um milhão.

O fenômeno de ‘esquecimento’ nos leva a concordar com Furet quando este diz que “as sociedades que reclamam uma ‘fundação’ revolucionária, sobretudo se esta é relativamente recente, têm dificuldades de escrever sua história contemporânea”. Basta que se registre, a nível de exemplificação, o descompasso numérico que hoje se evidencia entre trabalhos e livros sobre o Iluminismo e a Ilustração, sobre a Revolução,

<sup>33</sup> Este “gigantesco paradoxo” está analisado por Eric Hobsbawm em seus livros sobre industrialização na Europa e dá título a um dos capítulos da obra de NOIRIEL, 1986.

<sup>34</sup> Nas épocas de crise, o desemprego grassava por toda parte, como é o caso do exemplo dado por Lille na conjuntura adversa de 1844/5, quando 60% dos trabalhadores têxteis ficaram sem trabalho. Para aprofundamento, ver NOIRIEL, 1986, p.28.

<sup>35</sup> Eles serão 86.401 em 1843.

Napoleão e a Era Napoleônica ou sobre o II Império, por um lado, e obras sobre industrialização, pobreza e indigência no pós-1815, por outro. Para além do renascimento da História Política na contemporaneidade, esta é uma tendência de maior duração, explicada, em parte, pela dificuldade dos historiadores franceses lidarem com as questões econômicas na França do século XIX e, principalmente, com a questão da emigração.

Segundo Noiriel, autor de livro que objetiva apresentar uma obra de conjunto sobre a economia francesa, a última obra deste porte data de 1926.<sup>36</sup> Sobre emigração, nos séculos XIX e XX, o que pode ser encontrado são menções esporádicas e superficiais sobre o fenômeno, quando muito, sobre o êxodo de nobres e burgueses nos momentos de convulsão revolucionária. Como a história é sempre uma construção *a posteriori*, parece muito difícil para historiadores, tão briosos da grandeza de sua pátria, defrontarem-se com a partida, muitas vezes dramática, de cidadãos e cidadãs que deixavam para trás uma terra idealizada. Dessa forma, buscar dar inteligibilidade aos dados dispersos sobre os(as) imigrantes torna-se um grande desafio, implicando a necessidade do cruzamento de inúmeros tipos de fontes.

Consideradas todas estas questões, o que aqui está proposto é uma fuga ao lugar comum da representação da imigração francesa como agente incontestável de civilização e progresso no novecentos, de forma a permitir uma análise multitemporal que privilegie tanto o movimento quanto as resistências. Só assim torna-se possível, para além dos refletores, enxergar os bastidores das 'luzes', contemplando questões relativas à e-imigração, com destaques sendo dados à permanência de heranças do Antigo Regime em tempos de modernidade, inclusive de tradições corporativas que conseguiram resistir às proibições da era revolucionária.<sup>37</sup>

De inúmeras formas, muitas das resistências oculta-

<sup>36</sup> Cf. NOIRIEL, 1986, Introdução.

<sup>37</sup> O Decreto d'Allarde, de 02 de março de 1791 suprimiu as corporações. A Lei Le Chapelier, de 14 de junho do mesmo ano, interditiu aos cidadãos de uma mesma profissão, mestres e operários, toda coalização ou greve.

ram-se nas sombras do comércio de luxo e sofisticação espalhado pelo mundo, refundadas, no mundo penetrado pela França, como expressão de modernidade. Hoje, presentes em várias pequenas cidades da ‘França profunda’ das mudanças lentas, estas tradições mantêm-se ainda vivas, como no caso das rendadeiras de Mont D’Or (cidade da região D’Auvergne), que nos balcões continuam a vender, com orgulho, o produto do trabalho artesanal desenvolvido em verdadeiras corporações, exibindo certificados de qualidade que atestam a longa tradição de seus fazeres, sendo capazes de apontar aos fregueses as peças confeccionadas por suas próprias mãos.

Dentre todos os exemplos recolhidos nas fontes por nós trabalhadas, um destaque especial deve ser dado ao casal Catelineau. Em primeiro lugar, devido à maior quantidade de informações a que tivemos acesso, permitindo novas possibilidades no sentido de uma análise mais aprofundada sobre a dialética travada entre práticas desenvolvidas na França e no Brasil. Como caso emblemático, o exemplo permite demonstrar como os estudos sobre imigração podem ser adensados a partir do uso de um *pull-push*<sup>38</sup> que ultrapasse a dimensão do numérico e da causalidade, para discutir o papel das resistências na História.

Em 30 de novembro de 1816, aparecia na *Gazeta do Rio de Janeiro* o seguinte aviso:

*Catelino*<sup>39</sup> (...), *cabeleireiro de homens e senhoras, e sua consorte modista, ambos chegados há pouco de Paris, anunciam ao público que abrirão loja na rua do Rozário, n.º 34.*

O aviso fora mandado publicar por Antonio Luís Amedée Catelineau, 31 anos, nobre nascido em Paris, posteriormente “reposteiro de Sua Majestade”, que chegou ao Rio de Janeiro em julho de 1816, vindo, como tantos outros, de Havre de la Grace,<sup>40</sup> na companhia da mulher. M<sup>me</sup> Catelineau era natural de Loger e era apresentada como modista, sem qualquer refe-

<sup>38</sup> Método baseado no estudo dialético dos movimentos de saída e movimentos de entrada, com a contemplação dos impulsos e motivações que explicam a emigração e a imigração.

<sup>39</sup> Esta foi a grafia aparecida no jornal.

<sup>40</sup> Dados recolhidos no Códice 372, referente aos franceses residentes no Rio de Janeiro entre 1808 a 1820.

<sup>41</sup> Segundo o registro feito por ocasião do pagamento de passaporte, M<sup>me</sup> Chatelineau. Cf. Códice n° 423, v.3, fls.32 v.

rência a seu nome de batismo.<sup>41</sup> O cabeleireiro e sua “consorte modista” permaneceram alguns anos estabelecidos à rua do Rosário, onde ofereciam seus préstimos ao público carioca.

Cerca de três anos depois, em julho de 1819, um outro aviso, publicado no mesmo jornal, dava novas informações à clientela, sendo comunicado que o estabelecimento do casal recebera “grande sortimento de fazendas francesas”, acrescentando-se à notícia a informação que uma nova modista, vinda de “um dos melhores armazéns” de Paris, fora contratada pelo estabelecimento, até então eminentemente familiar, procedimento comum sempre que os negócios prosperavam e/ou a mulher precisava cuidar de filhos recém-nascidos.<sup>42</sup>

<sup>42</sup> Idem, 31 de julho de 1819.

Os negócios do casal Catelineau floresceram, assim, em curto espaço de tempo, até por conta das relações que o marido estabeleceu com a corte. Cerca de um ano e meio depois do segundo aviso, uma nova informação dava conta ao público que *monsieur* Catelineau, já então “mestre cabeleireiro da família real”, juntamente com sua “consorte modista”, haviam mudado da rua do Rosário para o número 63 da rua do Ouvidor.<sup>43</sup> Desta forma, o casal tornava-se parte integrante do fenômeno que Joaquim Manuel de Macedo denominaria de “hégira das modistas francesas para a rua do Ouvidor”.<sup>44</sup>

<sup>43</sup> Idem, 3 de janeiro de 1821.

<sup>44</sup> MACEDO, 1988.

Quatro meses depois, em 14 de novembro de 1821, Ms Catelineau partia para Lisboa, na companhia de Sua Majestade,<sup>45</sup> razão pela qual deixava “procuração e todos os seus fundos à sua mulher.”<sup>46</sup> Entre novembro de 1821 e 08 de maio de 1824, quando obteve passaporte e partiu para Paris, M<sup>me</sup> Catelineau permaneceu à frente dos negócios do casal no Brasil, garantindo com seu trabalho e experiência, sua própria sobrevivência e a defesa dos interesses familiares.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> ARQUIVO NACIONAL. Códice 372, livro 1, fls.2 v.

<sup>46</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de maio de 1821, Avisos Particulares.

<sup>47</sup> ARQUIVO NACIONAL. Códice 423, vol.3, fls.32 v. Receita e vendas de passaportes e passes da polícia.

Considerado o exemplo citado, algumas reflexões se impõem. A primeira delas, a reprodução, em países de chegada como o Brasil, de práticas há muito desen-



volvidas na terra natal. Ainda que não possamos negar o inevitável processo de adaptação dos imigrantes às condições locais, como bem demonstra a fabricação, no Rio de Janeiro, de flores exóticas confeccionadas com penas de pássaros, escamas de peixe ou asas de inseto, que tanta admiração causaram aos viajantes estrangeiros que passaram pela cidade.<sup>48</sup>

Em segundo lugar, destaca-se o fato da grande parte dos ofícios desenvolvidos em França terem novamente se voltado para a fabricação de artigos de luxo destinados à exportação, processo que explicava porque eventos distantes tinham sempre influência no cotidiano do trabalhador francês, desde que as opções do Colbertismo o tinham impellido a direcionar seu olhar para além da região ou do país em que vivia, produzindo artigos a serem consumidos pelas cortes espalhadas pelo mundo.

Com a Restauração reativavam-se, assim, caminhos e possibilidades antigas, processo no qual a presença da família real no Brasil revestiu-se de destacada importância, em uma França que buscava enfrentar as crises que a afetavam. Para além de se projetar como um novo mercado consumidor para as ‘preciosidades’ produzidas em França, o Brasil tornava-se, para muitos franceses e francesas, uma possibilidade distante e ideal para o reinício de sua vida, com o recursos às mesmas atividades há tempos desenvolvidas por seus ancestrais.

Por último, ganha relevo o fato da economia francesa — ainda de base agrícola — ter sua produção artesanal repousada em pequenas unidades compostas por um ‘patrão’ e um a cinco empregados, com o *atelier* de costura destacando-se como exemplo paradigmático.

A persistência e o peso da produção artesanal em França, sem dúvida alguma uma persistência do Antigo Regime a retardar o aparecimento da grande indústria, aparece ilustrada nos números do Censo francês de 1866, considerado o melhor do século XIX. Segundo o referido censo, havia 2, 8 milhões de operários em

<sup>48</sup> Walsh é um dos que se dedicaram a destacar estes objetos. De suas memórias relativas ao baile a que compareceu, promovido pelo Encarregado dos Negócios Franceses no Brasil, consta a descrição de senhoras dançando ao som de valsas e quadrilhas, com o destaque aos adornos feitos com “produtos nacionais”: “carapaças de uma espécie muito bonita de besouro, de um verde muito vivo, mais brilhante do que a mais fina esmeralda”. Cf. WALSH, 1985, p.201.

França, para 1, 3 milhões de patrões. Ou seja, uma média de um patrão para pouco mais de 2 operários, a demonstrar as formas tradicionais de produção em meados do novecentos, quando a Inglaterra já e definia como um país industrializado.<sup>49</sup>

<sup>49</sup> Apud NOIRIEL, 1988, p.13.

O mundo francês do trabalho era não só complexo quanto demonstrava a longa duração de formas tradicionais de produção, com um forte peso secular, isto em uma sociedade que revolucionara toda a política, que criara uma nova relação entre os indivíduos e o Estado e que inventara o cidadão.

Para o fato da grande indústria só se ter firmado nas últimas décadas do século, duas explicações podem ser apontadas. A primeira, a existência de uma massa de pequenos camponeses proprietários que impediam a eclosão de um mercado urbano suficientemente importante para estimular a demanda por produtos industrializados.

A segunda, a influência persistente de poderosas corporações, que continuavam a orientar a produção para a qualidade em detrimento da quantidade, além de uma hierarquização profunda no interior de cada ofício e o acesso ao ofício através da prática da aprendizagem no próprio fazer. O sonho do negócio próprio, sob este ponto de vista, inscrevia-se, de alguma forma, no desejo do aprendiz tornar-se mestre, abrindo sua própria oficina.

Em terceiro lugar sobressai a existência da complementaridade do trabalho entre homens e mulheres. Longe desta complementaridade ser fruto da lógica imigratória, mostrava-se a reprodução, no Rio de Janeiro, de uma tendência de longa duração, explicada pelo entendimento de que a ação do conjunto da célula familiar era uma necessidade vital, principalmente quando o que estava em jogo era o início da vida do casal, quando as dificuldades era maiores e a ausência dos filhos liberava a mulher para o trabalho voltado para a produção e a comercialização. Como desdobramento desse processo projetava-se o fato das empresas

familiares continuarem existindo mesmo quando o marido, temporária ou definitivamente, afastava-se dos negócios, como demonstra alguns dos registros apresentados.

Por fim, pode ser destacada, ainda, a tendência à polivalência das atividades, com o objetivo de melhor fazer frente às dificuldades — tanto por parte de homens quanto de mulheres —, bem como a itinerância da mão-de-obra com relação aos ofícios e com relação ao espaço.

Segundo Dewerpe,<sup>50</sup> a polivância de atividades era o que permitia a passagem do atelier à boutique, do assalariamento à independência do negócio próprio, ou vice-versa, vindo mais tarde a possibilitar a passagem da oficina à fábrica. Fosse na migração de atelier a atelier, de região a região ou de uma atividade a outra, o que irremediavelmente era buscado eram melhores condições de trabalho e vida. Nesse sentido, a saída do solo francês pode e deve ser inserida em uma lógica de deslocamentos já vivida na terra natal.

<sup>50</sup> DEWERPE, 1998. p.59.

Consideradas as francesas da rua do Ouvidor, todos estes elementos do mundo do trabalho característicos da França podiam ser encontrados, o que permite afirmar que a experiência do comércio francês na cidade do Rio de Janeiro demonstra como tradições seculares, mesmo deslocadas de seu *habitat* natural, puderam conviver com os impulsos ditados pela modernidade.

Quanto às modistas da rua do Ouvidor, expressão maior do trabalho feminino não escravo na cidade das primeiras décadas do oitocentos, é necessário que elas deixem de ser lembradas segundo as representações estereotipadas sobre elas forjadas, para se tornarem expressão maior de um tempo de mudanças, no qual as portas do lar para a rua começavam a se abrir, e de uma forma possível da resistência feminina frente à polarização em curso entre os espaços público e privado. Não foram raros os exemplos de mulheres cuja rebeldia se fez presente no cotidiano urbano, quer

no caso daquelas que romperam a barreira dos sexos predispondo-se, por exemplo, a costurar para homens, caso a já citada Rosa Dubois, quer entre aquelas que se esmeravam no ato de vestir-se, pentear-se, enfeitar-se e maquilar-se no dia-a-dia, expondo publicamente feminilidades e sexualidades não recalcadas, apesar de todas as suspeições e interdições sobre elas lançadas.

Mesmo que existam registros objetivos sobre a veia ‘pecaminosa’ de algumas das modistas da rua Ouvidor, ou ainda que consideremos que a prostituição era um fato objetivo em todas as grandes cidades do mundo, com destaque a Paris, registro obrigatório na obra de romancistas como Victor Hugo e J. B. Say,<sup>51</sup> a representação consagrada de que elas eram ‘mulheres desonestas e/ou pecaminosas’ não resiste a uma análise menos impressionista e menos generalizante. O processo simplista de tomada do todo pela parte, depreciava e depreciava o trabalho e a arte tecidas pela tesoura e pela agulha nas mãos de mulheres envolvidas na luta diária pela sobrevivência.

Havia, não resta a menor dúvida, aquelas que complementavam seu orçamento oferecendo favores sexuais aos que pudessem pagar por estes favores. Havia, ainda, mulheres casadas que, a exemplo de M<sup>me</sup> Saisset<sup>52</sup> — imortalizada como amante do imperador — descumpriam os votos maritais. Mas havia aquelas, mais numerosas talvez, que tinham chegado à cidade na companhia de maridos e filhos, colaborando, com o seu trabalho, para o reforço do orçamento familiar, fato que desmente, de pronto, que fossem necessariamente ‘mulheres perdidas’ as francesas que aportavam no Rio de Janeiro e que davam fama à rua do Ouvidor.

Quer na Europa, quer no Brasil, a prostituição, com o avanço do capitalismo, tornou-se um negócio lucrativo para aqueles que se dedicaram a negociar mulheres. No caso daquelas que conseguiam atingir o topo das hierarquias estabelecidas, ela tornava-se alternativa concreta de ganhos extras ou “bilhete de entrada” em determinados círculos de sociabilidade e circuitos de

<sup>51</sup> A menção relaciona-se respectivamente às obras *Les Misérables* e *Les Mystères de Paris*.

<sup>52</sup> Com relação a M<sup>me</sup> Saisset, amante de Pedro I, registram cronistas e viajantes que ela foi mãe de um de seus inúmeros filhos bastardos.

trabalho. O tempo dos *magazins*, a exporem suas vendedoras nos balcões como suas mais atraentes mercadorias, porém, ainda estava por vir, já que data de 1848 a inauguração do primeiro deles: a Notre Dame de Paris. Mais distante ainda estaria o tempo do *Alcazar Lirique*, das ‘esticadas’ aos hotéis das redondezas, das “pensões alegres” que viriam a caracterizar a paisagem da Glória ou da Lapa, ou ainda das famosas “coccottes”, que enchiam de risos e de champanhe o cair da tarde nas confeitarias da cidade.<sup>53</sup> Da mesma forma que as modistas da rua do Ouvidor marcaram a presença francesa no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, elas viriam a caracterizar os tempos que se abririam a partir dos 1850, com os lucros do café possibilitando a expansão urbana e a invenção da vida noturna na cidade.<sup>54</sup>

## Fontes e referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL, Códice 372: “Os franceses residentes no Rio de Janeiro, 1808-1820”.

ARQUIVO NACIONAL. Códice 386: “Receita e vendas de passaportes e passes da polícia e Legitimações de Estrangeiros”.

ARQUIVO NACIONAL. Códice 423: “Legitimações de Estrangeiros”.  
CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. (Coleção Rio 4 séculos).

DEWERPE, Alain. *Le monde du travail en France, 1800-1950*. 2 ed. Paris: Armand Colin, 1998.

*Diário do Rio de Janeiro*, 1921-1922.

D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Trad. David Jardim. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. Universidade de São Paulo, 1976.

EDMUNDO, Luís *A corte de D. João no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1815-1920.

HAINÉ, Scott W. *The World of the Paris Café: Sociability among the French Working Class, 1789-1914*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2000.

LANDES, Joan B. *Women and the Public Sphere in the Age of the French*

<sup>53</sup> Para aprofundamento do tema, ver MENEZES, 1992.

<sup>54</sup> Segundo os especialistas, a invenção da vida noturna carioca teve início com a inauguração do Alcazar Lirique, à rua da Vala, atual Uruguaiana. Nele se apresentariam artistas e dançarinas de Paris, hóspedes das pensões alegres que deixariam lembranças na cidade.

- Revolution*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1988.
- LEITE, Miriam Moreira (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro: antologia de textos de viajantes estrangeiros, século XIX*. São Paulo/Brasília: Huicitec/Pró-memória/INL, 1984.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Brasília: UnB, 1988. (1ª ed. de 1878).
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. (Arquivo Nacional de Pesquisa, 2).
- NOIRIEL, Gérard. *Les ouvriers dans la société française (XIX<sup>e</sup> et XX<sup>e</sup> siècle)*. Paris: Seuil, 1986.
- WALSH, R. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. Universidade de São Paulo, 1985. (Reconquista do Brasil, 74).

# Um espaço feminista no universo masculino do *pasquim*

Maria da Conceição Francisca Pires

A proposta deste artigo é examinar a associação que se realizou entre os movimentos sociais e a imprensa alternativa durante a ditadura militar brasileira. Os jornais alternativos que emergiram com um novo vigor entre os anos 60 e 70 no Brasil, destacaram o surgimento de uma cultura de confrontação, eclética e afirmativa, ao caráter liberal-conservador do discurso cultural e político da época, proporcionando significativos canais de expressão para grupos marginais como: negros, mulheres e homossexuais. Centrarei minha análise no papel desempenhado pelo jornal *Pasquim* (1969-1991) enfatizando a função, ao meu ver significativa, do jornal ao atuar como espaço para as manifestações dos diversos movimentos sociais que defendiam o restabelecimento do espaço democrático, o reconhecimento e o respeito às diferenças entre os grupos e os indivíduos, a liberdade de expressão e a retirada do caráter opressor do regime militar.

Partilho da premissa de que o refluxo criativo pós o ai-5 foi um processo aparente e que aquele foi um dos mais inventivos períodos culturais da nossa história recente onde se desenvolveu uma produção cultural híbrida, contestadora, irreverente e antiautoritária que soube manejar com especial habilidade a sua condição de marginalidade, fazendo desta sua identidade

*Maria da Conceição Francisca Pires*. Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>1</sup> Em consonância com tal perspectiva ver Tânia Pellegrini (1996).

<sup>2</sup> “Os alternativos e as Aspas”. *Pasquim*. RJ. 08 de agosto de 1980, p.3.

expressa na linguagem, na forma e no estilo narrativo empregados<sup>1</sup>.

Alberto Dines<sup>2</sup> foi um dos primeiros a reconhecer a validade singular da imprensa alternativa ao designá-la como a “vanguarda do jornalismo” por não estar amarrada a “Tordesilhas mercadológicos” atuando como uma variante ao esquema empresarial da grande mídia alinhada ao poder e reforço à opção pela informação denunciatória, analítica e crítica.

O período entre 1969-1974 é apontado como um marco divisório na consolidação da imprensa alternativa no Brasil. Por um lado, destaca-se o que Hélio Oiticica, em 1973, no artigo-manifesto *Brasil Diarréia*, chamou de convi-conivência entre ditadura e imprensa, expresso através da atuação eufórica e complacente da grande imprensa, sobretudo no que se refere à glorificação da economia milagrosa desenvolvida pelo regime militar. Por outro tem-se a crescente mercantilização cultural e o braço forte e reacionário da censura cerceando a liberdade de criação daqueles que intentam ir além dos padrões propostos pela ideologia dominante.

Zuenir Ventura, em artigo publicado em julho de 1971, na revista *Visão*, discute a emergência de uma cultura industrializada que impunha uma adaptação comportamental destes intelectuais às exigências mercadológicas de uma cultura de massa. Desse modo:

*Além dos obstáculos opostos pela complexa realidade brasileira há a resistência daqueles que, apegados a padrões estéticos e formas de produção cultural típicos de uma época passada, combatem o novo processo em nome da qualidade (...) e em nome da liberdade de criação, que estaria subordinada à demanda do mercado.* (Ventura, 2000, p.48)

Ou seja, a atividade produtora é percebida neste momento como inversa à atividade criadora, gerando um dilema a ser enfrentado por essa produção cultural que não dispunha de estímulo à comercialização nem



tampouco à criação, tornando-se, assim, completamente alijada da dinâmica própria desse novo contexto mercadológico.

É relevante destacar que o despontar dos jornais alternativos não se deu especificamente pós-golpe ou pós-AI-5, pois estas são motivações, ao menos as referidas às restrições intelectuais-jornalísticas, que mobilizaram grupos de oposição em vários momentos históricos. No caso brasileiro é notória sua ascensão durante o regime militar, não só dadas as especificidades do regime, mas, como discute Ventura (2000), em virtude das condições de fortalecimento dos monopólios dos grandes grupos e de uma cultura massificada, o que levou jornalistas e intelectuais a buscarem essa via alternativa de modo que se tivesse

*Um veículo que comentasse acontecimentos sócio-político-econômicos do país, que os jornais consagrados e empresariais não comentam, ou, quando, o fazem, obedecem à ideologia dominante. (Caparelli, 1986, p.44)*

O surgimento dos jornais alternativos naquele momento histórico específico, segundo Kucinski, esteve atrelado a duas motivações específicas:

*O desejo das esquerdas de protagonizar as transformações internacionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. (Kucinski, 1991, p. XVI)*

Todos tinham como características básicas a auto-gestão, a posse dos meios de produção e o fato de criarem um espaço público alternativo, um local de reorganização político e ideológico das esquerdas, assumindo, assim, uma importância significativa naque-

le contexto de autoritarismo em que a integração e a participação social estavam restritas.

Foram locais que atuaram como espaços políticos e de afetividade e onde se tornou possível recriar canais informais de intercomunicação mais ampliados incorporando novas convicções ou reforçando as já existentes, expressando seus anseios participativos. Desse modo, tais jornais funcionaram como locais de “fermentação intelectual e de relação afetiva”, ou seja, canais estratégicos de sociabilidade e redes de solidariedade onde se interpenetram o afetivo e o ideológico e são colocados em jogo as utopias, rupturas, conversões, etc., elementos que em conjunto *influem no funcionamento desse ecossistema que é a intelligentsia (...)* (Sirinelli, 1996, p.252). Ali, naquele cenário de conflito, os fatores afetivos pesaram singularmente na produção artística e intelectual, talvez tanto os fatores ideológicos, sobretudo se pensarmos nestes como formações discursivas produzidas especificamente em resposta a outras formações pré-existentes (Bakhtin, 1987).

Em seu interior é possível visualizar duas vertentes de jornais: na primeira há os que buscavam manifestar uma ação política partidária atuante e ofensiva se valendo de um discurso marxista para expor os agravamentos dos problemas sociais e econômicos brasileiros e colocar em relevo a ação reivindicatória dos novos personagens trazidos à luz pelos movimentos sociais. Nestes destaca-se a significativa inspiração gramsciana na sua composição programática, uma vez que enfatizavam a sua importância para a construção de uma crítica nacional hegemônica, e leninista na medida em que grande número se constituiu em instrumento para a ação política partidária.

É o caso dos jornais *Opinião*, *Movimento* e *Resistência* que mantinham fortes e secretas ligações com instâncias do PC que sustentava *uma frente de entendimento dirigida por Luis Maranhão, dedicada a apoiar a imprensa, especialmente os jornais alternativos* (Kucinski, 1991, p.37). Ou ainda destacam-se os jornais *Política*, *Em Tempo* e *Coojornal*

cujas bases estavam assentadas na valorização nacionalismo popular dos anos 50 e que buscavam dar espaços aos movimentos populares para a discussão de táticas de oposição durante o processo de abertura.

A segunda inspirou-se na contracultura norte-americana, voltados à crítica de costumes e à ruptura cultural. Nestes últimos,

*Seus protagonistas, muitos deles antigos militantes, haviam adotado o existencialismo mais como fuga instintiva do dogmatismo das esquerdas, e da própria realidade opressiva, do que como adesão a uma nova aceção de ser. Não criticavam a cultura estabelecida das esquerdas; apenas, não mais a adotavam como filosofia de vida.* (Kucinski, 1991, p. XV)

O movimento de contracultura emergiu durante a década de 60 e tratou-se de um movimento social de caráter extremamente libertário que questionou os valores básicos da racionalidade e da cultura ocidentais (Pereira, 1983). Luis Carlos Maciel define a contracultura como sendo:

*A cultura marginal, independente do reconhecimento oficial. No sentido universitário do termo é uma anticultura.(...) funda-se num desencanto radical — atingido por saturação, maturidade — com o mundo tal como o conhecemos.* (Maciel apud Pereira, 1983, p.13-18)

A intenção principal era conduzir a uma revolução individual, o que lhe caracteriza não só como um movimento cultural, mas como uma atitude política e existencial que através da imprensa alternativa ampliou o seu espaço de circulação e assumiu proporções significativas. A produção ligada à contracultura buscava estabelecer uma nova relação com o público, criticando “a militância conscientizadora”, valorizando por sua vez “as realidades ‘menores’ ligadas à experiência cotidiana” e uma “brasilidade renovada” (Hollanda, 1992, p.65). Tratou-se de um manifesto carnavalesco cujo caráter permanente esteve na opção pela transgressão e sub-

versão, tanto dos padrões tradicionais de comportamento, cultura e política, como do modelo revolucionário pré-64.

Nestes destacam-se jornais como *Bondinho*, *Versus e Ex*, que para Kucinski (1991) inovaram especialmente na preocupação com a experiência estética e uma diferenciada valorização literária, além de jornais que incorporavam discussões sobre homossexualismo, prazer, feminismo, meio ambiente como *Beijo*, *Lampião*, *Mulherio*, *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

É neste último grupo, dos jornais ligados à contracultura, que é possível inserir o *Pasquim* e sua atuação contra o autoritarismo no âmbito político e dos costumes e o moralismo hipócrita das classes médias. Sua primeira edição foi lançada em junho de 1969, exatamente seis meses após a fatídica instituição do AI-5, com uma tiragem de 20 mil exemplares, contendo em média 20 páginas. Seu surgimento abriu um espaço estratégico para ascensão de uma imprensa alternativa que colocou o humor ao lado da reflexão política, tornando-se um importante referencial da literatura humorística de contracultura do período.

O *Pasquim* surgiu inicialmente da idéia de ser uma produção humorística que aliaria a crítica de costumes ao estilo “boêmio” ipanemense e, aos poucos, foi assumindo a intenção de expressar autonomia e inconformismo perante a grande imprensa e às imposições da ditadura em vigor. Sua constituição se destaca pela heterogeneidade do grupo — em vários aspectos: idade, idéias, experiência profissional, atuação política, etc. — facilmente identificável na composição do jornal, onde cada artigo atendia às preferências temáticas de seu autor e transparecia, nas palavras de Braga (1991), as variedades de posturas ideológicas e psicológicas de cada colaborador.

A pluralidade discursiva é, aliás, uma marca distintiva dos jornais alternativos. Entretanto a diferença no que tange ao seu conteúdo discursivo e a sua composição intelectual, não inviabilizou seu desempenho

como espaço que priorizou a liberdade de expressão e de reconhecimento entre os grupos. Nesse caso, não se trata da promoção de “*uma cultura do consenso político*”, mas de uma cultura democrática onde a democracia é a política do sujeito em favor do reconhecimento de sua liberdade de ação (Silva, 2003, p.99-100). Através desta forma de atuação estes espaços agem como mecanismos táticos de ações sociais, tornando-se:

*Provedores de formas diferenciadas de produção simbólicas, de cultura e de conhecimentos sociais (...) que servem para (...) a mudança da cultura e do processo político do dia-a-dia na vida social que, por sua vez, se mostra plural e heterogênea (...).* (Idem, p. 106)

No *Pasquim* a diferença de opiniões é anunciada de forma chistosa no dístico da capa do número 55 da seguinte forma: “Pasquim é como uma grande família: a gente briga o tempo todo!”<sup>3</sup>. Esta pluralidade é identificável tanto na composição do jornal, onde cada artigo atendia às preferências temáticas de seu autor, como entre os convidados para entrevistas (aliás, a menina dos olhos do jornal) que ia de bicheiros e artistas populares a intelectuais e ativistas políticos. Neste espaço, vários temas ainda recentes foram colocados em debate gerando um circuito plural de discussão entre seus colaboradores e entre seus leitores.

<sup>3</sup> Pasquim, 09 a 15/07/1970.

Nem sempre essa liberdade de opiniões foi reconhecida por seus críticos na relação estabelecida entre o jornal e seus interlocutores, especialmente com seus leitores. Para Bernardo Kucinski a adoção de um estilo sádico na seção de cartas aos leitores expressava a tentativa de manter uma *relação adulta, que não tenta paternalizar ou instrumentalizar o leitor, ou convencê-lo de alguma coisa* (1991, p.158). Já Luiz Nassif ao se referir a este tema destaca seu caráter hermético uma vez que “*todo mundo que pensasse diferente era mau caráter*” (Nassif apud Medeiros, 2000), enquanto Braga (1991) percebe a seção de cartas como um espaço democrático de absoluta inte-

gração com os leitores. Apesar das controvérsias sobre o caráter democrático ou totalitário da seção de cartas não se pode contestar que foi ali que o jornal buscou estabelecer um diálogo direto com os leitores, respondendo ou criticando seus questionamentos, fazendo daquele espaço o lugar de expressão de idéias. Ao meu ver, por meio de uma linguagem destituída de formalidade, com sentidos próprios, repletos de “quiuspas”, “ducas”, “cacildas”, “dentro do contexto”, além de neologismos como “putsgrila”, “sífu”, “top-top”, sacumé”, “negociguim”, etc., o jornal convidou seu público a participar daquele projeto insurrecional, incorporando sua linguagem, partilhando os sentidos inerentes aquele linguajar e as discussões desenvolvidas em seu interior.

Embora seja possível identificar um paradoxo discursivo no seu interior, uma vez que o seu caráter agressivo e carnalizador, bem como a assumida misoginia de alguns de seus colaboradores, comprometeu em vários momentos o reconhecimento da legitimidade política e ideológica da luta de alguns movimentos sociais, em especial o movimento feminista<sup>4</sup>, o meu interesse para este artigo é destacar o papel de divulgação e geração de novos adeptos para os movimentos sociais realizado de forma mais ativa pelos movimentos culturais e ideológicos, como a imprensa alternativa.

Em várias ocasiões ficou manifesto que quando o riso pasquiniano se voltou para o discurso feminista não houve contraste, mas oposição. Embora tenha criticado a cultura do consenso político e ideológico, em geral, seus colaboradores se posicionaram contra o reconhecimento da igualdade dos direitos entre homens e mulheres, percebendo como uma forma de corrupção dos costumes, tornando-se, através da promoção do discurso misógino, mantenedor de vários aspectos dos padrões tradicionais de cultura e comportamento. Ação que entra em conflito com a perspectiva defendida pelo jornal da necessidade do

<sup>4</sup> Sobre essa questão ver Soihet (2004).

desenvolvimento de uma cultura democrática.

Para alguns autores, como José Luiz Braga (1991), não tratou-se necessariamente de uma crítica ao movimento feminista, mas a um setor ativo do feminismo típico da classe média, cujos valores morais reforçou o golpe de 1964. Desta forma, a misoginia pasquiniana seria uma extensão de uma postura política que buscou através da sátira oferecer não uma recusa expressa, mas uma antítese às teses feministas. Assim, conforme tal perspectiva, o feminismo teve no *Pasquim* antes um interlocutor que um opositor.

Partindo para uma análise de artigos, entrevistas e debates promovidos com as feministas torna-se possível partilhar de tal premissa, na medida em que é notório que a preocupação em desconstruir os objetivos centrais do movimento feminista por várias vezes deu ensejo a um debate mais fundamentado entre os misóginos de plantão e as feministas onde, em geral, estas últimas obtinham a primazia sobre os mesmos dado o caráter sólido com que suas premissas eram defendidas. Desta forma, poder-se-ia dizer que em várias ocasiões, como na entrevista com Betty Friedan que será analisada mais adiante, o “tiro” pasquiniano contra o movimento feminista, literalmente, saiu pela culatra e o que observamos é a formação de um espaço para difusão e consolidação das idéias feministas.

Neste sentido, o *Pasquim*, através do debate, gerou um espaço significativo para que expressivos representantes dos referidos movimentos sociais pudessem expor, defender e propalar suas propostas, cruzando “suas fronteiras espaciais de origem, internacionalizando-se”, ou seja, desterritorializando-se, (Scherer-Warren, 1987).

Os movimentos sociais traziam no seu bojo uma cultura crítica às formas de opressão e autoritarismo tanto do capitalismo quanto das tentativas para sua superação. Após o intervalo forçado em termos de organização civil pós-64, é na década de 70 que estes ganharam maior visibilidade em vários ambientes da

sociedade brasileira, inclusive no interior da imprensa alternativa, uma vez que estes careciam de possibilidades de expressão e comunicação coletivas para divulgar as novas idéias e criar novos adeptos.

Acredito que esta parceria foi fundamental também no trabalho de reordenamento da sociedade civil, de organização das reivindicações específicas e políticas dos diversos grupos e de formação de novas e diversificadas práticas de lutas, participação e ação política que romperam com as formas tradicionais assistencialistas e clientelistas e que deram um significado diferenciado a ação política, constituindo formas diversificadas de fazer política que apresentam e desenvolvem questionamentos, articulações, reivindicações, etc.. Dentre várias características presentes nestes movimentos destaca-se a defesa de sua autonomia frente ao Estado e Partidos, percebidos como o reverso da experiência populista, direito à diversidade e respeito à individualidade e a noção de liberdade individual associada à de liberdade coletiva.

Para alguns autores, como Kowarick (1994), a inexistência e a precariedade do setor de serviços cotidianos foi o gerador da mobilização social para solução de tais problemas. Moisés (1985) partilha desta premissa quando afirma que tais práticas políticas e sociais são fruto das “contradições criadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista”, uma vez que o Estado, durante a ditadura militar, optou pelo investimento em setores produtivos e de consumo considerados mais rentáveis e colocou em segundo plano a aplicação de recursos em setores voltados para as demandas populares.

Sob o impacto de um Estado autoritário e repressor, onde *os espaços institucionais tradicionais desfiguravam-se como lugares significativos da ação política*, os movimentos sociais e a imprensa alternativa apresentaram uma proposta diferenciada mostrando-se como locais onde se reorganizava a luta contra as condições vigentes, se encenavam práticas cotidianas de resistência e onde se



elaboravam códigos próprios de auto-reconhecimento e de identidade, contribuindo para que *a sociedade reaparecesse como lugar da política, ou melhor, como alternativa política frente ao Estado* (Telles, 1987, p.61).

Assim, é possível identificar vários momentos em que através das entrevistas, dos artigos ou de outras seções do jornal alguns destes movimentos pôde manifestar suas opiniões, inclusive aquelas contra as propostas e posturas de alguns membros do jornal, reivindicações e insatisfações tornando público a existência, fundamental naquele momento de confronto político e ideológico com a ditadura militar, dos grupos e de suas premissas ideológicas. Deste modo, na apreciação que proponho sobre tais formações discursivas percebo-as como mecanismos de interação entre partes distintas, sem que haja a eliminação completa do outro, mas que essa própria diferença atua como alimento para criação e como princípio dialógico, e como tal não se insere num sistema “sincrônico estático”, mas numa “corrente móvel de comunicação verbal”, o que torna ainda mais significativo o papel destes espaços alternativos.

Para os objetivos deste artigo centrarei minha atenção nas participações das mulheres ligadas às causas do movimento feminista. Nas leituras do jornal é possível perceber que entre os anos 69 e 72 a participação feminina no *Pasquim* foi mínima. Estas até figuram em suas entrevistas e são, sobretudo, alvo de suas críticas mordazes, mas ainda são escassas as colaborações femininas no que tange a propagação dos ideais libertários, muito embora saibamos da participação significativa de colaboradoras como Martha Alencar que atuou como secretária do jornal entre 69 e 70 e foi a responsável pela publicação do jornal quando o grupo principal esteve preso no final de 1970.

Ainda assim, é possível visualizar a participação de algumas colaboradoras que usam este espaço com um caráter reivindicativo dos direitos femininos (participação política ampliada e transformação radical nas rela-

ções interpessoais cotidianas) e pelas lutas gerais (democracia, anistia, etc) trazendo à tona questões fundamentais para o desenvolvimento de uma ação afirmativa entre as mulheres.

Foi Martha Alencar quem inaugurou a leva de artigos escritos por mulheres no *Pasquim* advogando pela causa feminista. Na edição inaugural do jornal, em 26/06/1969, destaca-se o artigo de sua autoria intitulado *Tudo Pela Emancipação* que discutiu a quebra de determinados tabus como sendo algo impreterível para as mulheres contemporâneas. Este artigo mostra-se interessante porque o alvo de sua análise não são questões de âmbito maior ligadas à condição feminina no trabalho ou à sua libertação sexual. Martha envereda pela análise do cotidiano mostrando como é nesse espaço e em ações aparentemente insignificantes, como tomar um cafezinho no botequim da esquina, que se manifestam práticas machistas absurdamente agressivas que corrompem a tentativa de emancipação da mulher, como a atitude daquele “sujeito que beliscou sua região glútea na última esquina e que continua buzinando no seu ouvido”.

Em sua concepção a emancipação feminina consistiria muito mais que em “ler Marcuse, ser analisada, trabalhar e ter seu dinheiro, mas passa por essas conquistas cotidianas aparentemente mínimas”, de tomar um cafezinho no botequim sem ser incomodada, mas que são fundamentais para o reconhecimento dos direitos e diferenças femininas. É assim que Martha conclama as mulheres: “derrube os tabus e conquiste o seu cafezinho. Enfim a Declaração dos Direitos Universais não é só dos homens”. Para além da conquista “de seu homem (...)” ou da “compra de um desodorante realmente feminino”, importa enfrentar os “olhares masculinos vorazes num botequim” e conquistar o simples direito de tomar um cafezinho sem ser importunada, afinal isto também fazia parte da ação de mulheres verdadeiramente emancipadas.

Embora este artigo anteceda a uma série combativa

de outros artigos que desqualificaram a emancipação feminina escritos pelos misóginos pasquinianos, como Pedro Ferreti, Ivan Lessa, Paulo Francis e Millôr, nele estão presentes várias questões que serão discutidas por outras colaboradoras, seja em artigos, notas, charges ou nas entrevistas, como a de Rose Marie Muraro, no número 91<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Pasquim, 01 a 07/04/1971.

Naquela ocasião a autora estava divulgando, além da reedição do seu livro *A Libertação Sexual da Mulher*, um projeto de trazer para o Brasil várias representantes do movimento feminista internacional para a realização de debates acadêmicos. Apesar da entrevista, ao meu ver, não ter tido um bom rendimento em virtude das constantes provocações dos entrevistadores (Paulo Francis, Glauber Rocha e Flávio Rangel), ela mostrou-se interessante para definir algumas premissas do movimento, bem como a variedade das tendências no interior do mesmo, uma vez que Muraro não se intimidou em tecer críticas a Betty Friedan e outras líderes do movimento que posteriormente irão ao jornal sob seu intermédio. Pensando que o jornal dirigia-se a um público variado e extenso, este aspecto torna-se relevante para a difusão, e até mesmo para a vulgarização, do movimento. Aliás, isto também é reconhecido por Rose Marie quando afirmou: “*Eu acho o Pasquim, talvez um lugar onde a gente possa dizer alguma coisa*”, frase que se transformou (sem o talvez) no dístico da capa.

Dentre as entrevistas concedidas por feministas ao jornal não tenho receio em afirmar que a mais significativa foi a da líder do movimento norte-americano, Betty Friedan publicada no número 94<sup>6</sup>. A importância da entrevista está não só no caráter de confronto direto que esta representou, uma vez que os colaboradores do jornal não tiveram receio em expor, às vezes de forma agressiva, o seu antifeminismo convicto, mas funda-se, sobretudo, no fato dela discorrer com singular propriedade, de forma clara e enérgica, sobre algumas das matrizes do pensamento feminista do século XX.

<sup>6</sup> Pasquim, 22 a 28/04/1971.

A afirmação e consistência do movimento foi imposta, logo de imediato, por Friedan quando esta, ao contrário de Rose Marie Muraro que em vários momentos embarcou nos chistes dos seus entrevistadores, se recusou a responder às perguntas piadistas de Millôr Fernandes, que não se esquivou de afirmar claramente o seu não reconhecimento *do movimento feminista como o maior movimento revolucionário dos Estados Unidos*.

No transcurso da entrevista Betty defende a ampla participação política das mulheres como sendo algo fundamental não só para a resolução da opressão social sobre as mesmas, mas como elemento chave para a resolução dos problemas da nação.

Em suas palavras:

*O movimento da mulher é apenas parte do todo de uma grande revolução humana que está acontecendo (...). No atual estágio dessa revolução, o movimento da mulher é uma parte muito importante desse movimento, mas ele não é um fim em si mesmo, entende?*<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Pasquim, n.94, 22 a 28/04/1971.

Deste modo, a entrevista foi fundamental tanto para expressar e identificar aquela opressão cotidiana de que falou Martha Alencar, como para afirmar e reconhecer a maturidade, autonomia e identidade do movimento, fato, aliás, reconhecido na capa do jornal através da imagem do rato Sig com a placa afirmando: *esta mulher virou a cabeça da gente* e pelo autor das mais “sofisticadas” e corrosivas críticas ao movimento feminista, Paulo Francis. Em artigo que segue a entrevista Francis reconheceu a sua

*Visão sociológica dos problemas da mulher que transcende o extremismo contundente, mas superficial, de ideólogos como Kate Millet (...), bem como o fato dela colocar a luta da mulher dentro dos diversos movimentos de libertação de nosso tempo. (...) As conclusões de Betty nos ajudam a esclarecer alguns padrões de comportamento cujo sentido verdadeiro deixáramos de notar.*<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Francis x Friedan, 22 a 28/04/1971.

Ainda na seção de entrevistas destaco a concedida por Terezinha Zerbini, Presidente do Movimento Feminino pela Anistia, no n. 419<sup>9</sup>. Não obstante a convidada recuse sua identificação como participante do movimento feminista, sua entrevista parece interessante para os meus objetivos por abordar o engajamento feminino em questões fundamentais no debate político contemporâneo, como a causa da anistia e dos direitos humanos. Neste sentido, em vários aspectos suas reivindicações se aproximam das propostas discutidas por Friedan, como a defesa da participação irrestrita da mulher na vida econômica, social e política do país como parte de uma luta por direitos humanos.

<sup>9</sup> Pasquim, 08 a 14/07/1977.

Este aspecto, de recusa de um caráter feminista para seu movimento, já tinha sido debatido na entrevista concedida pelas organizadoras dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulber*, no n. 391<sup>10</sup>. Conforme Joana Lopes, do *Brasil Mulber*, e também foi dito o mesmo pela Zerbini na entrevista posterior, o grupo se uniu em 1975 com a intenção primeira de colocar em pauta a discussão sobre a anistia e a violação dos direitos humanos no Brasil.

<sup>10</sup> Pasquim, 24 a 30/12/1976.

Com sua participação em vários encontros internacionais e percebendo a discussão sobre a mulher como um problema de direitos humanos, foi proposto para o grupo a tomada de posição feminista sobre tais temas, algo imediatamente rejeitado por Zerbini que resolveu se afastar e fundar especificamente *O Movimento Feminino Brasileiro pela Anistia*. Segundo Zerbini: *Queremos que o homem seja respeitado por sua dignidade de ser humano. Queremos ser livres no pensar e no falar.*

Na verdade, o que ela estava defendendo era a superação do medo, da opressão, diferindo de algumas feministas por não entender estes problemas como de exclusividade feminina, bem como por não aceitar a adoção de premissas importadas de feministas americanas ou inglesas na América Latina, crítica confrontada por Iza Freaza que identifica o mesmo caráter de importação de idéias no movimento pela anistia.

Divergências à parte, a entrevista de Zerbini abriu um lugar significativo para o movimento em defesa da anistia geral e irrestrita, que ao final da década de 70 vai contar com o empenho expressivo do *Pasquim* que não hesitou em dar voz aos políticos e exilados em sucessivas circunstâncias<sup>11</sup>, o que lhe garantiu a qualificação de “o jornal dos anistiados”.

<sup>11</sup> Destaca-se as entrevistas de personalidades políticas como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Gregório Bezerra, dentre outros.

<sup>12</sup> Na verdade apenas pôde participar da entrevista Joana Lopes e Vassiliki Constantinidon, enquanto do *Nós Mulheres* estavam presentes Solange Padilha, Maria Inês Castilho, Jany Rasch Kovski e Carolina Oliveira Macedo que foram entrevistadas por Gloria Nogueira, Eulália Maia, Ciça e Iza Freaza.

Já a entrevista das organizadoras do *Brasil Mulber*<sup>12</sup> e *Nós Mulheres* mostra-se interessante, sobretudo, por dar um panorama expressivo das condições gerais de aceitação, divulgação e manutenção de um jornal feminista naquele contexto repressivo, bem como deixa evidente a preocupação das participantes com questões sobre a vida cotidiana das mulheres da periferia, operárias e de difundir, entre estas, o debate sobre aborto, sexo, prostituição, exploração da mão de obra feminina, etc. Na entrevista discute-se as dificuldades para distribuição, divulgação e manutenção do jornal e da luta feminista e a recusa de várias bancas em vender os jornais por serem feministas, uma vez que para os jornaleiros *mulber só vende nua*, o que torna o convite para entrevista no *Pasquim*, reconhecido pelas integrantes dos jornais como possuidor de um público considerável, uma importante fonte de apoio e manifestação.

Conforme Solange Padilha:

*Às vezes o apoio vem de onde menos se espera. Por exemplo, gratifica muito saber que o Pasquim, um jornal extremamente crítico em relação ao feminismo, um jornal até chamado de machista, dá apoio a Nós Mulheres e Brasil Mulber desde o 1º número e ainda manda entrevistar a gente. De repente, olham pra gente e dizem ‘pô, Essas mulheres são sérias e são feministas’.”<sup>13</sup>*

<sup>13</sup> *Pasquim*, 24 a 30/12/1976, n.391.

De forma conclusiva, gostaria ainda, brevemente, de colocar em relevo as contribuições de Elice Mune-rato e Iza Freaza ao acirrado colóquio entre feministas e misóginos no *Pasquim*.

Estas foram responsáveis por gestar o espaço do movimento feminista no interior do jornal de diversas

formas, seja quando discutiram e expuseram as motivações e objetivos do movimento feminista, inserindo-o no rol das questões a serem tratadas pelos grupos que se autodenominavam defensores da democracia e dos direitos humanos, fossem estes políticos, sociais, sexuais, ecológicos, ou quando intermediaram a ida ao jornal de grupos ou pessoas ligadas ao feminismo, ou ainda quando questionaram o antifeminismo de alguns pasquinianos, travando um fértil debate no interior do jornal cuja ressonância é visível nas referências internas dadas aos seus artigos e a posição que este ocupava no jornal<sup>14</sup>, atuando, desta forma, como propagadoras de tais idéias.

<sup>14</sup> Em geral estes recebiam destaque na capa do jornal.

Não tenho a intenção, com este artigo, de minimizar o efeito das críticas realizadas pelos antifeministas do *Pasquim*, num forçado jogo conciliatório, realizando aquilo que Daniel Aarão Reis Filho (1997) criticou em sua análise dos livros de Zuenir Ventura e Fernando Gabeira, ou seja, uma narrativa que busca *recordar esquecendo, esquecendo a dor*, talvez única forma possível de (...) *reconstruir o passado sem se atormentar com ele*.

O que busquei salientar neste artigo é que esta associação entre movimentos sociais e imprensa alternativa, visível no *Pasquim*, foi de incisiva importância para o fortalecimento e sobrevivência dos mesmos, formando um universo hipercrítico e atuante que se contrapôs de forma decisiva àquele imposto pela ditadura militar e que foi largamente apoiado pela grande imprensa. Indagadas sobre de que forma o *Pasquim* poderia contribuir com os jornais, tem-se a seguinte resposta de Joana Lopes:

*(...) a melhor coisa seria se os leitores (...) pudessem se reunir para discutir o problema da mulher. Pelo Pasquim podia-se dizer: 'olha, procurem o Brasil Mulher e o Nós Mulheres. Discutam o problema. Assim você está aumentando a corrente.'"*<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Em entrevista com o Grupo do jornal *Nós Mulheres e Brasil Mulher*, n. 391, 24 a 30/12/1976.

Este é o sentido que proponho colocar em relevo, a difusão de uma “corrente” de idéias por intermédio

do jornal, mesmo com a resistência a alguns aspectos das mesmas, contribuindo para o fortalecimento de um colóquio entre as diferenças. Como arrematou Inês Castilho:

*Estamos vivendo um momento de falência, devastador, mas que propicia o surgimento de novas formas de criatividade, de luta. As coisas afloram para dar impulso.*<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Idem.

Em suma, publicações do tipo do *Pasquim* apresentaram algumas especificidades que lhes diferenciaram dos demais produtos com identidade de cultura de massa e que influenciaram a maneira como estas se integraram ao seu público. Portadoras de um discurso inventivo, inusitado e crítico da realidade vivida, estas buscaram reorganizar e gerar significados para a experiência social, tornando-se um espaço privilegiado para a formação de opiniões, a ampliação do campo de expectativas e para que um público leitor diferenciado pudesse se identificar e/ou expressar seus anseios e necessidades.

## Bibliografia

- BAKTHIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: UnB/Hucitec, 1987.
- BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais pra êpa do que pra oba*. Brasília: UnB, 1991.
- CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. Rio de Janeiro: Summus, 1986.
- FLORES, Elio. *República às avessas: narradores do cômico, cultura política e coisa pública no Brasil Contemporâneo*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2002.
- HOLLANDA, H. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- KOWARICK, L. *As lutas sociais e a Cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.



- MEDEIROS, Ana L. *Pasquim um jornal que não se define*. Texto introdutório para qualificação do projeto de doutoramento em Teoria Literária da UFSC, 2000.
- MOISÉS, José A. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*. São Paulo: Mercado das Letras/UFSCar, 1996.
- PEREIRA, Carlos. *O que é contracultura?* São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PIRES, M. da C. F. *Humor, política e cotidiano: um olhar sobre a modernidade no Recife dos anos 20*. Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 2000.
- REIS FILHO, Daniel A. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- SCHERER-WARREN, Ilse. KRISCHKE, P. (org.). *Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SILVA, Sérgio. *O singular e plural da política: um estudo teórico sobre a esfera pública e o ideário da democracia na sociedade global*. Tese de Doutorado. Florianópolis: Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2003.
- SIRINELLI. Sobre a cultura política. In: Remowd, R. *Para uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- SOHET, Rachel. *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*. Texto apresentado na ANPUH: PB, 2003.
- TELLES, Vera S. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos setenta. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, P. (Org.). *Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- VENTURA, Z.; HOLLANDA, H.B.; GASPARI, E. *Cultura em trânsito: da repressão à ditadura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

# Das desventuras de ser doutora

Suely Gomes Costa

O artigo aborda representações sociais das obras literárias de Machado de Assis; França Junior e de Rachel de Queiroz, da década de 30, do século XX, evidenciando nas duas primeiras, as zombarias diante da profissionalização de mulheres, na segunda, impedimento para o amor por força da desigualdade dos sexos quanto ao grau de instrução formal como marcas de impactos das saídas das mulheres em direção a fronteiras para além do mundo doméstico.

A busca de instrução expõe complexo enredo e situações dramáticas, o *olho do furacão* em que as relações de gênero e outras relações sociais se movem diante das saídas das mulheres para fronteiras distantes do mundo doméstico.<sup>1</sup> Num embate permanente entre as esferas pública e privada, tensões e conflitos vividos nessas saídas, por muito tempo, foram conceituados como próprios a uma presumida oposição natural dos sexos masculino e feminino, quase sempre, no interior de uma mesma classe social. Só muito recentemente, sob abordagens inauguradas pelo conceito de gênero, essas tensões revelam muitos de seus sinais políticos.

Diversos deslocamentos de mulheres também põem em cena as chamadas *crises de masculinidades* em diferentes conjunturas. Tomadas como fenômenos naturais da intimidade, essas crises, vistas como decorrências das chegadas das mulheres a lugares masculinos,

<sup>1</sup> M. Perrot examina, na noção de saída das mulheres para o espaço público, o processo de tomada de consciência de gênero. Ver: PERROT, M. "Sair".

<sup>2</sup> BADINTER, E. XY: sobre a identidade masculina. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. Ver, em especial, p.11-22.

<sup>3</sup> COSTA, S. G. “Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva”.

<sup>4</sup> Sobre o assunto: COSTA, Suelly Gomes. *Metáforas do tempo e do espaço doméstico*. Rio de Janeiro, século XIX.

ocultam pactos sociais, cheios de ambigüidades.<sup>2</sup> As saídas se dão em meio a arranjos das muitas relações entre pessoas de mesmos e de diferentes gêneros e de várias classes, raças/etnias e gerações. Examiná-las através de clássicas oposições não basta. Deslocamentos femininos não são apenas resultados de dilemas postos pelo “trabalho fora” nas transformações de ritmos decorrentes do sistema fabril e das relações capitalistas em marcha. Esses ritmos, construídos por homens e mulheres em suas práticas sociais cotidianas, têm sentidos civilizadores, alguns bastante singulares, por conhecer.<sup>3</sup>

Pesquisas realizadas sobre espaços domésticos no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, localizam indícios — e esses chegam aos dias atuais — de que para desfrutarem da instrução superior, as mulheres têm dependido da sua capacidade de regular seu tempo, ou seja, de processar mudanças em seus usos do tempo, reduzindo tensões familiares daí decorrentes. As experiências de instrução formal das mulheres nos séculos XIX e XX, e mesmo agora no XXI, são partes de projetos femininos há muito acalentados e implicam seguidos deslocamentos e rearranjos de papéis femininos no âmbito doméstico. Repercutem, reiteradamente, sobre o cotidiano das casas porque são ameaças de quebra de uma dada ordem cotidiana. Mas a instrução formal das mulheres só ocorre porque uma dada revolução do tempo empregado na vida doméstica e também porque algumas interdições ao desempenho feminino de tarefas “públicas” estão suspensas. A regulação do tempo feminino é um fenômeno de longa duração histórica<sup>4</sup>.

Mudanças dessa regulação são visíveis já nos anos 20 do século XIX no Brasil, bastando avaliar os impactos dos produtos e serviços franceses entrados no Brasil ao fim das guerras napoleônicas. Para seu desconforto, o padre Lopes Gama, nesse tempo, por exemplo, via desaparecer, a olhos vistos, aquela “boa mãe a que não devia preocupar-se senão com a administração da casa

[...]”<sup>5</sup>. Nem sempre é fácil distinguir os nós que embargam as saídas femininas, nem seus sentidos civilizadores. O *tempo feminino* no âmbito doméstico, mesmo em avançados anos do século XX, no Brasil, se define segundo padrões reprodutivos, dependentes de práticas artesanais domésticas.<sup>6</sup> Assim, mercadorias e serviços que criam economias de tempo doméstico, que atenuam encargos e o emprego do tempo feminino, como fósforos e máquina de costuras mudam práticas e favorecem as saídas femininas. As tarefas ligadas à orientação, à supervisão e ao controle de qualidade do conforto doméstico, com todo o seu acervo de costumes, porém persistem.<sup>7</sup> É uma regularidade histórica que *obrigações maternas* sejam transferidas de mulheres que saem para o espaço público para outras que assumem, em seu nome, os cuidados domésticos; isso reorganiza, permanentemente, relações entre mulheres de diferentes classes. *Transgressões femininas* aparecem, antes disso, quase sempre, associadas a um tempo de exposição pública das mulheres. Mulheres são criticadas sempre que experimentam novos tempos de exposição pública. Isso é perceptível na “mudança de ares”, exemplo de mulheres portuguesas que rompem certos procedimentos de origem e adotam outros, na ambientação no Rio, em reviravoltas de padrões comportamentais costumeiros, como observado por Marrocos<sup>8</sup>. Assim, o consumo de produtos que liberam tempo para atividades outras, ainda que estranhas bastante a seu meio, é relevante; para as saídas femininas, assim, contribuem a regularização de fluxos de mercadorias diversas. No caso brasileiro, descontínuos até a abertura dos portos, esses fluxos conhecem crescente normalização com o avançar do século XIX.<sup>9</sup> Além de mudarem etapas e processos de trabalho doméstico e, ainda, pela reposição continuada de bens, modernizam as condições técnicas de produção de bens de uso corrente; além de produtos, muitos serviços produzem iguais efeitos. A regularização de ingressos de mercadorias nas casas avança na medida em

<sup>5</sup> *Apud* FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. Alude esse autor aos escritos do Padre Lopes Gama no jornal *O Capuceiro*, Recife, nos anos 30 40 do século XIX, p.109.

<sup>6</sup> COSTA, Suely Gomes. *Pau-para-toda-obra*.

<sup>7</sup> COSTA, Suely Gomes. *Metáforas...*

<sup>8</sup> *CARTAS de Luís Joaquim dos Santos Marrocos*. Carta nº 115 de janeiro de 1818. p. 313.

<sup>9</sup> COSTA, Suely Gomes. *Metáforas...*

<sup>10</sup> Idem. Ibid.

<sup>11</sup> COSTA, S.G. “O diário de umas e outras meninas. Aportes teóricos sobre o cotidiano feminino. (Diamantina, MG, fins do século XIX)”.

<sup>12</sup> Ver: MAGALHÃES JUNIOR, R. *Martins Pena e sua época*.

<sup>13</sup> Ver: WALLERSTEIN, I. *O capitalismo tardio*.

<sup>14</sup> COSTA, Suely Gomes. “Proteção social etc...” Ver: VARIKAS, E. “O pessoal é político”: desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*. Niterói, v.2 n.3, jun. 1997, p.59-80.

que o sistema fabril também avança; traz economias de tempo pela redução ou simplificação de tarefas domésticas, inclusive pelas sínteses causadas a plantas arquitetônicas das casas senhoriais.<sup>10</sup> O consumo de certos objetos de uso doméstico acarreta economias substantivas de tempo no cotidiano de todas as mulheres, das que fazem e das que mandam no trabalho doméstico.<sup>11</sup>

As saídas femininas também trazem mudanças de certas práticas protecionistas — *primárias* (família e grupos de convívio) e *secundárias* (instituições a serviço de velhos, doentes e crianças). Engendram tensões e conflitos continuados. Sem garantia de conforto da casa, essas saídas são impedidas ou dificultadas através de conhecidas tramas tecidas por laços de sangue e de afinidades, de longa duração histórica no Brasil, em redes sociais de antigos formatos, como mostram algumas peças de Martins Pena.<sup>12</sup> Distinguem-se nelas certas características do *household*; daí sua relevância nas diversas experiências de transição para o sistema fabril.<sup>13</sup> Todavia, essas experiências nas diversas formações sociais, em geral, homogeneizadas; estão ocultadas nas formas de análise das muitas “transições” para o sistema fabril. Tensões que presidem as saídas das mulheres para o chamado espaço público têm um importante lugar teórico na análise das crises dos padrões reprodutivos, sobretudo, das práticas protecionistas sob o advento do sistema fabril, indicando o quanto o “pessoal é político”.<sup>14</sup> Representações sociais das mulheres diante de dilemas postos por suas saídas assinalam um amplo campo de investigações por desenvolver; quantas delas são de desencorajamento da instrução feminina.

Machado de Assis (1839-1908) sempre deu provas sensíveis de reconhecimento do talento feminino e de estímulo a mulheres voltadas para as artes, em especial para o exercício literário quando lhe fazem consultas como aprendizes de escritoras. Na vida íntima, foi levado a reconhecer e destacar capacidades intelectuais

femininas: primeiro, na proprietária da chácara do Morro do Livramento, onde viveu com sua mãe, lavadeira, levado por ela, ainda menino, a estudar francês e a ser tipógrafo; depois, em Carolina, sua mulher, portuguesa, refinada intelectualmente, muito próxima do mundo literário, como irmã do poeta Faustino Xavier de Novaes de quem Machado é amigo.<sup>15</sup> Sempre atento ao movimento de chegada das mulheres no espaço público, percebe diferenças entre o que lhes acontece no Brasil e fora dele. Mesmo assim, numa curtíssima crônica sem título, datada de 1878, Machado de Assis diverte seus leitores e se diverte com conjecturas e complacentes dúvidas sobre a capacidade profissional das dentistas, uma forma oculta de afirmar certezas sobre lugares de mulheres. Machado, nesse texto, expõe sentimentos contraditórios quanto às saídas das mulheres para o mundo da ciência<sup>16</sup>. Primeiro, em sete linhas, demonstra sua satisfação com a notícia vinda da Bahia sobre a aprovação de “uma senhora que fez exame de dentista”. Nesse acontecimento, confessa o mesmo prazer encontrado em indicativos de que “vai-se acabando a tradição, que excluía o belo sexo do exercício de funções, até agora unicamente masculinas.” Suas notas reconhecem aquilo que seria “um característico do século: a mulher está perdendo a superstição do homem. Tomou-lhe o pulso: compreendeu que, se ele fez a Guerra de Tróia, e se serviu de quatorze anos a Labão, foi unicamente por causa dela; e, desde que o reconheceu, subjugou-o.” Nessa entusiástica adesão ao que parece ser o movimento de cultivo intelectual das mulheres, Machado cerca-se, todavia, de cautelas. Nas sete linhas restantes, primeiro, coloca em dúvida a competência das mulheres dentistas: “No entanto, se aprovo que as senhoras façam concorrência ao Napoleão Certain, acho perigoso que outras senhoras entreguem a boca aos dentistas do seu sexo.” Em seguida, explica essa impressão, recorrendo a representações sobre competição de mulheres para sugerir, em tom caricato, situações de risco das mulheres e

<sup>15</sup> MONTELO, J. *Memórias Póstumas de Machado de Assis*. p.27

<sup>16</sup> ASSIS, Machado de. *Chronica* 4, publicada em *O Cruzeiro*, 30/6/1878. *Chronicas*. 4º Volume (1878-1888). Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W.M.Jackson Inc, 1938.

cuidados a tomar quanto aos serviços de uma dentista: “Em primeiro lugar, há de ser preciso e muito rígida a virtude para que uma mulher não despovoe a boca de outra, quando lhe vir uns dentes de pérola, que obscurecem os seus; em segundo lugar, quem os trouxer postigos, arrisca-se a ver o caso denunciado nos mais discretos salões. Imagine-se o caso de rivalidade amorosa”. A crônica sobre a dentista é escrita por Machado de Assis um ano antes da vigência do decreto de D. Pedro II que autoriza mulheres brasileiras a frequentarem faculdades. Antes disso, teve o imperador D. Pedro II, um peso ponderável nos estímulos a essas escolhas. Fabíola Rodhen, estudando o acesso de algumas mulheres ao curso médico, destaca o caso de Maria Augusto Generoso Estrela. Recusada na Faculdade de Medicina no Brasil, segue esse curso nos Estados Unidos, interrompido por dificuldades financeiras de seu pai, recebendo do Imperador o apoio necessário.<sup>17</sup> Concluírá o curso em 1879, só sendo diplomada em 1881, depois de sua maioridade. Ermelinda Lopes de Vasconcelos, a primeira médica formada no Rio de Janeiro, enfrenta, publicamente, a resistência de Silvío Romero, presidente de banca de seu exame de ingresso à Faculdade, quando, ao discorrer sobre os direitos do cidadão para com o Estado, falará daqueles devidos às mulheres. São muitos os exemplos.

Joaquim José da França Junior, como Machado, nascido em fins da década de 30 do século XIX, mostra as resistências à igualação de homens e mulheres, na peça teatral *As doutoras*, apresentada no Rio de Janeiro, em 1889, com estrondoso sucesso de público.<sup>18</sup> Esse autor, junto com Martins Pena e Arthur de Azevedo teria sido um dos criadores da comédia brasileira. Em suas peças, personagens ingênuos e caricatos, diz uma crítica atual, diz um crítico, constroem “uma sátira doméstica”, onde não faltam ingredientes como crítica à pregação ‘feminista’ e ao ‘evolucionismo’ diante de dilemas *naturalmente* femininos. Seu teatro é garantia de casa cheia.<sup>19</sup> Sua comédia expõe ambigualmente o

<sup>17</sup> RODHEN, F. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. p.80-86.

<sup>18</sup> MAGALHÃES JUNIOR, R. *Martins Pena e sua época*.

<sup>19</sup> Ver, na internet, Fundação Biblioteca Nacional. Biografias de autores.

orgulho, o caos familiar e a zombaria pelo sucesso alcançado por Luiza, sua personagem central, ao formar-se médica, casada com um médico, colega de faculdade; e por Carlota, personagem feminista, advogada, candidata a Deputado Geral pelo Primeiro Distrito da Corte, e seu noivo, depois marido, de mesma profissão. O desempenho profissional dessas mulheres é o objeto de deboche do autor; ambas vivem os dilemas de firmarem seu nome profissional ou de tudo abdicarem em favor da família. A situação dramática construída por França Junior expõe, didaticamente, a complexidade desse dilema com toda a sua coleção de representações sobre os lugares e tempos femininos. Aos pais de Luiza cabe ajuizar as escolhas feitas pela filha: de um lado, a certeza do pai, de outro, o constante menosprezo e descrédito da mãe quanto ao sucesso pessoal e profissional da filha. Numa contraposição de sentimento e razão, sucede-se, em diferentes cenas diálogos, a crescente contraposição de expectativas quanto aos destinos da filha: de sucesso, expressas pelo pai e de infelicidade pela mãe. As condições de competição dos casais profissionais estão na relação amorosa marcada por constante guerra entre marido e mulher, pela medição de saberes ou de conquistas de espaço e de clientela, forma de denúncia de uma mulher fora de seu lugar. As cenas criam seguidos constrangimentos, tornando insustentável os conflitos dos pares abertos pelas carreiras femininas. França Junior condena o sucesso alcançado pela médica, sobretudo no momento em que sua clientela masculina se firma, localizando, no trato de corpos de homens doentes, uma interdição definitiva ao desempenho profissional feminino. Sugere o mesmo para o casal de advogados. A peça confere um peso ponderável às situações de comicidade protagonizadas pela criada, uma portuguesa, *pessoa da família*, apresentada como inculta e atrapalhada. Essa imagem serve para propagar a incapacidade desse perfil de empregada doméstica para receber responsabilidades delegadas de direção da casa



na ausência da médica; é como se anunciasse um eminente caos doméstico. França Junior cria, com essa personagem, nas sucessivas entradas em cena, uma comicidade de estilo pastelão, como que a sublinhar essa incapacidade. O clímax da peça se dá pela eminência de separação do casal; a advogada feminista empenha-se no divórcio do marido e o advogado, seu noivo, no de Luiza, ambos às voltas com dilemas análogos. Todos porém, acabam, fazendo valer os valores familiares ameaçados, recompondo a ordem doméstica. Luiza e Carlota, restauram então, imagens femininas tradicionais: optam pelo abandono consentido da profissão de médica, sem qualquer remorso, diante das suas gravidezes e chegadas dos seus bebês. Na última cena, o autor as mostra radiantes e compenetradas em seus papéis de mãe. Luiza com o filho, Carlota, com a filha nos braços, reencontram, segundo a cena, o verdadeiro rumo de suas vidas. A peça traz preciosas informações sobre representações das mulheres, sobre dilemas de suas saídas para o espaço público e dos seus sucessos nesse fim de século.<sup>20</sup> Na narrativa, o autor parece advertir para os riscos dessa experiência feminina que se expande nos segmentos médios urbanos em meio a expectativas e reconhecimentos de ascensão social. As situações de conflito satirizam as lutas de emancipação da mulher do mesmo período, mesmo no encontro de homens e mulheres iguais social e culturalmente, iluminando códigos de constrangimento vividos por mulheres em seus projetos de saídas.

Em outro tempo, Raquel de Queiroz, no romance *O quinze*, publicado nos anos 30, narra a história de uma jovem erudita que renuncia uma relação de amor com seu primo, um sertanejo apresentado como inculto<sup>21</sup>. Ao contrário da peça de França Junior, trata de uma mulher que, por suas escolhas intelectuais e profissionais, se auto-destina para o celibato inexorável e, por isso, abdica da experiência de ser amada como esposa e mãe. No cenário da tragédia social da seca

<sup>20</sup> Numa sinopse, a FBN informa ter sido essa peça um dos maiores sucessos do teatro nacional e uma das melhores França Júnior. Ver: Fundação Biblioteca Nacional (FBN) Biografias de autores.

<sup>21</sup> QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*.

nordestina de 1915, Rachel de Queiroz tece a impossibilidade dessa relação; cenário perfeito para confirmar suas escolhas. Ao longo do romance, arquiteta o argumento de interdição do encontro masculino/feminino nas condições dessa desigualdade de gêneros. Logo nas primeiras páginas, Conceição, sua personagem central, é apresentada como professora e leitora voraz. A descrição de seu quarto, no sertão, na fazenda da avó onde passa férias, concede lugar central a uma estante de livros, emblematicamente chamados de “velhos companheiros”. Escolhe-os “ao acaso” dentre “uns cem, no máximo”, todos lidos e relidos. Aos 22 anos, não fala em casar. Essa personagem define rumos de sua vida sem incluir o casamento e a maternidade, mas acalentando o projeto de escrever um livro de pedagogia e, talvez, de fazer poesia, já rabiscada em dois sonetos, aprendendo a citar, como diz, Nordau e Renan, além de arriscar-se a leituras socialistas. Nada disso conflui para os rudes afazeres domésticos de uma fazenda no sertão nordestino. Conceição apresenta Vicente, seu primo, vaqueiro, como “o amigo do mato do sertão de tudo que era inculto e rude”, um homem ligado à preservação de suas terras, de sua gente em tantos momentos difíceis de seca, em especial, nesse de 1915. A autora evita falar diretamente da incultura de Vicente. Utiliza, como recurso, as conjecturas da mãe dele, alguém acima de qualquer suspeita, que, numa fala muda e emocionada, o compara ao outro filho, doutor, dizendo: esse era o filho que “não se envergonhava da diferença que fazia do irmão e teimava em não querer ser gente”... Rachel de Queiroz atribui a Vicente, em trechos vários, idéias partilhadas por Conceição sobre o desconforto dessa incultura, sublinhado numa a situação que destaca como uma conduta contumaz de Vicente, um recorrente sinal da inveja nutrida pelos atributos intelectuais de seu irmão: “talvez por não ter estudado não perdia ocasião de troçar dos doutores”. Mesmo cautelosa em suas observações, a autora não deixa de lamentar que Vicen-

te nunca tenha querido ser doutor. Eis o problema que a personagem Conceição enfrenta nessa sua relação de amor. Por isso, ao longo do romance, exercita cuidadosas distâncias em relação a Vicente, como que indicando um modo de construir desistências de amores impossíveis, assunto apenas esboçado no romance. A personagem prefere seguir seu caminho sem as árduas tarefas da fazenda, as que a impedirão de ler, de escrever, de dar materialidade a seu projeto de vida intelectual. O sertão e a cidade de Rachel de Queiroz são mundos apartados, nunca se encontram. Conceição sabe-se amada pelo sertanejo. Ao avaliar sua vida, Vicente dirá de si para si que, de tudo, só Conceição “com o brilho de sua graça, alumia e floria com um encanto novo a rudeza de sua vida”. Não cede, porém. Rachel de Queiroz assinala ainda diferenças entre gerações femininas na circunstância em que Conceição é inquirida pela avó sobre a leitura que fazia, um texto em francês sobre a questão feminina, a situação da mulher na sociedade, os direitos maternos. Nesse diálogo, a avó recrimina seu interesse por tais assuntos, recordando seu tempo, aquele em que o padre recomendava às moças a leitura a fazer.<sup>22</sup> As escolhas e projetos de Conceição parecem inexplicáveis à velha senhora que lhe pergunta: “ Para que torceu a natureza ? Por que não se casa?”. Conceição vai repetir a frase-chave de sempre: “Mas se nunca encontrei alguém que valesse a pena...”, dita em outra ocasião e ouvida, em silêncio, por Vicente. Por suas escolhas, Conceição alcançou, de seu jeito, uma dada consciência de gênero. Olhando a sina de outras mulheres do sertão, não hesita, até o fim, em perseguir suas escolhas: a cidade, suas leituras, sua obra pedagógica, o amor do afilhado invés do filho que nunca terá. Não tem como recuar. Preferindo evitar riscos, escolhe viver só, abre mão do amor apenas sugerido. Nas páginas finais, revelando as cadeias que ainda a mantêm cativa e o esforço de desprender-se delas, reconhece, de si para si, que o verdadeiro destino de

<sup>22</sup> QUEIROZ, R. *Op. cit.*, p.124.

uma mulher seria acalentar uma criança ao peito e que o amor de seu afilhado, criado como filho, a confortará. Rachel de Queiroz constrói o fim desse caso de amor numa cena metafórica de despedida: Vicente “chegou as esporas ao cavalo, que arrancou num grande impulso”; Conceição, sem qualquer gesto, “o viu sumir-se no nevoeiro dourado da noite...” Essas e outras histórias expressam uma parte da sina que têm acompanhado mulheres em busca de instrução, em meio a tantos nevoeiros, nem sempre tão dourados. Cada uma a sua maneira, fala das desventuras de ser doutora, certamente, um dilema conhecido por Rachel de Queiroz em suas escolhas intelectuais, no início do século XX e por tantas de nós, mulheres, em nossas escolhas...

## Referências Bibliográficas

- ASSIS, Machado de. Chronica 4, publicada em *O Cruzeiro*, 30/6/1878. *Chronicas*. 4º Volume (1878-1888). Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W.M. Jackson Inc, 1938.
- \_\_\_\_\_, 1839-1908. “A dentista baiana”. In: MONTELLO, Josué. *Memórias Póstumas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BADINTER, E. XY: sobre a identidade masculina. Trad. de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- CARTAS de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos. *Anais da Biblioteca Nacional*. v.LVI, 1939. Separata. (BC).
- COSTA, Suely Gomes. *Metáforas do tempo e do espaço doméstico*. Rio de Janeiro, século XIX. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, UFF, 1996.
- \_\_\_\_\_. O diário de umas e outras meninas (Aportes teóricos sobre o cotidiano feminino, Diamantina, Minas Gerais, fins do século XIX). *Cadernos do ICHÉ*, Niterói, n.60, set.1993.
- \_\_\_\_\_. *Pau-para-toda-obra*. Subsídios para o estudo do processo de subordinação do trabalho. A matriz de qualificação da mão-de-obra antes do sistema fabril (Brasil: século XVI-XIX). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, UFF, 1888.

- \_\_\_\_\_. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC, n.2 vol. 10. Florianópolis: 2º semestre de 2002, p.301-324
- FRANÇA JUNIOR, Joaquim José. *As doutoras*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003. Fundação Biblioteca Nacional. [http://cervantesvirtual.com/portal/FBN/biografias/franca\\_junior/index.shtml](http://cervantesvirtual.com/portal/FBN/biografias/franca_junior/index.shtml)
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- MAGALHÃES JUNIOR, R. *Martins Pena e sua época*. 2ª ed. São Paulo: LISA, 1972.
- MONTELLO, J. *Memórias Póstumas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- PERROT, M. Sair. In: FRAISSE, G., PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente*. O século XIX. Trad. portuguesa de M. H. da C. Coelho et al. Porto: Afrontamento, 1994, p.503-539.
- QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 66ª ed. São Paulo: Siciliano, 1999.
- RODHEN, F. *Uma ciência da diferença*. sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.
- VARIKAS, E. O pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*. Niterói, v.2 n.3, jun.1997, p.59-80.
- WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico*. Trad. de D. Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

## ARTIGOS

---

# La feminización de la pobreza en el medio rural de México

Carlos Fonseca Hernández  
Ma. Luisa Quintero Soto

**Resumen:** La precariedad de las condiciones del campo mexicano se agudizan entre los sectores más desfavorecidos de la sociedad, especialmente las mujeres; quienes afrontan las consecuencias de la migración y de la discriminación de género. Asimismo, en este artículo se analiza la desigualdad entre hombres y mujeres; el medio rural y urbano y los intentos insuficientes del gobierno para afrontar el problema.

**Palabras clave:** Mujeres, Pobreza, Rural, Migración, Desigualdad.

**Abstract:** Insecurity conditions of the Mexican rural area becoming more severe in the society, especially in what concerns women when dealing with migration consequences and gender discrimination. This article analyzes inequalities between men and women, the rural and urban areas and the government's insufficient purposes to solve the problem.

**Keywords:** Women – Rural Area – Migration – Inequality

*Carlos Fonseca Hernández:* Doctor en Sociología por la Universidad Complutense de Madrid, actualmente se desempeña como Profesor en el Postgrado de Economía de la Escuela Nacional de Estudios Profesionales ENEP Aragón de la Universidad Nacional Autónoma de México.

*Ma. Luisa Quintero Soto.* Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad Iberoamericana, es profesora y tutora del Postgrado de Economía de de la Escuela Nacional de Estudios Profesionales ENEP Aragón de la Universidad Nacional Autónoma de México.

## 1. Migración

En México el medio rural es sinónimo de atraso, pobreza y marginación. Por lo que existe la creencia de que fuera del campo las cosas son siempre mejores. En algunos casos, los agricultores se ven en la necesidad de emigrar a las urbes mexicanas e incluso a los Estados Unidos; para solventar necesidades básicas, dejando a esposa e hijos bajo respaldo de las remesas que envían.

El fenómeno de la migración de campesinos hidalguenses hacia Estados Unidos se ha desarrollado de manera notable desde la década de los 30's. Esta situación ha repercutido en las comunidades de las que son originarias las personas emigrantes, así como sus familias; formadas por esposas, madres, hijas y familiares.

No obstante, también las mujeres se desplazan, feminizándose la migración. La presencia de mujeres mexicanas en los campos de Estados Unidos empieza desde 1988 cuando se otorgan 1 millón 100 mil permisos para trabajadores agrícolas temporales. La migración de las mujeres se manifiesta como resultado del seguimiento de sus familiares al país del norte. Los rostros de la migración muestran la situación de las mujeres que afectadas por el desplazamiento de sus esposos y de aquellas que se trasladan de manera indocumentada.

En Hidalgo, México; los flujos migratorios se efectúan desde 1930 por las condiciones de suma pobreza y de desempleo en las que vive el país. Las primeras contrataciones de trabajadores agrícolas se llevaron a cabo mediante el Programa *Bracero* iniciado en agosto de 1942 y que terminó en enero de 1964 (López Castro, 1986). Este programa fue de carácter temporal para realizar actividades agrícolas en Estados Unidos, debido a la carencia de mano de obra barata; puesto que el país estaba en guerra. Actualmente, los ciudadanos norteamericanos no desean realizar este tipo de



trabajo triple P: precario, peligroso y pesado (PPP).

Un claro ejemplo lo tenemos en el Municipio de Ixmiquilpan que se localiza en el Valle del Mezquital del Estado de Hidalgo, México. Su población ha estado emigrando desde la década de los años 30's. Una vez finalizado el Programa *Bracero* en 1964, los habitantes de esta región no han dejado de emigrar a los Estados Unidos mediante traficantes de personas, conocidos como *polleros*, enganchadores o contratistas. Encargados de ser los intermediarios entre los rancheros norteamericanos y los campesinos mexicanos para llevar a cabo estos flujos, apoyándose de las diversas redes migratorias que han construido. La antigüedad y el conocimiento de estrategias para lograr pasar la frontera han convertido a los primeros migrantes en polleros, cuyo único interés es lucrar con la necesidad de los indocumentados. Así, algunas personas que han padecido las dificultades de cruzar la frontera de manera ilegal, se benefician del tráfico de personas.

En 1991 comienza un Nuevo Programa de Trabajadores Agrícolas Temporales, llamado H2A, de los cuales, se cuenta con información de 60 hidalguenses que fueron reclutados en 1988 para trabajar en la cosecha del tabaco, camote, vegetales, legumbres, recolección de manzana y cultivo de árboles de navidad. Los trabajadores entrevistados en esta investigación provienen de los municipios de Santiago de Anaya, San Agustín Tlaxiaca, San Salvador, Cardonal e Ixmiquilpan. Los lugares de destino fueron Georgia, Carolina del Norte y Canadá.

Otro grupo de entrevistados durante 1999 fueron 100 campesinos reclutados en Ixmiquilpan para trasladarlos a Carolina del Norte y Georgia para trabajar en el corte de tabaco y vegetales. Los agricultores provenían de Estado de México, Guanajuato, Hidalgo y Tlaxcala. Estos datos demuestran que en los últimos 15 años la población hidalguense y particularmente de Ixmiquilpan ha sido reclutada hacia Georgia y Carolina del Norte en los EEUU; e incluso a Canadá.

El INEGI realizó dos encuestas en el mes de octubre de 1992 a febrero del año 2000. En la primera fecha se cuantificaron 2 millones 209 emigrantes internacionales. De los cuales 26 mil 264 eran originarios del estado de Hidalgo. En cambio, en el 2000, el conteo arrojó un total de 1 millón 633 209 emigrantes. De este total 62 mil 160 emigrantes pertenecían al Estado de Hidalgo. Por tanto en 7 años el número de emigrantes hidalguenses se incrementó más del doble. Los datos reflejan que el 65.9% (40 975) provenían de localidades de menos de 2500 habitantes, es decir del medio rural. Así, se puede destacar que la mayoría de la migración hidalguense es de origen rural y campesino.

En particular, del municipio de Ixmiquilpan sumaron un total de 6 168 emigrantes internacionales, representando el 9.9% con respecto al Estado. Estos datos manifiestan en menos de cuatro años (del 2000 al 2004), la población es esencialmente rural. Lo que ha ocasionado una precariedad en el campo y en el sistema social.

De la misma manera, existe un elevado número de personas de origen rural en los centros urbanos. Por ejemplo, los hidalguenses de la Huasteca, la Sierra y el Valle de Mezquital, migran a la capital del Estado, la Ciudad de Pachuca. Algunos otros se trasladan a la Ciudad de México. Como se ha mencionado, el trabajo es una causa que origina el desplazamiento. Sin embargo, la educación es otro motivo por el cual las personas emigran, puesto que en sus comunidades no existen instituciones de bachillerato y universidad.

## 2. La desigualdad manifiesta

En este punto habría que preguntarse ¿Por qué existe un desplazamiento tan alto de población rural a los Estados Unidos o a concentraciones urbanas como la Ciudad de México? La complejidad de este asunto puede encontrarse en los efectos del neoliberalismo impulsado mayormente en el sexenio de Carlos Salinas de Gortari. Durante este periodo se llevaron a cabo

reformas al artículo 27 de la Constitución mexicana que afectaron las condiciones del campo. Otros factores políticos hicieron que se disminuyera el crédito rural por la reorganización del sistema financiero. Sin embargo, el golpe más duro al campo mexicano fue la liberación comercial en materia de permisos de importaciones y aranceles sobre productos agrícolas que trajo consigo el Tratado de Libre Comercio. Las protestas de ejidatarios e indígenas comenzaron desde antes de la firma y continúan actualmente. Curiosamente, el día que entraba en vigor el Tratado de Libre Comercio, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional iniciaba operaciones para el reconocimiento de los pueblos indígenas y demandaba la atención urgente al campo mexicano.

La estructuración de subsidios directos para resolver problemas agrícolas como los programas *Procampo*, *Bienestar para tu familia* y *Progresá*, han sido insuficientes para resolver los problemas de los campesinos mexicanos y no ha frenado el fenómeno de la migración ni la feminización de la pobreza. Justamente, al contrario las medidas del neoliberalismo y la apertura de los mercados han hecho agudizar las condiciones del campo mexicano. Lo que ha ocasionado la disminución de las actividades agrícolas, pecuarias, forestales y pesqueras. (Hernández Cortés y Pérez Sánchez, 2003)

Tales efectos se traducen en la concentración de la pobreza, la caída del empleo agrícola, el rezago de la infraestructura social y la posibilidad de utilización de los espacios rurales para actividades no lícitas como el narcotráfico y el tráfico de personas.

La administración del presidente Vicente Fox no ha resuelto las demandas sociales a las que se comprometió en su campaña electoral. El Plan Nacional de Desarrollo (2001) reconoce la inequidad entre hombres y mujeres. La vigente opresión de género hace vulnerables a las mujeres a empleo precario, acoso sexual e incluso a la no remuneración de sus servicios, como el trabajo doméstico. La especial cultura mexicana fun-

dada en la expresión machista, fundamenta la participación de las mujeres en el ámbito privado, desempeñando labores del hogar. Aunque esta situación está cambiando, impide que las mujeres puedan incorporarse al ámbito público y realicen trabajos remunerados. De igual forma, dificulta el ingreso a la educación superior y los puestos directivos.

De tal forma, la desigualdad en que viven las mujeres las hace formar parte de los grupos marginados como los indígenas, las personas con algún tipo de discapacidad y las personas viviendo en pobreza extrema. La mala administración del Estado ha dado como consecuencia que el 55% de la población reciba un ingreso inferior a dos salarios mínimos mensuales, 47% viva en condiciones de hacinamiento y 28% de los mayores de 15 años no hayan terminado la educación primaria. Incluso un lastimoso 12% de la población no cuenta con servicios de drenaje ni agua potable.

La diferencia entre la calidad de vida en los espacios urbanos y rurales se manifiesta en la esperanza de vida. El Programa Nacional de Salud (2001) manifiesta que las áreas rurales de los estados más pobres como Oaxaca, Guerrero y Chiapas presentan una esperanza de vida 10 años menor que las áreas urbanas de Baja California Sur, Nuevo León y el Distrito Federal. Es por eso, que no es de extrañar que algunas personas entrevistadas que piden limosna a las afueras del metro, prefieran vivir en tales condiciones de precariedad extrema que vivir en sus comunidades rurales originarias.

La feminización de la pobreza vuelve a hacerse evidente en problema de la mortalidad materna, principalmente entre las mujeres indígenas de los municipios más pobres de Chiapas, Guerrero, Hidalgo y Oaxaca. Por tanto, la relación entre muerte, maternidad y grupo étnico se agudiza en la población rural. En Hidalgo, el índice de mortalidad materna en espacios urbanos es de 5.4 por 10 mil nacidos vivos; mientras que en el ámbito rural se eleva a 9.1 por 10 mil nacimientos.

Pese al dramatismo de los datos, las cifras de

mortalidad materna están subestimadas, ya que según el Programa Nacional de Salud sólo seis de cada diez partos se atienden en hospitales públicos, mientras que el 20% se atienden en los hogares con personal no capacitado. Los avances tecnológicos sobre diagnóstico y tratamiento en enfermedades específicas de las mujeres como el cáncer cérvico-uterino, hace inaceptable que en Hidalgo existiera en el 2000 un promedio nacional de muertes por este padecimiento en un 19.4 por 100 mil mujeres de 25 años y más. Incluso se registraron cifras mayores en las regiones más rurales más pobres del país, como Chiapas, Morelos, Nayarit, Oaxaca, Puebla, Tabasco, Veracruz y Yucatán.

Ante esta realidad social cabría hacer la pregunta ¿Cuál es la solución del problema de la feminización de la pobreza en el ámbito rural? Cualquier acercamiento a este fenómeno tendría que enfocarse a la distribución de la riqueza entre los géneros, regiones y grupos étnicos. Por ejemplo, a escala mundial, los mejores niveles de bienestar se encuentran en los países escandinavos como Noruega, Suecia y Dinamarca. La situación de las mujeres en estos países es abismalmente mejor que en otra región del mundo. ¿Cuál es la causa? Históricamente las mujeres de estos países han tenido la propiedad de la tierra por lo que no han sido objeto del sistema patriarcal de sus compañeros masculinos. El resultado es que Noruega con la economía número 27 en el mundo, ocupa el primer lugar en participación femenina. Según el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (1999), el 34% de los escaños en el parlamento noruego son ocupados por mujeres, así como el 30.6% de los puestos ejecutivos y administrativos, y el 58.5% de los puestos profesionales y técnicos. En la lista de acceso a puestos de alto nivel de las mujeres sigue Suecia (con la economía número 20) y Dinamarca (en la lista de la economía mundial número 25)

La situación de México refleja el difícil acceso a las mujeres a la participación pública, empresarial y profesional. Pese a que nuestro país ocupa el 13° lugar

en la economía mundial ocupa el lugar número 33 en cuanto a la posición de las mujeres, puesto que sólo un 16.9% ocupa un puesto de alto nivel en el ámbito legislativo. Mientras que un 19.8% y 45.2% de mujeres ocupa un lugar importante en el ambiente ejecutivo o profesional, respectivamente.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> *Índice de Potenciación de Género* (1997). En *Informe sobre Desarrollo Humano 1999*. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Referencia actualizada 27/sep./99. Información publicada en el Reporte Económico de la Jornada. Lunes 28 de febrero de 2000.

### 3. La re-conceptualización de la economía

La posición económica de los países escandinavos no es la más alta. Incluso EEUU con el primer lugar de desarrollo económico ocupa el 8º lugar en el mencionado Índice de Potenciación de Género de las Naciones Unidas. El caso de Japón es sumamente interesante. Pese a que la economía se sitúa en 2º lugar, el acceso de las mujeres japonesas a puestos altos se sitúa en el lugar número 38 a nivel mundial. Por tanto, es importante señalar que la riqueza económica no garantiza la igualdad entre mujeres y hombres; ya que Noruega en la posición 27 en la economía mundial, ocupa el primer lugar en el indicador de ingreso a las mujeres a puestos de alto nivel.

Nelson (1998) asegura que se sigue sosteniendo la idea de que el progreso económico es una condición previa del progreso social, pese a que hay pruebas en sentido contrario. Por tanto, se considera menos importantes las cuestiones sociales como la educación, la salud, el desempleo o la pobreza; que los asuntos económicos como los impuestos, la deuda pública, la inflación, el sistema bancario, las comunicaciones, el fomento de la empresa y la financiación de la defensa nacional; dado que se trata de asuntos económicos esenciales.<sup>2</sup>

La dicotomía que separa lo público y lo privado prevalece en la ciencia económica. La visión androcéntrica del mundo supone a los hombres en la esfera pública, en tanto que a las mujeres las sitúa en el ámbito privado. El género masculino está destinado al trabajo remunerado y la participación política, mientras que

<sup>2</sup> NELSON, Julie A. (1988): *Trabajo, sexo y división entre lo económico y lo social*. Revista Internacional del Trabajo, vol. 117 (1988), núm. 1. Massachusetts: Universidad de Brandeis.

las actividades femeninas como atender la casa, cuidar a los niños, mayores, enfermos y familiares; están fuera del mercado; considerándose en su mayoría como “no económicas”. Sin embargo, en el sentido etimológico *economía* significa todo lo contrario. Según Nelson, economía proviene del vocablo griego *oikos*, que significa casa, hogar. En consecuencia, *oikonomía* es el arte de administrar los bienes de la casa. Para Nelson la mujer es la primera economista, dado que se encarga de disponer de los recursos que aseguren la convivencia en el hogar.

No obstante que la economía se sostiene por gran parte de las actividades femeninas como el trabajo doméstico no remunerado, la pobreza se agudiza entre las mujeres. Los hogares más pobres son manejados por mujeres. Los más pobres de los pobres son las mujeres: viudas que nunca tuvieron un trabajo asalariado, las madres solteras, las mujeres jóvenes desempleadas, etc.

Uno de los principales teóricos de la ciencia económica, el premio nobel de economía Amartya Sen (1983), conceptualiza la pobreza en términos relativos. Para Sen aunque el hecho de que la gente tenga un nivel de vida más bajo que otras sea, efectivamente una prueba de desigualdad, por sí misma no puede ser una evidencia de pobreza a menos que se conozca algo más de la vida de esa gente. Para Sen es absurdo considerar que alguien es pobre sólo porque sus recursos no le alcanzan para comprar un satisfactor.<sup>3</sup> De tal forma, que los satisfactores básicos no sólo son los que son indispensables para el sustento, sino la totalidad de ellos cuya carencia es algo indecoroso, aun entre las clases más bajas.

En este sentido, Smith (1981, 1976 en su edición original en inglés) asegura que en la Inglaterra del siglo XVIII, el uso de zapatos de cuero es algo imprescindible para la vida, tanto que cualquier persona se avergonzaría de aparecerse públicamente sin ellos.<sup>4</sup> Bajo estos conceptos, el estudio de la pobreza se aprecia la

<sup>3</sup> SEN, Amartya (1983): *Pobre, en términos relativos: el enfoque de las capacidades y las realizaciones*. Oxford Economic Papers, núm. 35, Julio de 1985. Versión revisada en *Comercio Exterior*, mayo 2003, vol. 53, núm. 5, México.

<sup>4</sup> SMITH, Adam (1981): *Investigación sobre la naturaleza y causa de la riqueza de las naciones*. México: Fondo de Cultura Económica. [Versión original en inglés: *An inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Everyman Edition, Home University Library, Londres, 1976.]

pobreza como la privación de capacidades. Es decir, se habla de que hay pobreza cuando una persona carece de la oportunidad real de evitar el hambre, la desnutrición o vivir en la calle; en condiciones que le impiden las capacidades sociales mínimas como aparecer en público sin sentirse avergonzado y tomar parte de la vida de la comunidad.<sup>5</sup> Boltvinik (2003) asegura que las necesidades humanas siempre tienen la forma  $A$  necesita  $X$  para  $Y$ . Para que  $X$  se conciba como necesidad, es necesario que  $Y$  evite un grava daño, la desnutrición por ejemplo, por lo que la atención se centra en  $X$ , los alimentos.<sup>6</sup> En este sentido,  $A$  son las mujeres que necesitan de alimentos  $X$  para aliviar el hambre, trabajar y realizar proyectos  $Y$ .

En México existen 13 millones de mujeres rurales que contribuyen vitalmente en el desarrollo económico, la seguridad alimentaria y la estabilidad de las zonas rurales. No obstante, su esperanza de vida es cuatro años menor que la de las mujeres urbanas, debido a excesivas cargas de trabajo, alta fecundidad, embarazos frecuentes con inadecuada atención médica. La Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) llama a las mujeres rurales trabajadoras invisibles del mundo porque sus actividades domésticas, laborales, productivas y sociales son poco reconocidas. Igualmente, son las últimas en tener acceso a los recursos y a la capacitación. En 1995, durante la Conferencia de Pekín se instauró el 15 de octubre como el Día Internacional de la Mujer Rural a sugerencia de la Federación Internacional de Productores Agrícolas y la Fundación Cumbre Mundial de la Mujer, ante la necesidad de reconocer a las mujeres rurales como el motor de la economía mundial, no como una simple colaboración al trabajo masculino y un apoyo secundario a la economía doméstica. La FAO reconoce que la pobreza en la que se encuentran, la falta de alimentos y de servicios, conduce a las mujeres rurales a tomar la responsabilidad del cultivo de la tierra, la preparación de los alimentos y el cuidado

<sup>5</sup> SEN, Amartya; FOSTER, James (1997): *Espacio, capacidad y desigualdad*. En *Comercio Exterior*, mayo 2003, vol. 53, núm. 5, México.

<sup>6</sup> BOLTVINIK, Julio (2003): *La teoría de las necesidades humanas de Doyal y Gough*. En *Comercio Exterior*, mayo 2003, vol. 53, núm. 5, México.



de los familiares; además de proporcionar agua potable y leña. No obstante, pese a su participación en la subsistencia de la comunidad, su función no se traduce en posesión de propiedades, poder político, y desarrollo personal, ya que las mujeres sólo tienen la propiedad del 2% de la tierra y reciben sólo el 1 por ciento de créditos destinados a la agricultura.

En el mundo el número de mujeres rurales que viven en la pobreza se ha doblado desde 1970. La cifra de mujeres rurales, en su mayoría agricultoras, es de más de 1.6 billones, más de un cuarto de la población mundial. Igualmente, las dos terceras partes de la población mundial analfabeta son mujeres. En América Latina y el Caribe, la mitad de los 86 millones de mujeres que viven en zonas rurales viven en pobreza extrema.

El intento de inaugurar el Día Internacional de la Mujer Rural no es suficiente si no se acompaña de acciones políticas que reduzcan el número de mujeres rurales que viven en pobreza extrema, sin acceso a los servicios básicos y con enormes cargas de trabajo.

La aplicación de políticas públicas debe estar dirigida a potenciar las capacidades y mejorar su calidad de vida. La Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) proponen un Plan de Acción para afrontar las causas que están a la raíz de la pobreza persistente y de la inseguridad alimentaria entre la mujer rural y las familias que sostienen, así como los factores que contribuyen a la degradación del medio ambiente. La propuesta persigue tres objetivos estratégicos:

- Promover una equidad sin diferencias por razón del sexo para acceder a los recursos productivos y a su control;
- Mejorar la participación de la mujer en los procesos decisorios y normativos a todos los niveles;
- Fomentar las medidas encaminadas a reducir el volumen de trabajo para la mujer rural y mejorar sus oportunidades de obtener un empleo remunerado y unos ingresos.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación FAO: <http://www.fao.org/FOCUS/S/Women/WoHm-s.htm>

A manera de conclusión, podríamos decir que en un ambiente de aumento global de la pobreza, de inseguridad alimentaria, de migración del campo y de degradación ecológica, habrá que asegurar que todos los agentes potenciales que intervienen en el desarrollo, accedan a los recursos necesarios para conseguir un modo de vida sostenible, con el fin de lograr eficaces estrategias de vida. En este sentido, la habilitación de la mujer será esencial para lograr unas iniciativas encaminadas a elevar los niveles de nutrición, mejorar la producción y distribución de los productos alimenticios y elevar las condiciones de vida de las poblaciones rurales. Un desarrollo rural que sea equitativo, eficaz y sostenible no puede conseguirse sin el reconocimiento expreso de la enorme aportación de la mujer rural a la producción alimenticia y el bienestar al entero hogar. Así como del reconocimiento de todas las diferencias étnicas, religiosas, sexuales de los sectores que conforman la población.

## Referencias

BOLTVINIK, Julio (2003): *La teoría de las necesidades humanas de Doyal y Gough*. En *Comercio Exterior*, mayo 2003, vol. 53, núm. 5, México.

HERNÁNDEZ CORTÉS, Celia; PÉREZ SÁNCHEZ, Alfonso (2003): *Revaloración de lo rural y las nuevas estrategias de desarrollo*. Tlaxcala-Pachuca: *Revista Contraste Regional*. Vol. 3, núm. 5-6, Enero-Diciembre 2003.

*Índice de Ptenciación de Género* (1997). En *Informe sobre Desarrollo Humano 1999*. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Referencia actualizada 27/sep./99. Información publicada en el Reporte Económico de la Jornada. Lunes 28 de febrero de 2000.

LOPEZ CASTRO, Gustavo (1986): *La casa dividida. Un estudio de caso sobre la migración a Estados Unidos en un pueblo michoacano*. Zamora, Michoacán: El Colegio de Michoacán – Asociación Mexicana de Población.

NELSON, Julie A. (1988): *Trabajo, sexo y división entre lo económico*

- y lo social*. Revista Internacional del Trabajo, vol. 117 (1988), núm. 1. Massachusetts: Universidad de Brandeis.
- Poder Ejecutivo Federal (2001): *Plan Nacional de Desarrollo 2001-2006*. México: Presidencia de la República.
- RAJCHENBERG, Enrique (2002): *San Salvador Atenco: La tierra no se vende. Entrevista con David Pájaro*. Puebla: Revista Bajo el Volcán. Año 2, número 5/2, semestre 2002.
- SALGADO MENDOZA, Gloria Trinidad (2002): *Migración de trabajadores latinoamericanos a Japón, ¿una solución a los problemas demográficos del país?* Puebla: Revista Bajo el Volcán. Año 2, número 5/2, semestre 2002.
- Secretaría de Salud (2001): *Programa Nacional de Salud 2001-2006*. México: Secretaría de Salud.
- SEN, Amartya (1983): *Pobre, en términos relativos: el enfoque de las capacidades y las realizaciones*. Oxford Economic Papers, núm. 35, Julio de 1985. Versión revisada en *Comercio Exterior*, mayo 2003, vol. 53, núm. 5, México.
- SEN, Amartya; FOSTER, James (1997): *Espacio, capacidad y desigualdad*. En *Comercio Exterior*, mayo 2003, vol. 53, núm. 5, México.
- SMITH, Adam (1981): *Investigación sobre la naturaleza y causa de la riqueza de las naciones*. México: Fondo de Cultura Económica. [Versión original en inglés: *An inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Everyman Edition, Home University Library, Londres, 1976.]
- URRUTIA, Alonso (2004): *Creció 40% la migración de menores hacia EU*. México: La Jornada, viernes 18 de junio de 2004.

# Imágenes femeninas en el México decimonónico. Las mujeres veracruzanas en la literatura de viaje

Rosa Maria Spinoso Arcocha de Montandon

**Resumen:** Saber cómo veían y pensaban los viajeros extranjeros a respecto de las mujeres en el Estado de Veracruz, funciona como una opción comparativa que auxilia en la tarea de conocerlas, contribuyendo para su incorporación a la historiografía en condición de sujetos históricos, actantes y pensantes, a pesar de los clisés y de los estereotipos que se crearon sobre ellas.

**Palabras clave:** Historia de Mujeres, Literatura de Viaje, México, Veracruz

**Abstract:** To know the way foreign travelers saw and thought Mexican women from Veracruz State, on the 19<sup>th</sup>, is a comparative historiographic option to know them, beyond the clichés and stereotypes constructed about them.

**Key words:** Women's History, History of México and Veracruz, Traveler's literature.

*Rosa Maria Spinoso Arcocha de Montandon.* Maestra en Historia Social por la Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. "Doutoranda" del Programa de Posgraduación en História de la Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Alumna del Programa de doctorado de la Universidad del País Vasco, Xalapa, Veracruz, México. Titular de la "cadeira" de História de América del curso de História Del UNILARAXA (Centro Universitario do Planalto de Araxá), MG, Brasil.

## Introducción

El objetivo de este ensayo es analizar la forma como las mujeres veracruzanas fueron vistas y descritas por los viajeros extranjeros en la copiosa literatura de viaje recogida en la antología *Cien Viajeros en Veracruz*<sup>1</sup>; once tomos de crónicas y relatos de las experiencias vividas en su paso por esa entidad mexicana. La idea es mostrar como los prejuicios e ideologías con respecto al otro no estuvieron ausentes, siendo frecuentemente determinantes en las opiniones de esos forasteros; hombres y mujeres que llegaban al país movidos por los más variados, y no siempre confesados motivos.

Aunque pueda parecer repetitivo, la posición estratégica de Veracruz como puerta de entrada, pasaje obligatorio, y acceso a las otras regiones del país, transforma la literatura producida por los viajeros durante su trayecto en un observatorio privilegiado, desde donde se pueden apreciar sus reacciones ante el primer contacto con México, transformándolos de observadores en observados, u objetos de investigación para el historiador. De ahí que — queda aquí una justificativa — se haya insistido en la transcripción textual de sus palabras, aún corriendo el riesgo de que parezcan excesivas.

Saber cómo veían y pensaban a respecto de las mujeres veracruzanas también funciona como una opción comparativa para mejor conocerlas, contribuyendo para incorporarlas a la historiografía en condición de sujetos históricos, actuantes y pensantes, a pesar de los clisés y de los estereotipos que se crearon sobre ellas. Merecieron atención, en este ensayo, las observaciones y opiniones sobre su aspecto físico y sus atuendos; sus prácticas sociales, hábitos y costumbres en los ámbitos públicos y privados; su papel y estatus como esposas, madres, trabajadoras, o musas, ya fuesen en las camadas privilegiadas o populares de la sociedad.

<sup>1</sup> POBLETT MIRANDA, Martha (comp.). *Cien Viajeros en Veracruz*. Crónicas y relatos. Gobierno del Estado de Veracruz, 1992. 11 tomos.

A lo largo de los relatos fue posible percibir que aún cuando movidos por las mejores intenciones, la mayoría de los viajeros no conseguía esconder su perplejidad ante lo diferente, manifestada en una verdadera inadecuación, inclusive, para expresarse, ya fuese porque sus propias limitaciones de carácter cultural o lingüístico lo impedían, o porque las ciencias humanas y sociales aún no habían creado un léxico adecuado para ello. Tal perplejidad e inadecuación son patentes mismo en la contemplación y relato de las más espontáneas manifestaciones de amor filial y maternal:

¡Qué hombre del norte podría evitar sorprenderse al mirar a esa negra obesa que, sentada cómodamente a la puerta de su casa, con una pequeña pipa de barro entre los labios, acaricia a su prole totalmente desnuda, la cual brinca y trepa sobre la madre como lo haría un mono<sup>2</sup>!

El impacto del primer encuentro, la reacción inevitable ante lo desconocido, la sorpresa agradable o desagradable ante la alteridad, pueden ser percibidos, mejor que en cualquier otro lugar, en el paso de los viajeros por Veracruz, sea en la tierra caliente de la costa y de las selvas tropicales del sur, o en el interior templado de la sierra. A lo largo de su historia, Veracruz fue hurgado y escrutado por los ojos curiosos y vigilantes de los forasteros — amigos o enemigos —, que desembarcaron en sus playas para irse o para quedarse.

## El otro

Dicen los textos escolares que la antropología nació con el descubrimiento de la diferencia, o mejor, del “otro”, al percatarse los europeos de que existían mundos y gentes diversos, que no únicamente ellos. Esa génesis de la reflexión antropológica habría sido contemporánea del “descubrimiento” del Nuevo Mundo, cuando el occidente comenzó a definir los criterios para la caracterización valorativa del otro, y a

<sup>2</sup> CHRISTENSEN SARTORIUS, Carl. *México, paisajes y bosquejos populares*. Ed: POBLET MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo III, p.156.

elaborar los discursos sobre sus habitantes, sus tierras y sus culturas, teniendo como materia prima los relatos de los viajeros y los informes de los misioneros.

Son bastante conocidas las polémicas asertivas de Buffón y de Pauw quienes, sin nunca haber estado en el continente americano, elaboraron en el siglo XVIII toda una serie de teorías que orientaron — o desorientaron — la opinión y el pensamiento de los europeos, algunos de ellos tan ilustres cuanto Hegel<sup>3</sup>. Al mismo tiempo que, sin querer, reforzaban las convicciones y generaban reacciones apasionadas por parte de algunos criollos “protomexicanos”, patriotas, o pre-nacionalistas. Tal fue el caso del cura jesuita Francisco Xavier Clavijero, que justificaba su “Historia Antigua de México”, publicada durante su exilio italiano, como una respuesta a tales teorías y como (...) *el mejor modo de servir a mi patria, para restituir a su esplendor la verdad ofuscada por una turba increíble de escritores modernos*. En la opinión David Brading, la obra de Clavijero fue la contribución italiana más importante para la “controversia del Mundo Nuevo”<sup>4</sup>.

Los viajeros que registraron sus impresiones sobre México no eran inmunes a toda esa polémica, y en sus escritos son nítidamente perceptibles los efectos de tales teorías que llevaron uno de ellos a manifestarse con sorpresa al no verlas confirmadas, clasificándolas como prejuiciosas:

*Antes de terminar este capítulo debo mencionar un prejuicio europeo que no logro entender. Con frecuencia se me ha preguntado si es verdad que las flores de América carecen de aroma y que los pájaros no cantan. ¡Desgraciado país, dotado por el Creador de una belleza de formas sin igual, de un maravilloso colorido, pero al que negó la fragancia y los trinos! ¡La naturaleza generosa no es madrastra! ¡Qué aromas tan embriagantes nos ha brindado la gran familia de las orquídeas.*<sup>5</sup>

Aun las imágenes del “buen salvaje”, que algunos insistían en aplicar a la población nativa, eran resultado

<sup>3</sup> Buffón y de Pauw defendían la tesis de la inferioridad americana basados, entre otras cosas, en su “naturaleza hostil”, la “degeneración de su fauna”, y la “impotencia del salvaje”. Ver: GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polémica, 1750-1900*. Título original: *La disputa Del Nuovo Mondo: Storia di una polemica, 1750-1900*. Traducción de Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>4</sup> BRADING, David, *Los orígenes del nacionalismo mexicano*. México: Ediciones Era, 1980. p.37.

<sup>5</sup> CHRISTENSEN SARTORIUS, Carl. Op. cit. p.156.

de un etnocentrismo benevolente con que se pretendía positivar al otro. Para el viajero inglés que pasó por Xalapa en 1823, fue (...) *realmente agradable observar la atención y devoción con que el pueblo inocente y simple, descendiente de ancestros caníbales, mostraba su gratitud al creador*,<sup>6</sup> así como para el soldado norteamericano que tampoco pudo dejar de registrar *la inocencia y pureza de carácter* que observó entre las mujeres indígenas<sup>7</sup>.

El proceso de caracterización e identificación del otro es tan antiguo cuanto lo es la sorpresa humana ante la diversidad. Entre los griegos y los romanos, el otro era considerado *bárbaro*, termino que fue siendo matizado desde el Renacimiento hasta llegar a *naturales* o *salvajes* — buenos o malos — en el siglo XVIII, cuando comenzó a construirse un saber científico o antropológico que transformó a la especie humana en objeto de estudio. En el siglo XIX se adoptó el de *primitivos*, más en conducente con las teorías evolucionistas aplicadas a lo social, y en el XX fueron los *subdesarrollados* quienes representaron la idea de alteridad, según las teorías “economicistas” predominantes<sup>8</sup>.

Las dos ideologías que desde el siglo XVI irían pautar la relación con el otro se basaban, cada una, en una inversión simétrica de la otra. De un lado estaba el rechazo de lo diferente o extraño, adoptado a partir de una carencia cuya clave era la opinión positiva de sí mismo y de la sociedad a la que se pertenecía, manifestada en sus dos variantes: o por una actitud condescendiente y de protección paternalista; o por la exclusión. El opuesto era la fascinación por lo extraño cuya clave era la opinión negativa sobre sí y la sociedad<sup>9</sup>.

En el Nuevo Mundo, el otro siempre fue el indio, así visto y tratado tanto por los propios como por los forasteros, que difícilmente escapaban de adoptar los criterios y actitudes dictadas por las ideologías mencionadas. Para los extranjereros, el propio México ya representaba el “otro”, fuese un “México Bárbaro” o “La maravilla del Sur”, patente en las descripciones y relatos que dejaron a lo largo y a lo ancho de su historia y de

<sup>6</sup> BULLOCK, William. S/T. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo III, p.51.

<sup>7</sup> KENLY, John R. *Memorias de un soldado de Maryland...* En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo V, 207.

<sup>8</sup> LAPLANTINE, François. *Aprender Antropología*. Traducción Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2000. p.37-47.

<sup>9</sup> Ver al respecto as “Tipologías das relações com o outro” en: TODOROV, Tsvetan. *A conquista da América*. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.223-245.



su territorio. Indígenas, mestizos o criollos, México y los mexicanos eran, antes de más nada, exóticos, dignos de registro, como en las palabras de una conocida viajera,

*hay una circunstancia que debe tener en cuenta todo el que viaja por el territorio mexicano. Cuanto ser humano, cuantas cosas se ven al pasar, son por sí solos, si no un cuadro, cuando menos excelente pretexto para el lápiz.*<sup>10</sup>

<sup>10</sup> CALDERÓN DE LA BARCA, Marquesa. *La vida en México*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo v, p.44.

## Los viajeros

Fueron muchos los viajeros que cruzaron y escribieron sobre el territorio mexicano desde que ahí llegaron las huestes de Hernán Cortes en 1519. Y fueron diferentes las actitudes demostradas para con la tierra, su gente, y su cultura, aunque siempre filtradas por las dos vertientes ideológicas ya mencionadas, derivadas de la sorpresa ante la alteridad.

Los primeros que llegaron estaban movidos por el espíritu de aventura y deseo de conocimiento con que se ha caracterizado en la historiografía al europeo renacentista, aunados a la fruición del español por la conquista de riqueza, prestigio y ascensión social. Otros eran movidos por una misión salvífica cristiana que de ninguna forma estaba reñida con el espíritu de conquista, siendo la de las almas una de sus facetas. Unos eran soldados de Cristo, los otros del Rey, y todos, a su modo y con sus armas, enfrentando la diferencia representada por el indio, su tierra y su cultura.

Después fue la vez de los sabios y naturalistas que recorrieron el país catalogando y describiendo las peculiaridades que la naturaleza había impreso a su flora y a su fauna, animal o humana. Con sus escritos alimentaban las polémicas pseudo científicas que sus colegas trababan al otro lado del océano, en que clasificaban o desclasificaban un “Nuevo Mundo” que

nunca irían conocer personalmente. Todos reaccionando y actuando según las formas dictadas por la sorpresa ante lo extraño, oscilando entre la fraternal benevolencia y el intolerante rechazo, cuando mucho con indiferencia, y raramente con natural constatación

Aún después de la independencia, y no obstante el clima social inestable y xenófobo, México siguió siendo un destino preferencial de visitación — no necesariamente de migración — para los viajeros. Y hubo de todo entre los que registraron sus andanzas, y sus motivos de los más variados. Desde los simples y eventuales aventureros, visitantes voluntarios deseosos de experimentar nuevas emociones, a los inmigrantes no tan “privilegiados”<sup>11</sup> — como los franceses — que llegaban con intenciones de comenzar una nueva vida, y aún, los que llegaron en misiones oficiales y especiales, ya fuesen francamente bélicas, diplomáticas o comerciales. Hubo, en fin, periodistas, artistas, exilados políticos, diplomáticos, militares, empresarios, y científicos.

### Los títulos en la literatura de viaje

En el caso específico de México, en el periodo comprendido por la obra en que se basa este ensayo, la literatura de viaje es importante para conocer cómo el pueblo era visto y evaluado por los otros en un momento de la creación y definición de imágenes que irían reforzar la identidad nacional. Sin embargo, tanto cuanto los objetos observados y descritos, la literatura de viaje también permite observar al observador, que muchas veces comienza a revelarse en los propios títulos y encabezados de sus obras. Por ellos ya es posible percibir qué aires políticos soplaban cuando fueron realizadas, la nacionalidad, credo, u ocupación de quien lo hizo. Sólo ellos por si solos, ya serían suficientes para la elaboración de un trabajo monográfico que podría confirmar todas las teorías antropológicas de que se habló anteriormente.

Hubo los que adoptaban títulos neutros y supues-

<sup>11</sup> Expresión usada por Clara Lida para referirse a los inmigrantes españoles que eran apoyados por toda una red de amistades y parentesco que les facilitaban su adaptación en México. Ver: *Una inmigración privilegiada*. Comerciantes, empresarios y profesionales españoles en México en los siglos xix y xx. Madrid: Alianza Editorial, 1994. La alusión a los franceses se refiere a su experiencia frustrada en las colonias del sur de Veracruz.

tamente exentos, pretendiendo “vender” la idea de que se trataba de una obra objetiva y desapasionada, lo que la mayoría de las veces no lo era. Entre los muchos ejemplos se pueden citar “Notas sobre México”, de Charles Lempriere”, “Viajes por México en los años 1845-1848”, de Carl Bartholomaeus Heller, “Residencia en México”, de George Frances Lyon, o “Una visita a México”, de William Parish Robertson.

Algunos, ciertamente imbuidos de un espíritu “científico” que buscaba una verdad pensada en términos absolutos, creían tener la última palabra y así lo expresaban. “México, tal cual es”, de Emmanuel Doménech, es un buen ejemplo. Pero hubo los que hicieron concesiones al relativismo al percibir que todo no pasaba de “impresiones”, caso de H. Remy en “Tierra Caliente. Impresiones en México”.

Había los que se manifestaban con una fraternidad francamente festiva como Albert S. Evans con su “Nuestra hermana República: un viaje de gala a través del México tropical”, y los que la manifestaban de forma más circunspecta como el pastor protestante Gilbert Haven, con “Nuestro vecino de al lado. Un invierno en México”. Y había aún los títulos ufanos y condescendientes como “México: la maravilla del sur”, de William E Carson.

Algunos títulos se avocaban hacia lo etnológico, como “Tierra Azteca”, de Maturin Murray Ballou, o “Tribus y Templos”, de Franz Blom y Oliver La Farge, en cuanto que otros lo combinaban con cuestiones epistemológicas como el caso de “Anahuac o México y los mexicanos, antiguos y modernos”, de Edward Burnet Tylor. Otros apelaban para lo evocativo y literario como “Recuerdos de México”, del español radicado en Cuba José F. Vérges y “De mis recuerdos de México” del cubano Leadro Cañizares.

Había los que manifestaban sus objetos, trayectos e intenciones de forma explícita, como en “México, paisajes y bosquejos populares”, de Carl Christian Sartorius, “De Barceloneta a la República Mexicana”,

de Emile Chabrand, “Viaje por el Sudeste de México”, de Henry Howard Harper, y “Aventuras en busca de una forma de vida en Hispanoamérica”, de Vaquero. Otros se denunciaban émulos de Julio Verne, como Vitald de Szyszlo en “Diez Mil Kilómetros a través de México”, o se inspiraban en la obra cervantina, como Antonio López Matoso y su “Viaje de Perico Ligero al País de los Moros”. Había los que exhibían su lealtad territorial o su patriotismo en títulos como el del francés Ludovic Chambon en “Un gascón en México”, y el alemán Karl Wilhelm Koppe en “Cartas a la Patria”. Este, por cierto, bien conducente con el creciente espíritu nacionalista germánico de la época. Si bien es verdad que también se puede adivinar un cierto “destino manifiesto” en el título “Memorias de un voluntario de Maryland. La guerra con México en los años 1846-1848” del norteamericano John R. Kenly.

## Enigmas y paradigmas de las mujeres

Las mujeres siempre fueron caracterizadas en función de la diferencia, entendida como aquello que no es igual en términos de clase, raza, etnia, género, sexualidad y nacionalidad<sup>12</sup>. No importa cuan ajustadas y ajustables fuesen ellas a las normas, su desigualdad era de nacimiento, determinada biológicamente; y su estatuto social establecido según los criterios desarrollados y adoptados por una sociedad conjugada en género, número y grado masculinos.

Ante la extrañeza que su naturaleza provocaba, eran consideradas *inaccesibles como la luna*, *hechiceras y malignas como Circe*, o de origen tan oscuro cuanto un *cielo empañado por la bruma y la neblina*,<sup>13</sup> en un lenguaje poético que contrasta con la crudeza de la descripción que le dio un guía a un visitante de las colonias francesas de Xicaltepec y San Rafael. Para él, la mujer era un ser tan nervioso que (...) *para calmarla es a veces necesario golpearla, hasta hacerla llorar*. La felicidad de la mujer dependía de hacer aflorar su feminidad y para eso había que

<sup>12</sup> Cf. DA SILVA, Tomaz Tadeu. *Teoria cultural y educación*. Un vocabulario crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.42.

<sup>13</sup> *La Revista Moderna de México*. Magazine mensual. *Político, Científico, Literario y de Actualidades*. Vol. IV. Julio de 1905.

hacerla llorar, *Hay que desaguarla (...) La mujer que lleva los pantalones, (...) nunca es feliz.*

Su entusiasmo por el bello sexo, dice el viajero, solo se comparaba al desprecio que sentía por él, de ahí que su refrán favorito fuera:

*Toda la mujer bonita  
siempre tiene un mal modo  
llegándosele la horita  
hace lo que el puerco gordo  
que deja el agua clarita  
por revolcarse en el lodo.<sup>14</sup>*

<sup>14</sup> CHANBON LUDOVIC. *Um gascón em México*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VII, p.254.

Como enigmas por descifrar, las mujeres representaron siempre un desafío, de ahí la necesidad de observarlas, describirlas y rotularlas. Bajo el lente de aumento de la sorpresa, las mujeres veracruzanas, criollas, o de la élite; mestizas e indígenas, o del pueblo, eran doblemente diferentes para los viajeros, no solamente en su condición y naturaleza femeninas, sino como habitantes de un mundo exótico y extraño. Y así fueron vista y observadas por hombres y mujeres que las clasificaron según les permitían los juicios, prejuicios y adjetivos con que contaban en sus respectivas lenguas y nacionalidades, adoptando las mismas actitudes condescendientes, intolerantes, románticas, pretenciosas, o irreverentes que adoptaban ante lo nuevo.

Aunadas a las imprescindibles observaciones sobre los “nortes”, los zopilotes, o el vómito negro en el puerto de Veracruz; sobre la exuberancia de la naturaleza; las críticas a los bandidos, y al mal estado de los caminos; o la afición del pueblo por el juego, el cigarro y el chocolate, las mujeres veracruzanas eran vistas como partes integrantes y pintorescas del paisaje, ya fuese urbano o rural, mereciendo de casi todos algún comentario por menor que fuese. Sin embargo, salvo raras excepciones, tales comentarios raramente fueron más allá de una curiosidad superficial ante su aspecto físico, sus prácticas sociales, o sus atuendos.

## Retratos de mujer

La descripción física de las mujeres veracruzanas dependía, evidentemente, del gusto y la preferencia de quien las describía, determinados, a su vez, por el estatus económico y sociocultural tanto del observador como de las observadas, o por los patrones hegemónicos para lo bello y su opuesto. Sin embargo, frecuentemente, por tras de esas apreciaciones es posible percibir la interferencia de los estereotipos y clisés pseudo moralistas o de inspiración europea, creados e incorporados por el imaginario mexicano para lo femenino.

Un ejemplo de ello es la unanimidad con que describían la belleza de las damas principales de Xalapa, (...) *con mucho, los mejores ejemplos del pueblo mexicano*<sup>15</sup>. *Las xalapeñas tienen fama en todo México, de bellas y graciosas sobre todo; fama que no me parece usurpada*<sup>16</sup>. *O las xalapeñas gozan la fama de hermosas a que son justamente acreedoras, tiene su voz una viveza y un brillo que raramente se encuentran en México.*<sup>17</sup> Lo que lleva a pensar si tal belleza no radicaría en la *peculiaridad* de que algunas de ellas tuviesen *cabellos claros y ojos azules*<sup>18</sup>, como también lo registro, con idénticas palabras, un viajero francés:

*Mientras la mayoría de las mujeres mexicanas son bastantes morenas, especialmente aquellas de los distritos rurales y las mestizas (...) un gran número de las que encontramos en Xalapa son decididamente rubias, con pelo claro y ojos azules...*<sup>19</sup>

La duda no recae en la autenticidad de las palabras, o en la realidad e irrealidad de tal belleza, que dicen más respecto al fuero íntimo de cada uno, sino en la unanimidad con que la refieren. Unanidades son sospechosas, especialmente en cuestiones tan subjetivas, o por incorporar clisés y formulas de lenguaje convencionales que uniformizan las opiniones. P.D: *Aunque te he contado muchas cosas sobre Xalapa, tampoco podía dejar pasar (...) en silencio que el bello sexo en ningún lugar mejor que*

<sup>15</sup> LYON GEORGE FRANCES. *Residencia en México, 1826. Diario de una gira con estancia en la República Mexicana*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo III, p.260.

<sup>16</sup> MURRIA BALLOU MATURIN. *Tierra azteca*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VII, p.202.

<sup>17</sup> DE FOSSEY, Mathieu. *Viaje a México*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo IV, p.66.

<sup>18</sup> KENLEY, John R. Op. cit. Tomo V, p.207.

<sup>19</sup> DE VIGNEAUX ERNEST. *Viaje a México*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo V, p.317.

<sup>20</sup> BECKER CARL CHRISTIAN. Cartas sobre México. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo IV, p.240.

<sup>21</sup> DE VALOIS, Alfred. *México, La Habana y Guatemala*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo V, p.219.

<sup>22</sup> KOPPE KARL WILHELM. *Cartas a la Patria*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo III, p.294.

<sup>23</sup> SZYSZLO, Vitald. *Diez mil kilómetros a través de México*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VIII, p.179

<sup>24</sup> CALDERÓN DE LA BARCA, Marquesa. *La vida en México*. Durante una residencia de dos años en ese país. Traducción y prólogo de Felipe Texidor. México: Porrúa, 1987, p.73.

*aquí merece tal nombre (...) que aquí se atribuye a la atmósfera húmeda reinante.*<sup>20</sup>

En general, y como parte del “manual del buen viajero”, la mayoría se expresó positivamente sobre el aspecto físico de las veracruzanas, a pesar de sus costumbres de gusto un tanto dudoso: *En los salones veracruzanos todas las damas fuman cigarros (...), sin embargo las mexicanas son muy bonitas*, aún cuando les faltase ese *no se qué, que es el complemento de la belleza*, o no tuvieran nada de nacional, tal el empeño de las elites por parecer europeas. *No se dan cuenta que borran en ellos todo encanto natural y que solo toman de nosotros lo ridículo*,<sup>21</sup> decía el mismo autor, que tampoco parecía darse cuenta de estarse refiriendo a los mexicanos como lo haría sobre los animales de circo, amaestradas para imitar el gestual o comportamiento de los seres humanos.

Algunos fueron menos condescendientes aunque más directos con relación a la belleza, o mejor, a la falta de ella, como el viajero alemán para quien en el *heterogéneo público veracruzano y entre todo aquel conjunto de mujeres no se veía una que fuera singularmente bella*<sup>22</sup>. En lo que parecía endosado por otro que encontró a las *morenas veracruzanas de color macilento y pálido, disimulado bajo una gruesa capa de polvo de arroz*.<sup>23</sup>

Sin embargo, todos los que se ocuparon del aspecto físico de las mujeres veracruzanas, aún aquellos que no se dejaron seducir por su belleza, coincidieron en admirar en ellas sus cabellos negros, largos, abundantes y lustrosos, siempre recogidos en trenzas; y sus ojos también negros como el *azabache*, que algunos describieron *ardientes*, y otros *suaves como el terciopelo*.

*Al llegar por primera vez de los Estados Unidos, en donde una mujer fea es cosa rara, no deja uno de sorprenderse a primera vista, de una ausencia, en general de belleza en México (...). La belleza de las mujeres de aquí consiste en los soberbios ojos negros, en el hermoso cabello oscuro, en la hermosura de sus brazos y manos, y en su pequeño y bien formado pie.*<sup>24</sup>

Por cierto que una de las partes de la anatomía femenina que mereció los más detenidos y repetidos comentarios fueron los pies, que reciben en este ensayo un espacio proporcional a su importancia como elementos definidores de la belleza femenina en el siglo XIX. *La mujer mexicana tiene bonitos pies, ella lo sabe...* observó un viajero, que también observó el cuidado que les dispensaban, inclusive entre las mujeres del pueblo. Para él, las mexicanas tenían pies bonitos porque evitaban desfigurarlos con zuecos u otro tipo de *madreñas como las que usan las campesinas europeas*.<sup>25</sup>

Pero, curiosamente, ya fuesen protegidos o desprotegidos por medias, la mayoría los describía calzados u ornamentados con zapatillas de seda — con alusiones constantes a las de Cenicienta —, en colores que variaban del verde, rojo o negro, hasta el blanco o las tonalidades más claras, seguramente más al gusto personal de quien las describía que de quien las calzaba. Aunque parecía evidente que ninguno de ellos se refería a las indígenas, ciertamente por andar descalzas o de huarachas, lo que lleva a pensar si eran los pies o eran los zapatos los verdaderos objetos del deseo masculino.

Porque toda esa atención para con los pies de las mexicanas, no solo por parte de los extranjeros como de los nacionales, sugiere tres posibilidades, no necesariamente excluyentes: que todo no pasaba de clisés, que ellas realmente tenían pies pequeños y por eso considerados bonitos, y, o, que tanto unos como otros estuvieran movidos por un verdadero culto al pié. Era como si existiese en la época una especie de “pedolatría” o atracción fetichista hacia una parte de la anatomía femenina, cuya extrema sensibilidad, probablemente entendida como erógena, llevaba a su ocultamiento y en consecuencia a su elevación a la categoría de objeto de las fantasías masculinas.

Un pie pequeño y bien formado, aliado a una linda cabellera, o a unos ojos grandes, podían *compensar en gran medida* la ausencia de gracia, en la opinión de un diplomático francés, para quien, y usando una figura

<sup>25</sup> CHRISTENSEN SARTORIUS, Carl.  
Op. cit. p.156.



de lenguaje cuya autoría — astutamente — atribuía a los ingleses, las mexicanas generalmente no eran bien parecidas, en función de su *cara chata* y de la poca ropa que hacía *desbordar su figura*.<sup>26</sup>

<sup>26</sup> LEMPRIERE, Charles. *Notas sobre México*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VI, p.118.

Por ser tan inaccesibles, y andar tan escondidos, los pies de las lectoras femeninas mexicanas fueron objetos de manifestaciones públicas en favor de su mayor exhibición, como las que publicó la “Revista Científica Literaria de México”. Al mismo tiempo que en el periódico se lamentaba el paulatino abandono del uso de algunas piezas del tradicional vestuario femenino, como la saya y la mantilla, se lamentaba la largura de los trajes, a veces hasta varios centímetros abajo de lo normal, que ocultaban el *pulido y primoroso pie de las paisanas*.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> *Revista Científica Literaria de México*. Tomo I, n° 10, 1846. p.320.

Como ejemplares de una fauna cuya variedad no dejaba de sorprenderlos, las mujeres suscitaban entre los viajeros opiniones contradictorias. Para algunos no restaba duda de que las féminas veracruzanas eran de buena calidad, y *perfecta constitución física*, aún cuando algunas de ellas fuesen de un color  *cobre oscuro*. Apelando para Humboldt, uno de ellos atribuyó a la *comida sencilla, a la vida al aire libre y a los hábitos moderados*, la *gran ventaja física* de los hombres y mujeres indígenas, cuya ausencia de deformaciones hacía difícil ver entre ellos jorobados, lisiados o cojos<sup>28</sup>. Sin embargo, para otro, la indígena no era una *raza modelo*. El indio, pero sobre toda la india, eran en general de corta estatura, y de *complexión más endeble*, a causa de las *molestas degeneraciones* que les habían impuesto sus vicios.<sup>29</sup>

<sup>28</sup> MURRAY BALLOU MATURIN. Op. cit. p.181.

<sup>29</sup> SZYSZLO, Vitald. Op. cit. p.175.

Sin dejar de lado las consideraciones de carácter estético, mismo entre razas donde no se esperaba encontrar belleza, para otro quedó claro que

*La ladina, aún siendo muy obscura, tiene bastante belleza. Su talle es esbelto, alargado; tiene bellos dientes blancos, grandes ojos negros, un pie pequeño que parece más adecuado para el baile que para la marcha, y toda dama de esta clase tiene el cuidado de calzarse un bonito zapato pequeño de satén...*<sup>30</sup>

<sup>30</sup> DE VALOIS, Alfred. Op. cit. p.222.

Entre los mestizos, en general destacaban al “jarocho”, *nombre genérico de los nativos de la costa oriental*,<sup>31</sup> o *el campesino de la provincia de Veracruz*, producto de la mezcla de las tres razas conocidas, y de cuyo *extraño cruzamiento ha resultado, bajo el fuego de cáncer, una sangre de lava en ebullición, en un cuerpo formado por músculos de acero*.<sup>32</sup> Y mismo quien había encontrado la raza indígena degenerada por sus vicios se rendía ante *la simpática raza de los jarochos, impulsiva y franca por naturaleza cuyas mujeres tienen una justa reputación de belleza*.<sup>33</sup>

Ciertamente, la sangre del blanco en los mestizos ayudaba a positivar su opinión sobre ellas, ya que el mismo caracterizó a la mujer jarocho como *uno de los más bellos ejemplares de la criolla mexicana*, gracias a sus *lindas manos*, a sus *ligamentos finos*, y a su *opulenta cabellera del negro más hermoso*. Aunque tampoco faltó quien se encantase con las indígenas, comparando su brío y gallardía con el de algún fresco de Pompeya, al verlas pasar equilibrando con su *brazo elegante y torneado* los canastos de flores o de frutas que llevaban en la cabeza.<sup>34</sup>

Sin embargo, más allá de la admiración positiva derivada del “exotismo” de las mujeres mexicanas, estaba el extrañamiento mayor ante su condición femenina. Porque no todo fueron flores para ellas; la misoginia — que dispensa comentarios y justifica la larga citación —, las homogeneizaba reforzando los conocidos estereotipos, como lo muestran las palabras de un viajero francés de paso por Veracruz:

*Las mujeres son bellas, amorosas, celosas; aman el lujo con locura (...). Apenas si saben hablar su idioma correctamente, y es totalmente dudoso que sepan escribir sin estropear la ortografía. Su conversación es incoherente, frívola; no hablan: engranan palabras; no platican: parlotean. Coquetas más allá de toda medida, lanzan sus miradas inflamadas a todos los bellos caballeros. Obtienen más placer en seducir que en hacerse amar verdaderamente (...). Cuando han perdido la juventud o el poder de agradar se entregan completamente a los desordenes del juego y de la devoción (...). No vayan a concluir que todas las damas mexicanas son*

<sup>31</sup> CHRISTENSEN SARTORIUS, Carl. Op. cit. p.161.

<sup>32</sup> DE VIGNEAUX ERNEST. Op. cit, p.317.

<sup>33</sup> SZYSZLO, Vitald. Op. cit. p.175.

<sup>34</sup> DE VIGNEAUX ERNEST. Op. cit. p.317.

*demonios. Lejos de ello, son mujeres que se podrían tomar por ángeles si por lo menos simularan tener su pudor y encantadora ingenuidad. Con todo lo imperfectas que son, y quizá justamente a causa de esta imperfección (moral, lo aclaro), agradan enormemente, y más de una pobre mariposa europea ha — ¡desgraciadamente! — quemado sus pobres alas ante los destellos de sus miradas, siempre llenas de un amor que no está en su corazón.*<sup>35</sup>

<sup>35</sup> DE VALOIS, Alfred. Op. cit. p.238.

### **La ropa y sus contrastes: "de un lado las modas de París, del otro la vestimenta más ligera posible..."**

Relacionados con la apariencia física, y causa del primer impacto visual de los viajeros con las mujeres veracruzanas, estaban sus ropas y sus atuendos, poderosos elementos distintivos de las diversas etnias, y camadas sociales, fuesen ellas denominadas indias o ladinas; mestizas o jarochas; criollas o gente de bien

Entre las criollas de la elite el vestuario era inspirado en la moda europea, parisina o londrina. Hubo un viajero que se adjudicó, o mejor, a las revistas de moda que dejó con algunas señoras de Xalapa, el sensible cambió que notó en su atuendo cuando por allí pasó de regreso a su país de origen. *En lugar de aparecer, como anteriormente, en el universal negro, muchas de ellas ahora vestían con las últimas modas inglesas, en muselinas blancas, calicos estampados y otras manufacturas de Manchester y Glasgow*<sup>36</sup>.

<sup>36</sup> BULLOCK WILLIAM. Op. cit. p.78.

La mayoría coincidía en que las mujeres usaban ropas oscuras en el día a día, y la tradicional mantilla española con que cubrían la cabeza en público, tan generalizadas que fueron consideradas "traje nacional".

*Las mujeres criollas visten el traje nacional negro de seda y la mantilla sobre la cabeza por vía de adorno; las piernas cubiertas de finísimas medias de seda caladas (otras mujeres, por cierto, llevan las piernas desnudas) y los pies embutidos en elegantísimos zapatos de seda...*<sup>37</sup>

<sup>37</sup> KOPPE KARL WILHELM. Op. cit. p.294.

Descripción que parecía contradecir la de un francés,

que observó que las mujeres de las *clases altas pocas veces usan algo en la cabeza, aunque en las fiestas y paseos vi que no faltaban beldades con sombreros plumas y crinolinas, cuya abundancia rivalizaba con las de Paris y Londres*.<sup>38</sup> Sin embargo, hay que considerar que tales impresiones eran, sin duda, decurrentes de los ambientes más cosmopolitas en que se debía mover en su condición de diplomático.

Con mantilla o sin ella, algunos detalles en el adorno, por cierto bastante creativos, llamaban la atención hacia las cabezas femeninas, siendo compartidos tanto por las “señoras de bien” como por las jóvenes del pueblo. Ese fue el caso de los cocuyos que, en el puerto de Veracruz, prendían a los cabellos para lucirlos de noche en los paseos por la Alameda<sup>39</sup>. Asimismo las peinetas semicirculares, fabricadas en Tlacotalpan en oro macizo, perlas o piedras preciosas, usadas en profusión tanto por las criollas, como por las mulatas<sup>40</sup>. Y, claro está, los listones y cintas coloridas con los que las indígenas trenzaban sus largos cabellos.

Y si la mantilla era indispensable en la cabeza de las criollas para salir a público, el rebozo lo era para las indígenas y mestizas. Descrito de diferentes colores, rayado, moteado o liso, según la región, era usado, como hoy, para cubrir la cabeza, los hombros y el torso, torcido debajo del brazo, para liar a los bebés sobre las espaldas, o como ruedo para apoyar los cántaros, bateas u objetos pesados que cargaban en la cabeza.

Pero la ropa oscura tampoco era unánime, variaba su color de región a región ciertamente derrotada, en las altas esferas, por las exigencias del clima. En Minatitlán, durante una celebración nupcial a bordo de un barco estadounidense, un viajero francés observó, con asombro confesado, que la mayoría de las mujeres presentes, *jóvenes y ancianas (...) estaba vestida de blanco, con esa elegancia y gracia naturales en las mujeres de la América española*, jamás esperadas en un lugar como aquel.<sup>41</sup>

Con todo, fue sobre el vestuario de las indígenas y mestizas, o sobre la falta de él en la tierra caliente, que

<sup>38</sup> LEMPRIERE CHARLES. Op. cit. p.119.

<sup>39</sup> MURRAY BALLOU MATURIN. Op. cit. p.194.

<sup>40</sup> DOMÉNECH EMMANUEL. *México, tal cual es*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VI, p.187-188.

<sup>41</sup> BRASSEUR CHARLES ETIENNE. *Viaje por el Istmo de Tehuantepec*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VI, p.93.

las descripciones de los viajeros se hicieron más detalladas,

*Las mujeres y las muchachas de las clases más bajas usan una especie de mantón grande rectangular, de algodón listado (...) que les cubre la cabeza y se pliega sobre los hombros. Ese tipo de ropa se usa en todo el país y favorece a las bellezas morenas que saben usarla para sus coqueteos.(...) de la cintura hasta los pies llevan una amplísima falda de calicó o muselina brillante, y en ocasiones una segunda enagua blanca interior...<sup>42</sup>*

<sup>42</sup> CHRISTENSEN SARTORIUS, Carl. Op. cit. p.156.

Las indígenas totonacas, de tipo *netamente asiático*, eran exageradamente limpias, en la visión de un italiano, que las describió cargadas de alhajas o cuentas de vidrio, con sus ropas de tela blanca, adornadas con encajes, bordados y cintas de colores vivos. Los cabellos trenzados con listones y flores<sup>43</sup>. En Xilotepec, un viajero pudo ver a las mujeres vestidas de gala para los servicios religiosos,

<sup>43</sup> DOLLERO ADOLFO. *México al día*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VIII, p.214-215.

*llevando sobre su acostumbrado vestido una manga de algodón blanco tejida por ellas, y uniformemente bordada con lana de color verde y rojo. Llevaban su hermoso y brillante cabello negro peinado en dos largas trenzas, entretrejidas con cintas rojas que caían sobre los hombros y casi tocaban el suelo.<sup>44</sup>*

<sup>44</sup> BULLOCK WILLIAM. Op. cit. p.72.

Mismas ocasiones en que en Huatusco se vestían de blanco, sus cabezas adornadas con flores *para ir a la iglesia a rezar el rosario en su idioma mexicano.*<sup>45</sup>

<sup>45</sup> DE AJOFRÍN FRANCISCO. *Diario del viaje que hicieron a México...* En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo II, p.45.

Pero si la ropa llamaba la atención, más lo hacía la falta de ella, habiendo inclusive quien lamentara el que las mujeres mexicanas del pueblo no hubiesen importado todavía el uso de espartillos. *Ninguna prenda cubre la parte superior del cuerpo, nada, excepto una camisa fina, a menudo bordada y adornada con encajes, pero que escasamente basta para ocultar las formas femeninas.*<sup>46</sup>

<sup>46</sup> Idem, Ibidem.

Y en lo que a falta de ropa se refiere, siempre relacionada con el ardiente clima de los trópicos, las nativas del sur merecerían un capítulo aparte en la literatura

de los viajeros, y más aún, en la lírica abundante y romántica que inspiraron en algunos de ellos. Ese fue el caso del joven “colono del Guazacoalco” enamorado de la indígena María, objeto de largas y apasionadas páginas que debieron alimentar la imaginación de los franceses cuando fueron publicadas en París en 1831.<sup>47</sup>

También se debieron a un francés las inspiradas palabras que dedicó a su encuentro con una “india de Guazacoalco” ... *hermosa niña de los bosques, indígena de México, engalanado sólo con los adornos de la naturaleza, que ningún artificio podría compensar.* Y aún, la descripción de las jóvenes de Tlacotalpan, que usaban una faja roja ciñendo sus enaguas de muselina delgada, que les marcaba las formas *en su preciso lugar*, y cuyo *donaire encantador* para manejar el remo hacía que sus piraguas deslizasen *ligeras como la corteza del alcornoque, y rápidas como una seta...*<sup>48</sup>

En la región de los Tuxtlas un danés y un norteamericano no escondieron su deleite al ver pasar a las jóvenes indígenas a camino del río, hombros y busto desnudos, cargando los bebés a horcajadas, y sobre la cabeza algún cántaro o canastas de maíz. (...) *muchas adornan sus cabezas con coronas de flores o de hojas (...). Y como tienen muy bonitos cuerpos era placentero mirarlas, en especial las mujeres jóvenes.*<sup>49</sup>

Para finalizar, y en relación a la ropa, todo indica que para las primeras décadas del siglo XX el famoso traje de jarocha, con el que hoy se identifica folklóricamente a las mujeres veracruzanas, ya estaba definido. En la descripción de una viajera inglesa sobre la fresca atmósfera que hacía de Veracruz más encantadora, las señoritas estaban *cautivadoras con su color blanco, con grandes peinetas españolas y una flor escarlata de hibiscus colocada junto a la oreja en forma de concha.*<sup>50</sup>

Sin embargo, y en lo que en color, brillo y detalle se refiere, los atuendos femeninos nunca llegaron a rivalizar con los masculinos en la descripción de los viajeros. Tal y como algunas especies de la fauna en que la apariencia llamativa de los machos los hace

<sup>47</sup> CHARPENNE PIERRE. *Mi viaje a México o el colono del Guazacoalco*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo IV, p.126-136.

<sup>48</sup> DE FOSSEY, Mathieu. Op. cit. p.82.

<sup>49</sup> BLOM FRANZ; LA FARGE OLIVER. *Tribus y Templos*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VIII, p.335-336.

<sup>50</sup> CAMERON CHARLOTTE. *México en revolución*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VIII, p.311.

distinguirse de las hembras por su exuberancia o colorido, el vestuario de los hombres mexicanos, caracterizado por algunos como “teatral” y por otros como “grotesco”, siempre llamó más la atención gracias a la exhuberancia (o extravagancia) de sus adornos — en oro o en plata —, tanto entre los ricos como entre el “simple arriero”.

*El mexicano es orgulloso y vanidoso. Le gusta ser y sobre todo, parecer magnífico. El oro y la plata relucen en su traje, cose a lo largo de sus pantalones de terciopelo todas las pequeñas monedas de oro que se pueda procurar, su chaleco, muy corto (...) esta engalanado con bordados, su sombrero (...) está decorado con un largo galón de oro (...). Su camisa siempre es muy bella y muy blanca; sus espuelas muy largas y muy pesadas siempre son de plata.<sup>51</sup>*

<sup>51</sup> DE VALOIS, Alfred. Op. cit. p.237.

### La mexicana y el ventilador: una metáfora del trabajo femenino

Las mujeres veracruzanas que emergen de las crónicas de los viajeros trabajaban, y mucho. No fue por otro motivo que en Veracruz llamaban “La Mexicana” a los ventiladores eléctricos que funcionaban constantemente y a *diez mil revoluciones por minuto*,<sup>52</sup> para mitigar el calor en los cafés, oficinas y lugares públicos. Aún así, algunos insistieran en destacar el ocio femenino, resultado del ejercito de criadas con que contaban las señoras de la elite para atender a sus mínimos deseos.

Las imágenes captadas por un inglés en las inmediaciones de Xalapa, y que más parecen con uno de esos gobelinos o piezas de porcelana de dudoso estilo romántico, ilustran bien esas impresiones: la criada sentada a los pies de su ama, en cuanto la *juvenil señora se recostaba cómodamente en su litera, con las cortinas levantadas y el sol posándose en su almohada*, siendo acompañada por un caballero que *trotaba a su lado en un hermoso caballo*<sup>53</sup>.

En Veracruz, un francés registró a las *damas mexi-*

<sup>52</sup> O'SHAUGHNESSY, Edith. *Huerta y la revolución...* En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VIII, p.294.

<sup>53</sup> PENNY WILLIAM T. *Bosquejos de las costumbres y la sociedad mexicana*. 1824. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo III, p.147.

canas que pasaban el día *perezosamente*, tomando aire en el balcón, fumando, arreglándose el pelo y observando a los transeúntes<sup>54</sup>, en cuanto que otro, hablando también metafóricamente, pero en género femenino, decía que en San Andrés Tuxtla *la ciudad blanca* estaba *recostada en una hamaca, adormecida en una butaca elegante, envuelta en una rica piel de tigre*.<sup>55</sup> Sin embargo, tales escenas difícilmente se podrían ver entre las damas xalapeñas, y no porque estas fueran más laboriosas, sino porque, al contrario del tórrido calor de aquellos lugares, el frío y la humedad de Xalapa no lo permitirían. É ahí el peligro de las generalizaciones apresuradas y valorativas.

Porque si las damas finas y principales de Veracruz parecían vivir para ser servidas, era porque había quien lo hiciera, y las sirvienta también eran mujeres. Ya fuesen como amas de llaves, fámulas, cocineras, ayas, lavanderas, planchadoras, bordadoras, costureras, o especialistas en toda la variedad de actividades desplegadas en el universo doméstico, eran ellas las encargadas de mantenerlo funcionando en perfecta y organizada sincronía, tanto entre los ricos como entre los pobres.

Mantener la familia alimentada era la función primordial del “sexo frágil”, sin embargo, la elaboración de los alimentos no era tarea fácil cuando se contaba apenas con utensilios domésticos manuales y rudimentarios. Las tortillas, por ejemplo, *el alimento principal de las indígenas*, requerían de todo un diario y demorado ritual. *Hacerlas* — decía un viajero — *es un proceso arduo y lento. Parece que las mujeres pasan dos terceras partes de su tiempo frente al metate, preparándolas*.<sup>56</sup> Mientras que los frijoles, otro de los alimentos básicos del pueblo, llevaban todo el día cocinando en jarros de barro sobre el fuego de los braseros, formados por cañizos de otate sostenidos por cuatro palos, y recubiertos de arcilla, según observó otro en Plan del Río.<sup>57</sup>

Una categoría especial eran las lavanderas de Xalapa, muy elogiadas por los viajeros, aunque no precisamente por la excelencia de su trabajo, atribuido a la limpidez de las aguas, sino por los precios que cobra-

<sup>54</sup> DE VALOIS, Alfred. Op. cit. p.215.

<sup>55</sup> REMY, H. Op. cit, p.53.

<sup>56</sup> BLOM FRANZ; LA FARGE OLIVER. Op. cit. p.339.

<sup>57</sup> POINSETT JOEL ROBERT. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo III, p.21.



ban por sus servicios. *Los precios que cobran las lavanderas, sin contar el desgaste, son muy moderados.* Ellas hicieron pública la dimensión doméstica de su labor, que desempeñan en los lavaderos instalados próximos a los manantiales a los que la ciudad debía su nombre.

En esos lugares integraban el paisaje urbano y pintoresco ante la vista complacida de los viajeros que acudían para admirar su trabajo. *Nunca vi linos tan blancos,*<sup>58</sup> decía uno de ellos, complementado por otro con la descripción de un lavadero *situado en la parte más céntrica del pueblo:*

*Tres grandes construcciones como para mercados están colocadas paralelas unas a las otras. En lo alto una fuente surte de continuo agua clara a las artesas de piedra en las cuales la ropa es golpeada y el agua, por ser tan clara y suave, limpia más a fondo y da notable blancura a la ropa.*<sup>59</sup>

<sup>58</sup> BULLOCK WILLIAM. Op. cit. p.52.

<sup>59</sup> THORTON TAYLOR EDWARD. *México, 1825-1828.* En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo III, p.196.

Pero no fue solamente en los espacios y labores domésticos que las mujeres fueron “capturadas” por sus ojos curiosos y admirados. En los mercados y tianquis su presencia — u omnipresencia — era indispensable para imprimirles vida y movimiento. Y allí estaban ellas, en una escena que se repite diariamente casi dos siglos después, *con sus cabellos trenzados de flores, sentadas cerca de sus pilas de naranjas, verduras y frutas,* llevando a los hijos en las espaldas liados con el rebozo, llamando la atención de los compradores *gentilmente, con sus miradas modestas.*<sup>60</sup>

<sup>60</sup> KENLY JOHN R. Op. cit. p.207.

En Orizaba, un periodista norteamericano escogió las *tempranas horas de la mañana en México* como observatorio para verlas llegar al mercado, y conocer “in loco” a las gentes del pueblo, cuyas necesidades y carencias no diferenciaban hombres y mujeres en la lucha diaria por la supervivencia. Allí pudo presenciar escenas que si entonces le provocaron admiración, todavía son comunes hoy en día para los ojos acostumbrados: las mujeres, esas *criaturas trabajadoras,* llegando al mercado después de recorrer grandes

distancias sobre los caminos montañosos, las espaldas encorvadas bajo el peso de enormes fardos, tejiendo y bordando en cuanto trotaban a una velocidad que calculó entre *cinco o seis millas por hora*.

*Todos los vegetales, el carbón, la madera, y los productos del campo llegan a la ciudad en las espaldas de robustos nativos cobrizos, hombres y mujeres (...) todos encorvados bajo el peso de provisiones, cerámica o algún otro producto de la región. Se puede ver a las mujeres (criaturas trabajadoras) tejer y bordar mientras trotan.*<sup>61</sup>

<sup>61</sup> MURRAY BALLOU MATURIN. Op. cit. p.182.

En el puerto de Veracruz, entre la *multitud de negreros* que acompañaban la procesión de la Virgen de los Remedios, un viajero registró a las esclavas, a quienes sus señoras procuraban llevar consigo y *con toda decencia*, como objetos — que lo eran — de su propiedad, aunque no dejaran de buscar, *por su personal industria*, los servicios de las mujeres libres.<sup>62</sup>

<sup>62</sup> LOPEZ MATOSO ANTONIO. *Viaje de Perico Ligerito al país de los moros*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo 1, p. 226.

Es sabido que entre las clases populares y menos favorecidas, los límites entre los “buenos” y “malos” modos que imponen la etiqueta y los convencionalismos sociales si no son desconocidos son generalmente derribados en favor de la supervivencia. Al contrario de las “señoras”, que raramente se veían en la calle, y salían de sus casas únicamente para ir a la iglesia, el mismo visitante observó en la localidad portueña, en los horarios comerciales, a las jóvenes floristas ofreciendo sus *tentadores ramos* en la plaza, confundándose con los vendedores de fruta y billetes de lotería.

Mismas escenas que otros presenciaron en los caminos, y en las estaciones del ferrocarril donde mujeres y niños vendían flores, alimentos, y frutas, que ofrecían en alta voz y con entonación ritmada. Sin contar que eran también las mujeres las encargadas del hospedaje y alimentación de los viajeros, casi siempre en sus propias casas, generalmente descritas como muy limpias aunque fueran humildes.

En Plan del Río, un viajero se hospedó en la casa *más considerable* del pueblo en donde fue recibido

*bondadosamente (por) una mestiza limpia y arreglada que prometió prepararnos la comida en un momento. O en El Lencero, donde se detuvieron en la primera choza que encontraron, y donde también fueron acogidos por la buena mujer de la casa que se levantó para hacernos pasar, muy atentamente, al único aposento de la mansión.*<sup>63</sup>

<sup>63</sup> POINSETT JOEL ROBERT. Op. cit. p.21-23.

Como lo observaron entre los indígenas del “Valle del Guazacoalcos”, eran siempre las mujeres las incumbidas de la siembra, *sin contar con mayores instrumentos que un bastón puntiagudo con el que hacen un hoyo en la tierra.*<sup>64</sup> Y aún cuando pudiera parecer dudoso el considerar como trabajo la actividad de los salteadores que infestaban los caminos veracruzanos, asaltando y sobresaltando a los viajeros, no dejaba de ser un medio de vida generalmente asociado al sexo masculino. Por eso, resulta bastante interesante un registro que contradice todas las fórmulas creadas para una “feminidad” que encomiaba la pasividad por sobre todas las cosas. Cerca del Pico de Orizaba, uno de ellos se deparó con

<sup>64</sup> FRANCES CHARLES ETIENNE. Op. cit. p.103.

*...una partida de aspecto vistoso, dos mujeres y cinco o seis hombres, todos en buenos caballos y vestidos a la moda que le gusta al rancharo mexicano —sombbrero de ala ancha con costosas serpientes de oro y plata para las cintas, y la ropa y monturas brillando con plata.*<sup>65</sup>

<sup>65</sup> BURNET TYLOR, Edward. *Anáhuac o México y los mexicanos, antiguos y modernos*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VI, p.23.

Lo mismo se podría aplicar a las soldaderas, *la heroica mujer que acompaña al ejército, llevando consigo a sus hijos o cualquier otra posesión mortal, y que en Orizaba llamaron la atención de una viajera, en las primeras décadas del siglo XX. Para ella, una soldadera era el único “avitallamiento” de los soldados, y destacaba su resistencia y abnegación en las largas marchas, cuando cuidaban de los heridos, enterraban a los muertos, o prestaban al macho cualquier otro servicio que pudiera solicitar, sin percibir a cambio ningún pago o recompensa monetaria, ... y si acaso llega haber algún dinero, entonces se les paga.*<sup>66</sup>

<sup>66</sup> O'SHAUGHNESSY, Edith. Op. cit. p.278.

Precedentes que hacen más comprensibles aspectos

de la imagen femenina relacionados a su estatuto social y su papel ante la comunidad.

## Estatuto social

La familia mexicana era una institución social “sagrada”, tanto para la iglesia como para el estado laico. En el relato de un viajero, era formada por los padres, los hijos y... ¡los animales domésticos! Era en el sagrado seno de la familia que las mujeres actuaban y reinaban absolutas como esposas, madres, o musas, quedando para las amantes y seductoras el “contrapunto” necesario para el equilibrio doméstico. Sin embargo, y no obstante presas dentro de la institucionalidad familiar, el estatuto social de las mujeres presentaba diversas variables, como lo dejaba entrever la mirada de los viajeros.

Después de casi dos años de experiencia, y desmintiendo la opinión negativa que los norteamericanos tenían sobre las mexicanas, consideradas *inmorales en su conducta*, uno de los viajeros consideró que *las mujeres de México son tan puras como las de cualquier otro país y que en las relaciones de esposa y madre son excelentes en el desempeño de los deberes domésticos*. Como prueba irrefutable de ello, observó que *en ningún lugar de la faz de la tierra es la esposa tan amada y tan respetada como en México*.<sup>67</sup>

<sup>67</sup> KENLY JOHN, R. Op. cit. p.207

Un amor y un respeto que si bien convencieron también a un francés, no por eso dejaron que le pasasen desapercibidas ciertas peculiaridades: *El mexicano es siempre amoroso. Aún haciendo una mala obra, recita madrigales dirigidos a la que ama*.<sup>68</sup> E inspiraron los escépticos versos de una esposa mexicana:

<sup>68</sup> DE VALOIS, Alfred. Op. cit. 237.

*Te casaste, te enterraste,  
Dice un refrán, y algo acierta  
Pues para el mundo estás muerta  
En cuanto ya te casaste  
Tu esposo forma contraste  
Contigo en conducta y frases*

*Goza él con todas las clases  
Y a ti te encierra el muy fiero (...)*

*Casarse es santo ¡admitido!  
Pero ¿los hombres? ¡qué oprobio!  
Lo que de miel tiene el novio,  
Tiene de hiel el marido:  
Mientras pretende es rendido,  
Humilde hasta que te cases:  
¿dueño? Cambia genio y frases;  
se vuelve tigre el cordero.<sup>69</sup>*

<sup>69</sup> “Contestación de una amiga casada á la carta de su amiga sin casar...” En: *Duo-decimo Calendario de Simón Blanquel para el año de 1863*. p.19.

El papel pasivo que se insistía en atribuir a las mujeres nuevamente es desmentido por el relato de un cura durante su trayecto de la Ciudad de México hasta Veracruz, de donde sería deportado. En el grupo de prisioneros del que hacía parte había varias mujeres con las que tuvo que compartir las habitaciones en los alojamientos del camino. Eran la viuda, hermana, cuñada y sobrina de uno de los cabecillas del movimiento insurgente. Sin embargo, y a pesar de los gracejos con que intentaba ridicularizarla, destacaba la figura de una señora de la aristocracia que los acompañaba. Son dignas de nota las incansables maniobras con que la mujer intentaba amenizar la situación del marido, también preso, valiéndose de cartas de presentación de gente importante, o haciéndose pasar por condesa o marquesa ante las autoridades de las diversas plazas militares<sup>70</sup>.

<sup>70</sup> LOPEZ MATOSO, Antonio. Op. cit. p.166-170

Insistiendo en el discurso de la pasividad, uno de los viajeros más observadores atribuyó a las mujeres el ser las mantenedoras de los usos y costumbres entre los indígenas de *los pueblos más apartados*, en virtud — con o sin razón — del papel subordinado que les imponía la violencia de los maridos, usada bajo la influencia del alcohol, principalmente contra aquellas que tuviesen contacto con los blancos, *o aún si solo les dirigen la palabra*. Atribuía a la misma subordinación el que las mujeres se entregaran menos que los hombres

a la bebida, observando con sorpresa *con que cuidado y hasta quisiera decir con qué respeto, tratan las indias a los borrachos*, al hacerlos salir, *con las palabras más tiernas*, de las *funestas tiendas* a donde iban a embriagarse.<sup>71</sup>

Sin embargo, tal y como ocurría en otras sociedades del mundo<sup>72</sup>, también notó el prestigio y poder que adquirirían las mujeres en esas mismas comunidades, una vez alcanzada cierta edad, (...) *tomando el lugar del médico, pues conocen muchas hierbas y remedios homeopáticos; se convierten en profetisas, conjuran los malos espíritus y gozan del respeto de todos.*<sup>73</sup>

Tampoco faltaron entre los viajeros las menciones a las “hazañas bélicas” de las musas y heroínas mexicanas, reales o imaginarias, con las obligatorias alusiones a Sor Juana Inés de la Cruz, o Juana de Arco.

Algunas de esas mujeres eran recordadas por ser veracruzanas, como Doña Marina, La Malinche, y otras por haber terminado sus días en esas tierras, caso de la vizcaína Catalina de Erauzo o Erazo, la famosa “Monja Alférez”, que después travestirse de hombre con la autorización papal, de volverse arriera, y protagonizar toda suerte de historias de capa y espada por el mundo afuera, murió *en olor de santidad* en las cercanías de Orizaba Pero eran recordadas, principalmente, cuando los viajeros creían reconocer en los lugares por donde pasaban, los escenarios de sus aventuras, que habían leído en las obras clásicas de la historia y la literatura nacional, con que se preparaban previamente para su viaje a México.

Como muestra de su *grandeza y patriotismo*, un cubano recordaba el episodio — leído en Justo Sierra — de las mujeres orizabeñas que planearon la fuga de los generales Gonzalez Ortega, de la Llave, Escobedo y Alatorre, prisioneros después *del desastre de Puebla*, y reclusos en el viejo convento de San José de Gracia, convertido en cuartel de las fuerzas francesas.

*Aquellas buenas y animosas mujeres, madres y acaso abuelas de las que yo conocí, endulzaron con sus cuidados y obsequios la*

<sup>71</sup> Heller Carl Bartholomaeus. *Viaje por México...* En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo v, p.123.

<sup>72</sup> Según Maurice Godelier, en todas las sociedades la esterilidad de las mujeres, decurrente de la edad o de la incapacidad física, les confiere un status especial ya sea superior o inferior. La esterilidad las asimila a los hombres por lo que en las sociedades matrilineares, por ejemplo, las mujeres mayores integran los consejos que eligen a los jefes. Ver: Parentesco. Homem/Mulher. En: *Enciclopedia Einaudi*. Tomo 20. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977. p.157.

<sup>73</sup> CAÑIZARES, Leandro. *De mis recuerdos en México*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VII, p.14-24.

*amarga situación de los patriotas vencidos, hasta lograr (...) la liberación de muchos de ellos, con gran peligro de su propia libertad.*<sup>74</sup>

<sup>74</sup> Idem. Ibidem.

## Sociabilidad y formas de recreación

Las damas veracruzanas de la “buena sociedad” vivían reclusas en sus casas, de donde apenas si salían para los servicios religiosos, siempre acompañadas de sus madres o “dueñas”. No era de buen tono salir solas, y en el puerto de Veracruz fueron consideradas muy *recónditas*, por la dificultad de vérselas en la calle. Cuando eso era posible, en Orizaba se les veía pasar, *tímidamente con la frente baja, el rostro encogido, cubierta la cabeza y el busto con el negro tápalo*, acompañadas de una aya, o persona mayor como lo imponían el recato y las buenas costumbres. En las palabras de un viajero, *la mujer, en términos generales, era muy retraída, y hasta parecía que se gozaba en su retraimiento. Cuando uno llegaba a tratarla, podía apreciar su delicadeza y su fina espiritualidad. Pero eso era muy difícil...*<sup>75</sup> Su vida social parecía girar alrededor de una religiosidad acremente criticada por algunos como exagerada, y caracterizada por otros como fanatismo.

<sup>75</sup> Idem. Ibidem.

Difícilmente podrían percibir que para la mayoría de las mujeres, esa religiosidad adquiría un significado que iba más allá de la simple devoción; como una de las raras oportunidades que tenían de ver, ser vistas y evaluadas en público por los galanes, enamorados y futuros maridos. Como mandaban las buenas costumbres y al contrario de privarlas de las *íntimas y exquisitas satisfacciones* que proporcionaban *el trato social entre hombres y mujeres*, era en la iglesia y en las festividades religiosas que ellas tenían lugar.

En Orizaba, el mismo viajero notó que la separación entre los jóvenes de uno y otro sexo era tal, que rara vez se veían juntos, ya fuese en las ventanas, en las calles o en los parques y paseos. Eso, *claro*, entre las clases altas, ya que *a los individuos de la clase baja — pelados*

y gatas, indios e indias — solía vérselos, por el contrario, demasiado juntos<sup>76</sup>.

El exagerado ritual que cercaba el cortejo, y del cual participaban tanto la familia como la pareja directamente interesada, generaba una serie de estrategias para facilitar el galanteo. *Un mexicano nunca hace un cortejo en el que espera encontrar esposa de manera abierta y franca (...) dice su pasión no con palabras, sino con profundos suspiros y significativas miradas.*<sup>77</sup>

Como pudo constatar, existían lenguajes y códigos secretos o ni tan secretos, que eran reforzados por suspiros, miradas y parpadeos, a través de las cuales promesas y juras de amor podían ser intercambiadas en público por los enamorados. Había, por ejemplo, un “alfabeto para mudos”, hablado con los dedos, y un lenguaje de los abanicos, de las flores, de los colores, de las frutas, *puestos al servicio de las amorosas parejas*, y cuyas claves para descifrarlos se hacían públicas en los innumerables “almanaques” que circulaban en el México decimonónico.

En la tierra caliente, las mujeres de buena familia esperaban ponerse el sol para salir, cuando la música substituía a los pájaros en las plazas iluminadas. Era, entonces, cuando *las hermosas veracruzanas, que a causa del calor no han salido en todo el día, vienen con su radiante belleza, picantes y reposadas, a disfrutar de la frescura de la noche, a platicar con sus galanes y a escuchar a los músicos.*<sup>78</sup>

O como en las inspiradas palabras de un viajero en San Andrés Tuxtla,

*... en la noche, cuando el sol comienza a descender tras la sierra de San Martín para refrescarse en las aguas del mar (...) se deslizan a lo largo de los muros, como sombras vaporosas (...) Todas las jóvenes mujeres van, bajo la protección de su dama de compañía, a respirar un poco de aire fresco y darle un poco de movimiento a sus músculos...*<sup>79</sup>

En ocasiones especiales iban al teatro, cuando lo había, y alguna compañía extranjera hacía su presen-

<sup>76</sup> Idem. Ibidem.

<sup>77</sup> MURRAU BALLOU MATURIN. Op. cit. p.203-205.

<sup>78</sup> CHABRAND, Emile. *De Barce-loneta a la República Mexicana*. En: POBLETT MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo VII, p.220.

<sup>79</sup> REMY, H. Op. cit. p.53.



tación en la ciudad, aunque siempre *dentro de los límites reservados al teatro de la Verdadera Cruz*, como observó madame Calderon de la Barca. En general, se distraían en los saraos y veladas familiares cuando platicaban, jugaban cartas y juegos de salón, o ensayaban algún baile que *por falta de maestros solo podían aprender al oído*, o cantaban acompañadas por algún instrumento musical, de preferencia el piano. Casi en todas las casas había uno, aunque también podía ser el arpa veracruzana, pequeña, sin pedales, y de fácil transporte, que generalmente tocaban *con gran facilidad y cierta ejecución, a lo que hay que agregar el mérito de que ellas mismas se enseñaron a tocar*.<sup>80</sup>

<sup>80</sup> CALDERÓN DE LA BARCA, Marquesa. Op. cit, p.39.

Las ferias anuales, o las loterías, tómbolas y quermeses de caridad, promovidas por los ayuntamientos y las parroquias en las plazas o atrios de las iglesias, permitían a las jóvenes de “buena familia” abandonar de vez en cuando la reclusión de las distracciones familiares, abriendo un espacio neutro de convivencia con el pueblo. Para un asilado en Orizaba era

*Claro que no todo era retraimiento y rigor en las costumbres de aquellas familias (...) una gran lotería pública de cartones que constituía una simpática fiesta popular nocturna (...) era durante ese tiempo (los meses de diciembre, enero y febrero) el centro de reunión de las familias (...). Por eso es que llegué a presumir que en esas noches de luz, de música y de democrática confraternidad, no pocas mujeres aprovechaban jubilosa aquella única oportunidad para sacudir su habitual marasmo social, viviendo un poco su vida en un ambiente de franqueza y alegría...*<sup>81</sup>

<sup>81</sup> CAÑIZARES, Leandro. Op. cit. p.26-27.

Si bien que a pesar de sus distracciones comportadas, y mismo limitadas a los ambientes familiares, a los ojos de los viajeros, las mujeres de la elite parecían más alegres y joviales que las indígenas, en las que notaron mayor contención en sus expresiones de alegría. *Todos procuran hablar con mesura y apagar el eco de su conversación...* Repitiendo los mismos clisés, insistían en la tristeza, melancolía o apatía del indígena, por no

hablar, claro, de su flojera. Atribuían la tranquilidad y continencia del pueblo al anonadamiento provocado por algún dolor colectivo que lo impedía de demostrar su júbilo mismo en días destinados a la algazara y el regocijo.

Aún así, en materia de recreación, aunque no necesariamente de sociabilidad, la gente del pueblo parecía practicarla más libremente sin las trabas que imponían las formulas y normas sociales a las clases altas. En las plazas, la música y el baile; los juegos de baraja, de conquin, o de paco; los alegres e *intencionados* corridos, el ruidoso zapateado de algún jarabe bailado sobre tosca tarima, y la música cadenciada de marimbas y guitarras, convivían *en caprichosa promiscuidad con la gritería de los vendedores de pulque, cacahuates, tortillas, fritangas, refrescos y nieves.*<sup>82</sup>

<sup>82</sup> Idem. p.60-61.

Probablemente una de las diversiones públicas más populares fue el baile, o el “fandango”, animado siempre por el correspondiente conjunto musical y sus cantantes, descritos constantemente por los viajeros que los encontraron monótonos, repetitivos, sensuales, o divertidos según el gusto y temperamento de cada uno.

Comparado a las danzas negro-africanas, el fandango del Nuevo Mundo fue considerado *inferior en gracia y movimiento*, aunque *un poco mejor* en la música, tocada monótonamente con una guitarra, una arpa rústica y *una mujer que gritaba con voz de falsete*<sup>83</sup> Y en la visión prosaica de un francés: *Los bailes mexicanos son poco gráciles. Los hombres giran brincoteando alrededor de sus bailarinas, y éstas pisotean rápidamente bajo sus parolá.*<sup>84</sup>

<sup>83</sup> LYON GEORGE, Francis. Op. cit. 212-213.

<sup>84</sup> DE VALOIS, Alfred. Op. cit. p.222.

En Puente Nacional y Camarón, algunos visitantes describieron la coreografía del fandango encontrándola también un tanto cuanto monótona, aún cuando de efecto divertido. Para ellos, el fandango se reducía a *los hombres y mujeres jóvenes en colocación de contradanza, (...) en un restregamiento de los pies en el suelo; de vez en cuando se volteaban suavemente alrededor como un pivote, y en seguida cambiaban de lugares...* Todo al son de un arpa y una guitarra tocadas vigorosamente y acompañadas de un

<sup>85</sup> ROBERTSON WILLIAM, Parish. *Una visita a México*. En: POBLET MIRANDA, Martha. Op. cit. Tomo V, p.266.

*improvisatore vocal* que acomodaba las palabras con un humor que podía dominar el escenario ante él.<sup>85</sup>

*Bastan dos guitarras y algo de ron para incitar e los mexicanos un deseo ilimitado de baile*, decía otro visitante, atribuyendo al baile la *conformidad del pueblo mexicano*, que mismo viviendo en la mayor pobreza, solo conocía el placer *sin preocuparse por las penas de la vida*.

Por hábito, vicio o como recreación, prácticamente todas las mujeres mexicanas, ricas o pobres, viejas o jóvenes, fumaban, para espanto de los escandalizados viajeros que condenaron enfática, y casi unánimemente tal práctica. *La última noche, antes de que obscureciera*, decía uno de ellos, *observé a tres (mujeres) en el balcón disipando a soplos volutas de humo. Era la primera vez que había presenciado esta repugnante escena*.

Sin embargo, todo indica que tal condena no parecía dirigida a la práctica en si, sino al hecho de que fuese extensiva a las mujeres, que de esa forma usufructuaban de un placer que se consideraba exclusivo de los hombres. *Es verdaderamente desagradable ver a las jóvenes damas fumar*, decía otro. Y citaba, como único atenuante para una señora que fumaba, el hecho de que fuera *¡Gracias al cielo! vieja, fea y casada*.<sup>86</sup>

<sup>86</sup> THORTON TAYLOR, Edward. *Diario y Correspondencia*. Tomo III, p.197.

Ni siquiera la condena de algunos a la pasión de los mexicanos por los juego de azar, practicados tanto por hombres, mujeres, niños jóvenes y adultos, independientemente de los estratos sociales, fue tan enfática como la dirigida contra las mujeres que fumaban. Probablemente el cigarro, junto con el juego y el hábito de tomar chocolate todo el día, haya sido una de las prácticas más observadas por los viajeros, que nunca consiguieron registrarla con indiferencia.

### Concluyendo...

Los retratos que los viajeros hicieron de las mujeres mexicanas y veracruzanas pueden parecer exactos o inexactos a los lectores, dependiendo de los criterios que se usen para evaluarlos. Aún si se consideran los

aspectos culturales — ya mencionados — que influían en sus opiniones, no por eso dejan de ser importantes para imaginarles un perfil, para el cual ellas pudieron contribuir voluntaria o involuntariamente. Como se ha podido observar, y dejando de lado los juicios de valor, muchas de esas opiniones revelan una sorprendente actualidad.

Bonitas o feas, flojas o hacendosas, pasivas o activas, tristes o alegres, las mujeres mexicanas, y por ende las veracruzanas son, ante todo, una histórica interrogación que se recusa a cerrarse, aún cuando la historiografía venga ya proporcionando un mayor volumen de estudios a su respecto. Nada es absoluto ni definitivo en la historia, y como sujetos actuantes y pensantes en ella, nada lo es a respecto de las mujeres; la única certeza es la de que hay que continuar buscándolas para encontrarlas y conocerlas, múltiples y no homogéneas, ante los ojos de propios o ajenos, en los intersticios del tiempo y del espacio.

## Referências Bibliográficas

- BLANQUEL, Simón. *Duodécimo Calendário de Simon Blanquel para el año de 1863*. México: Imprenta, 1863.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polémica. 1750-1900*. Traducción de Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GODELIER, Maurice. Parentesco. Homem/Mulher. En: *Enciclopédia Einaudi*. Tomo 20. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.
- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. Trad. Marie-Agnès Chauval. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LIDA, Clara. *Una inmigración privilegiada*. Comerciantes y profesionales españoles en México, en los siglos XIX y XX. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- POBLET MIRANDA, Martha (comp.) *Cien Viajeros en Veracruz*. Crónicas y relatos. Xalapa. Ver: Gobierno del Estado de Veracruz. 11 Tomos, 1992.
- Primer Calendario de las Señoritas Mexicanas para el año de 1855*.

México: Imprenta de Vicente Segura, 1855.

*Revista Científica y Literaria de México*. Tomo I, num. 10. México: Imprenta de la Sociedad Literária, 1846.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Teoria cultural e educação. Um vocabulário Crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América*. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

# Às escuras: a mulher como ré nos processos criminais – Uberlândia Anos 1950/60\*

Vera Lúcia Puga

**RESUMO:** Este artigo trabalha um dos poucos crimes que envolvem violência de gênero e tem como ré a figura feminina entre os anos de 1950 e 1960 em Uberlândia, Minas Gerais. A intolerância, a cultura do diferente, as diferenças entre ser homem e ser mulher no Brasil levam à análise das agressividades e do comportamento de seres humanos que se atacam, se violentam e têm respaldo nos discursos médicos, jurídicos, sociais e da mídia, que acabam por fortalecer padrões, tradições, normas comportamentais, assim como os paradigmas culturais da construção do homem e da mulher no século vinte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência; Gênero; Cultura Ocidental; Medicina e Mulher.

**ABSTRACT:** This article discuss one of a few crimes that involve violence of gender and have as culprit the feminine figure between the years of 1950 and 1960 in Uberlândia, Minas Gerais. The intolerance, the culture of the different, the differences of being men or women in Brasil give rise to the analysis of aggressiveness and the behaviour of humans that attack and violate each other, having support of doctors, juridicalists, socials and the mídia, that fortify models, traditions, behaviour norms, as well as the cultural paradigms of men and women construction on the twenty century.

**KEYWORDS:** Violence; Gender; Occidental Culture; Medicine and Women

*Vera Lúcia Puga.* Professora Doutora dos cursos de História e do Programa de Mestrado da UFU. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher (NEGUEM) e do GT de Violência do CDHIS/INHIS/UFU.

\* Este texto foi quase inteiramente modificado do original apresentado no Seminário Nacional da ANPUH em João Pessoa, 2003.

*É na referência aos fatores psicológicos e biológicos que se encontra o máximo do impulso primitivo para rejeitar o outro.*

Françoise Héritier

Estão sempre presentes, em todas as sociedades modernas, as tentativas de se eliminar a violência, seja através de movimentos da sociedade organizada, ou pelo próprio governo. Mas, o que é contraditório é que são os homens e mulheres que criam álibis para a agressividade humana e cultivam em seus meios a cultura da intolerância. Ora as sociedades criam rédeas capazes de deter as violências, ora provocam guerras, extermínios de raças inteiras. Desta forma, os diferentes, os extravagantes são segregados ou eliminados, assim como as tradições, valores e culturas são preservados, cultuados e interiorizados por diversas formas e meios. Por meio da escola, das religiões, da cultura, dos segmentos organizados da sociedade, entre outros.

Ao se sentir ameaçada, a sociedade que se quer idêntica, coesa, absoluta, tenta excluir ou aniquilar os chamados diferentes de si. Foi assim nos tempos das catedrais, das sociedades medievais, quando heréticos, homossexuais, sábias mulheres, chamadas feiticeiras, leprosos e judeus foram rejeitados, banidos ou exterminados. De acordo com Gay,

*A crueldade e a brutalidade são uma velha história: o século XIX não inventou as atrocidades. Pelo contrário, em certos aspectos significativos ele pode ser comparado favoravelmente com os seus predecessores e com nosso próprio século (século XX). Mas foi uma era de frenética colonização, com as grandes potências — e as potências que queriam ser grandes — envolvidas numa corrida por terras ambicionadas por seus minerais ou por sua posição estratégica. Enviados em missões oficiais ou trabalhando por conta própria, os aventureiros podiam operar com relativa impunidade. Em regiões remotas, pouco conhecidas e pouco visitadas, eles satisfizeram despreocupadamente as suas necessidades agressivas. E mais: missionários e exploradores muitas vezes misturaram*

*excitação sexual com pura agressividade.*<sup>1</sup>

Do “exagero” das fogueiras à exclusão por segregação. No entanto, séculos nos separam dessas sociedades e assim mesmo permanecemos excluindo, é certo que mais sutilmente, mas excluímos, assassinamos com maestria, com ódio e, o que é pior, com a aceitação e aplauso de parte da sociedade. Para alguns intelectuais, o século vinte foi um dos séculos mais mortíferos da história, estes anos presenciaram grandes conflitos bélicos, genocídios, *apartheid*, ditaduras, etc. Começamos por negar aos OUTROS sua condição de seres humanos, assim torna-se mais fácil destruí-los, excluí-los da vida em sociedade, desprezá-los. Torna-se mais difícil eliminar aqueles que se assemelham a nós. Aqueles que de uma forma ou de outra se diferem por um ou outro motivo, como os índios, pobres, judeus, homossexuais, mulheres, negros, são desumanizados e, sem problemas de consciência, porque os coisificamos, podem ser eliminados.

A raça, a escolha sexual, as diferenças — ideológica, biológica, religiosa, de classe, de time, de partido —, podem em determinado tempo, lugar e cultura social serem transformados em defeitos, em oposições e, portanto, passíveis de destruição. O pobre, a mulher, o homem, o homossexual, o louco, o doente ou aquele que acredita e professa uma fé diferente, pode, em qualquer momento, ser considerado não-humano e ser rechaçado para as margens da sociedade, hierarquizado, tratado com ódio e ser morto a critério da lei dos igual-ídenticos. O plural cede lugar ao universal, conforme Placer:

*Já parece coisa bem sabida que “nosso” mundo Ocidental — em que pese a sua inegável fragilidade, sua corrosiva flexibilidade, sua crescente incerteza seus desavergonhados riscos — vem se consolidando através das inumeráveis guerras, colonizações, expropriações, explorações, deportações etc. de tudo aquilo — e de todos aqueles — que não comungam com nossa moderna*

<sup>1</sup> GAY, P. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. O Cultivo do Ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.93.



*consciência de progresso e desenvolvimento, e que se obstinam em permanecer cegos, surdos e mudos aos nossos sábios e poderosos ideais de liberdade, igualdade e democracia; consciência humanitária, como patrimônio do Ocidente, a partir do que, sem nenhuma vergonha ou pudor, justificamos e legitimamos nossa presença e intervenção orientada — assim se diz — à construção de uma Nova Ordem Mundial e intelectual mais justa, diferente, pacífica, segura e solidária. Em nome da paz, da tolerância, da justiça, da ciência e da integração propagamos nossos exércitos, organizações, profissionais e projetos — todos eles humanitários —, tentando desgastar, dissolver ou transmutar fundamentalismos ancestrais, tradições obsoletas, costumes inquietantes, discriminações intoleráveis.*<sup>2</sup>

<sup>2</sup> PLACER, F. G. O outro hoje: uma ausência permanentemente presente. In: LARROSA, J. e SKLIAR, C. (orgs.) *Habitantes de Babel*. Políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.79-80.

Algumas *mulheres* e alguns *homens* desse planeta terra fazem parte desses grupos sociais que agem sobre os demais, sobre as crianças, os velhos, e sobre eles mesmos, quando incluem e excluem, ditam normas, regulam, reparam, integram... As agressividades foram banalizadas na cultura sexista que transformou o cotidiano de famílias em palco de disputas constantes pelo poder, onde as hierarquias se fazem presentes, onde explorados e dominados coexistem. A base da construção do poder de um sobre o outro é a diferença. O biológico que diferencia os machos e fêmeas é de menor importância diante da cultura que acaba por percebê-los como homens e mulheres. A construção do ser homem e ser mulher dá-se, portanto, no social, através de uma cultura.

Ao pensar a violência humana deve-se, com certeza, refletir sobre cor, poder, raça, opção sexual, tempo/ espaço, gênero. Deve-se pensar nas imposições da ciência, nos modelos de ser homem e ser mulher no mundo ocidental. Pensar no patriarcalismo, nas essências de um homem que se quer genuíno: coragem, virilidade, agressividade, resistência, nobreza, fidelidade. Para Gay, os séculos XIX e XX marcaram e construíram a masculinidade em oposição à feminilidade. Assim,

*Uma ou duas lágrimas másculas eram aceitáveis para sinalizar uma perda irreparável ou celebrar uma aspirada união tanto na vida como na ficção. Os maridos podiam realizar tarefas domésticas na crise dos nascimentos ou durante uma doença da esposa, e desempenhá-las sem se desculpar, talvez com um traço de inibição, mas sem qualquer constrangimento. Um homem não era necessariamente afeminado porque deixava de lado a espada, gostava de ler poesia ou chorava num concerto.<sup>3</sup>*

<sup>3</sup> GAY, P. *Op. cit.*, p. 111.

Segundo Soihet, em sua pesquisa sobre a violência no Brasil em finais do século dezenove e início do vinte, o ser homem e ser mulher não diferiam do mundo europeu:

*A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios. As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra.<sup>4</sup>*

Se o progresso e a tecnologia, a partir do século vinte, inserem-se no cotidiano do mundo ocidental, algumas questões permanecem na sombra, na escuridão. Universalizar dados significa também desconhecer as diferenças, tolerar por demais as agressividades de homens para com mulheres, de pais para com filhos, de mulheres para com velhos, e assim sucessivamente.

No Brasil do século vinte e vinte e um, onde as estatísticas “se negam” a deixar claro, nas tabelas e gráficos, *o sexo do infrator* (refiro-me aqui aos dados do IBGE que não deixam o pesquisador saber quem matou quem, quem espancou quem... em nível de Brasil), permite-se, no mínimo, visualizar neste país, nesta sociedade, as negações de domínio de um sobre o outro e, infelizmente, perceber a não existência de políticas públicas que possam reeducar os homens e

<sup>4</sup> SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, M. (org) e BASSANEZI, C. (coord.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 363.

mulheres para que a justiça, a igualdade e democracia convivam também no seio das existências humanas.

Para além da negação das estatísticas, a medicina, a igreja, a escola e em especial o discurso judiciário inseriram nessa sociedade brasileira as hierarquias de poder. De poder matar, de poder estuprar, de poder bater, espancar, sem, muitas vezes precisar prestar contas à sociedade em que vive. Em todas as pesquisas de violência de gênero ficam bastante óbvios os silêncios da sociedade em geral e do Estado em particular — (em briga de marido e mulher ninguém mete a colher).

Mesmo assim, é possível perceber, na existência dos dados brasileiros — principalmente nas Delegacias Especiais de Mulheres — que os homens são os mais agressivos e se envolvem em todos os tipos de crimes — homicídio, roubo, tráfico, lesões corporais, estupro, assédio sexual, sedução, etc. As mulheres, o chamado “sexo frágil”, no mínimo, evitam competir em termos de força com os homens. O que não quer dizer que as mulheres não sejam violentas. Dados recentes desnudam-nas ligadas às drogas, pequenos furtos, roubo de carro, porém, em sua maioria ainda sob o comando do homem.

Quando a mulher se vê como ré em crimes ligados à violência de gênero, repetem-se, quase sempre, os mesmos motivos dos homens — o ciúme, a embriaguez. Também as mulheres assimilaram a cultura da posse, a paixão desenfreada, as desconfianças, o sentimento de vingança pela traição sofrida. Há que se ressaltar que nos crimes passionais quando a vítima é o homem existe por detrás da “coragem feminina”, na maioria dos casos, um número grande de dias ou mesmo de anos de maus tratos.

No entanto, por vingança ou amor não correspondido a força cede lugar à astúcia, à vivacidade, à esperteza e às escuras mata-se, corta-se o pênis, aleja-se o amado, ou quem sabe o odiado. Do veneno ao uso de armas sofisticadas, desta forma os machados,

foices, gás, armas de fogo, veneno de matar rato, entre outras armas, foram e são utilizadas para tentar eliminar o infiel companheiro, o algoz, o “chefe” da casa, “o mandachuva do pedaço”.

Nos anos 50 e 60 em Uberlândia, Minas Gerais, as mulheres e homens estavam ainda vivenciando mais o mundo rural que o urbano, mesmo que habitassem o espaço denominado cidade. As armas dos crimes seja as de lesões corporais ou as de homicídio, estavam, em sua maioria, ligadas à roça, como os machados, as peixeiras, enxadas, foices, etc. Os Processos Criminais se transformam, assim, em fontes documentais capazes de nos revelar modos de vida, experiências, valores, tradições tanto pela fala dos réus e vítimas, quanto pela das testemunhas, médicos legistas e do próprio judiciário.

Abrem-se os processos e neles assistimos as técnicas judiciárias da “busca pela verdade”, assim como presenciemos a reconstituição do cotidiano dos atores envolvidos. Vizinhos, parentes, amigos, colegas de trabalho são chamados a depor. Na recuperação dos fatos os modelos de ser homem e ser mulher aparecem nitidamente. Culturalmente construídos o *homem* trabalhador, bom pai, bom marido e provedor correto é comparado à *mulher* esposa, mãe, dona-de-casa, meiga, submissa. Aqueles que fogem ao paradigma correto têm a repulsa da sociedade em geral, inclusive dos vizinhos e parentes, e correm o risco de serem desclassificados socialmente e de serem detidos pelo poder judiciário.

Um exemplo desses fatos é o Processo de Lesões Corporais<sup>5</sup>, ocorrido em meados do século vinte, em Uberlândia, Minas Gerais. A principal personagem desse drama foi Dona Honorina — viúva, doméstica, parda, com 51 anos de idade —, que, não tendo outros filhos, cedeu seu terreno ao genro e à filha única para que construíssem a casa do casal onde morariam com os filhos e ela própria. Dona Honorina ao ficar viúva e sozinha passou a morar com a filha, o genro e os

<sup>5</sup> PROCESSO DE LESÕES CORPORAIS – Número 680. Fórum Abelardo Penna. Arquivo GT de Violência, CDHS/UFU, Uberlândia: 1955.

netos, cuja casa ajudava a limpar. Cuidava dos netos e dos afazeres em geral do lar.

Em treze anos de convivência Dona Honorina, assim como a filha, suportou maus tratos do genro. Bebidas, discussões, noitadas nos botecos, e, pelo que tudo indica mulheres fora do lar, mas, como se apresentava um remediado provedor as duas mulheres passavam por cima dos dissabores, das humilhações, das “leves” pancadas. Dormia-se e acordava-se para um novo dia de trabalho. Crianças, tarefas escolares, refeições, enfim, lidas domésticas que terminam e iniciam entre o amanhecer e o anoitecer. Para a filha de Dona Honorina:

*seu esposo sempre foi homem trabalhador e bom chefe de família, (...) e aqui viviam em plena harmonia até agora; que sua mãe sempre foi controlada e nunca sofreu doenças mentais ou outras doenças quaisquer; que antigamente e de quando em vez, ela tinha algumas rugas com o esposo porque o mesmo usava beber um pouco, porém de um ano para cá, viviam em paz; que de um mês (sic) a esta data (10/03/52), a mãe da declarante fez uma transformação muito apreciável, mostrando-se triste, nervosa e muito diferente do seu modo habitual; que começou a dizer que o esposo da declarante vinha gastando dinheiro em farras.<sup>6</sup>*

<sup>6</sup> Idem, fl. 09.

Dona Honorina estava na realidade protegendo a filha? Tentava salvar seu casamento? Não se sabe... O caso acontecido foi que o genro havia chegado na casa após o trabalho e experimentado um bolo que Dona Honorina fizera e achou o gosto estranho. Pôs na boca um pedaço e cuspiu fora. Segundo a esposa, um frango que estava no quintal comeu o pedaço do bolo e morreu no dia seguinte. A história do frango gerou longas falas no processo. Segundo Dona Honorina o frango já se apresentava doente, daí ter morrido. A questão do frango, nesse dia fatídico, gerou discussões, iras, acusações...

À noite foram dormir e a filha de Dona Honorina despertou com os gemidos do marido e mesmo no

escuro reconheceu o vulto de sua mãe. Então elas se atacam e a mãe fugiu da casa. Ela acendeu a lamparina e

*com surpresa, deparou com seu esposo banhado em sangue apresentando grandes ferimentos pelo rosto e cabeça; que por ocasião que lutava no escuro com sua mãe, conseguiu toma-lhe o machado que a mesma empunhava, e nessa luta a declarante sofreu ferimento na região frontal do lado direito; que sua mãe sendo desarmada do machado, fugiu pelos fundos.*<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Ibidem, fl. 10.

Frangos no quintal, lamparina no quarto, machado como ferramenta do crime, eis as pistas e sinais da roça no urbano, no cotidiano da cidade de Uberlândia nos idos anos de 1950. Mas não podemos perder os detalhes da história. Continuemos, pois.

Nesse ínterim dona Honorina foi encontrada longe de casa, com os pés inchados de tanto andar. A indiciada disse que o genro bebia freqüentemente e praticava violências espancando a esposa e também a declarante. Quanto ao bolo ela confirmou que o genro provou e que disse conter veneno e cuspiu, mas o frango morrera de outra coisa, pois já vinha doente há muito tempo. Quanto ao atacar o genro e a filha com o machado ela declarou:

*Nada sabe explicar e de nada se lembra, apenas se recordando que no dia seguinte a esse fato do bolo, a declarante se encontrava em lugar bem diferente do bairro onde reside, estando com os pés inchados e arranhados, denotando ter feito uma longa caminhada, e nessa ocasião foi detida pela polícia e levada para o Sanatório Espírita local, onde se encontra.*<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Ibidem, fl. 15.

Até parece que nossa personagem conhecia os caminhos e as falas dos advogados de defesa, o “branco” da memória, o não saber do que se tratava, o lapso era defesa construída culturalmente? Era de sabedoria popular as “manhas” dos advogados para diminuir as penas de seus clientes ou mesmo retirá-los definitiva-

mente da prisão? Mas isso não importa agora, pois, Dona Honorina acabou por ser transferida para o Manicômio Judiciário de Barbacena, também em Minas Gerais, de onde partiu o Laudo n° 926 sobre o estado de sanidade mental de nossa ré. Para além dos dados pessoais, como idade, naturalidade, etc, o laudo traz dados antropométricos, como altura, peso perímetro abdominal, etc, antecedentes mórbidos familiares, ou seja, as doenças com as quais morreram seus parentes próximos, as doenças que a própria ré teve desde a infância e a constatação de retirada de ovário (três anos antes) sucedendo a cessação da menstruação e entrada conseqüente da menopausa.

O laudo médico, a ciência teria que dizer o porquê Dona Honorina cometeu esse crime. Dar conta do físico e também do psíquico. O que mais nos impressiona é que ainda no século vinte, os discursos médicos persistem em conceitos físicos, biológicos, de caracteres que nos lembram Cesare Lombroso, médico italiano que em finais do século dezenove acreditava na existência de um tipo de criminoso nato, facilmente identificado e cujas características eram orelhas enormes em forma de asas, cabeça desproporcional, etc. Nascido em 1835, estudou medicina, cirurgia e psiquiatria e se transformou em uma autoridade (controvertida, é verdade) em medicina forense Assim, vale a pena descrever o Exame Geral realizado em Dona Honorina:

*Estatura baixa, contorno frontal em escudo; perfil ligeiramente arqueado, cabelos encarapinhados; orelhas pequenas e simétricas; sobrançelas separadas na linha mediana; olhos castanhos escuros; nariz chato; boca de tamanho regular; dentes em mau estado de conservação; língua saburrosa, amígdalas e úvulas normais, pescoço grosso, sem hipertrofia da glândula tireóide, peito regular; sistema piloso secundário escasso, (...) apresenta uma cicatriz operatória abdominal mediana; órgãos genitais externos de conformação normal.<sup>9</sup>*

<sup>9</sup> Ibidem, fl. 24.

Além dessas considerações acerca do físico, o exame neurológico foi também detalhado e o exame mental apontou:

*A examinada apresenta-se ao exame em atitude respeitosa e responde suficientemente todas as perguntas que lhe são formuladas. Denota humor estável e sua atenção quer espontânea quer provocada não revela distúrbios. (...) A examinada sempre conviveu amistosamente com suas demais companheiras de reclusão. Conforme deixamos esclarecido anteriormente, a examinada foi submetida a uma intervenção cirúrgica ginecológica instalando-se em consequência a menopausa artificial. Com o declínio da atividade genital da mulher, observa-se profundas influências sobre seu psiquismo. O climaterismo ao lado de marcantes repercussão orgânicas determina transtornos psíquicos, condicionando a chamada psicose de involução. Em face do exposto, concluímos que a ré Honorina era portadora de uma psicose endotóxica consubstanciada num estado mental denominado PSICOSE DE INVOLUÇÃO, que atenua a responsabilidade da examinada, (...).<sup>10</sup>*

<sup>10</sup> Idem, fl. 28.

A tradução desse laudo psiquiátrico final significa aquilo que culturalmente nós já conhecemos, ou seja, após a perda definitiva da menstruação parece que a medicina juntamente com outras instituições disciplinares inculcou nas mulheres, principalmente em finais do século dez e até meados do vinte a idéia de ser produtivo associado à reprodução humana. A menstruação ou perda completa dela por idade ou por intervenção cirúrgica continua produzindo discursos de loucuras, de mudança de humores. O estranhamento ou mesmo a vergonha quanto à menstruação tem base forte em uma cultura — *Mulher é um bicho esquisito: todo mês sangra...* (canção de Rita Lee) vem de longa data. Desde a época em que a medicina ainda não detinha os conhecimentos necessários para saber sobre óvulos, útero, ovários. Mais que isso, as sociedades têm diferenciado o sangue que corre nas veias daquele que é derramado durante as menstruações ou mesmo durante o parto. Desta forma, o sangue mens-



trual, “sujo”, deve sair do corpo, pois se lá permanecer pode subir à cabeça levando a mulher à loucura. Por isso mesmo a cultura popular ditou normas que evitassem esses riscos, tanto a mulher parida, quanto a menstruada deveriam evitar lavar a cabeça, não ingerir determinados alimentos, não praticar esportes e muito menos sexo, etc. A exclusão simples e pura de mulheres nessa situação, em determinadas sociedades era certa. Por isso, talvez, são muitas as mulheres que acabam por festejar a menopausa como libertação, mesmo que não possa mais reproduzir, ênfase dada à sua vida. Segundo Sardenberg,

*Embora a Sócio-anthropologia da menstruação ainda esteja por ser mais amplamente desenvolvida, é possível afirmar que, assim como o morrer, também o menstruar manifesta-se como fato social e cultural, implicando em crenças, condutas, atitudes ou mesmo rituais próprios associados às concepções nativas sobre a menstruação. Isso não se aplica apenas às sociedades ditas “primitivas” como também às “modernas”, contemporâneas, nas quais se inclui certamente a sociedade brasileira.<sup>11</sup>*

<sup>11</sup> SARDENBERG, C. M. B. De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-anropológica. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n.2. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994, p.320.

O que o laudo diz é que o próprio organismo pode em determinadas circunstâncias soltar substâncias tóxicas, provocando alucinações, assim como no período da menopausa e com a idade a mulher pode perder neurônios havendo, portanto, uma degeneração cerebral. O que neste caso não se adequa, pois a ré que trabalhamos nesse processo tinha 51 anos. Ao afirmarem no laudo psiquiátrico a doença de Dona Honorina o resultado seria afastá-la da prisão e interná-la em uma clínica estadual ou particular, conforme as posses pessoais de cada um, pois, de acordo com Gay,

*(...) quando os psiquiatras afirmavam que havia uma falha nos controles mentais, os tribunais deveriam levar em conta esses pontos de vista. Revidar a agressão de um louco ou uma louca a outro ser humano por meio da contra-agressão legal do castigo severo — ou qualquer castigo — era cruel; talvez fosse irracional, até mesmo*

*patológico. Parecia cada vez mais plausível que os mentirosos, ladrões falsificadores, até mesmo os estupradores e assassinos pudessem ser reféns de uma pobreza sem esperanças, da negligência familiar ou do desequilíbrio mental. O rompimento das regras e da lei poderia ter causas sociais e psicológicas que tornavam os ofensores apenas parcialmente responsáveis por seus atos, ou mesmo sem responsabilidade alguma.*<sup>12</sup>

<sup>12</sup> GAY, P. *Op. cit.*, p.167.

Durante todo o tempo parece que alguém escondia algo dentro do processo, na evolução dos fatos. Se não, porque será que as pessoas realmente não verificaram sobre as “sovas” que dona Honorina dizia ter tomado do genro? Porque apenas naquele momento de sua vida ela teve aquele branco, não se lembrava de nada? Segundo uma das testemunhas, um vizinho que conhecia todos os atores do drama, a vítima bebia nos finais de semana e espancava a sogra a ponto de deixá-la marcada e que acabou interferindo pedindo que cessasse aquelas agressões, o que não foi ouvido. Testemunhou também que por duas vezes viu a sogra, Dona Honorina machucada, uma com a cabeça ensangüentada, outra com os olhos inchados.

No final Honorina acabou presa por dois anos e três meses e teve sua pena diminuída nas mesmas condições dos homens como réus, usando ou da violenta paixão, ou defesa da honra, ou como neste caso *loucura ou alucinações momentâneas*, o que veio “atenuar suas responsabilidades” quanto ao crime de lesões corporais. A violência de gênero está, portanto, escrita com fogo, sangue e veneno na cultura brasileira que normatiza e estimula paradigmas do ser homem e ser mulher.

# BIOGRAFIA

---

## Olívia Calábria: a mulher e a militante

Viviane de Souza Lemes

*“Combater a guerra que nos causa tantos sofrimentos e garantir a PAZ para sempre; combater a agressão e o terrorismo; criar um sistema social onde não haja desemprego nem carestia, em que haja salários dignos e não exista exploração do homem pelo homem; combater o egoísmo, corrupção e falta de respeito ao ser humano; maior entendimento entre as pessoas. Estes são alguns pontos importantes para DESFAZER NÓS E AMARRAS, abrindo campo para construir ELOS favoráveis à humanidade para ser feliz, onde os direitos humanos possam prevalecer.”*

Olívia Calábria

Nasceu em São Paulo em 05 de abril de 1914.

Filha de Domingos Antônio Calábria e Corina Verzeloni Calábria. Seu pai participou ativamente do movimento anarquista em São Paulo.

Aos 14 anos iniciou suas atividades como educadora, em princípio na condição de “ajudante”, em escolas particulares como a Escola São José de propriedade da Sr.<sup>a</sup> Clélia Alvim e posteriormente, entre os anos de 1930 a 1932, na escola dos professores Antônio e Benedito Fonseca. Tais experiências lhe permitiram criar sua própria escola primária, em barra-

*Viviane de Souza Lemes.* Historiadora, Bacharel em Direito, pesquisadora do Mestrado do Curso de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia/Programa Ciências da Saúde, Chefe de Seção da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero, Voluntária da ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, Conselheira do Conselho Municipal da Mulher e colaboradora do NEQUEM.

ção improvisado onde o pai trabalhava. Os/as alunos (as) eram filhos/as da população pertencente a diversas camadas sociais, dentre fazendeiros, comerciantes e operários.

Formou-se na 2ª Turma de Contabilidade do Colégio Liceu de Uberlândia, no ano de 1937, sendo considerada durante o curso uma das alunas mais aplicadas. Sob inspiração do professor Mário Porto, um dos fundadores do Liceu de Uberlândia e através de participação nos eventos estudantis demonstrava inclinações para as diretrizes democráticas, nacionalistas e socialistas.

A convite do coletor Antônio Luís Bastos, em razão de sua dedicação aos estudos, trabalhou durante vários anos na Coletoria Federal como caixa e auxiliar. O professor Luís Bastos antes já se surpreendia com a visão progressista permeada por justiça social contida nos trabalhos escolares da aluna Olívia Calábria. Trabalhou também no escritório do Uberlândia Clube, no comércio e fábricas locais.

A Segunda Guerra Mundial sacrificou de maneira particular o povo brasileiro, mas especialmente as mulheres da família Calábria. D. Corina, viúva com sete filhos para criar, tinha que encontrar alternativas para amenizar as dificuldades do orçamento. Juntas, mãe e filhas, trabalhavam confeccionando camisas, calças e chapéus para os soldados em combate. O dinheiro pago pelo Estado nunca vinha, ficava apenas em promessas de pagamento, agravando ainda mais a situação de dificuldades.

Foi exatamente neste período que teve acesso a dois livros que a influenciariam profundamente: os resumos da obra do cientista político Karl Marx, *O Capital*, e a obra que descreveria a atuação de Luís Carlos Prestes, companheiro de lutas por quem sempre teve grande admiração e respeito, intitulada “Um engenheiro brasileiro na Rússia”.

Em 1945, terminada a guerra, o Partido Comunista Brasileiro veio à legalidade. Havia formas de lutas e

organização trabalhistas com especial destaque para o MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores). Olívia já se sentia atraída pelas lutas democráticas e operárias, freqüentando as reuniões e atividades promovidas pelo MUT. Logo aderiu a militância partidária, assinando ficha de filiação em 1946. Considerava o Partido uma verdadeira escola política, social e fraternal que vinha de encontro com os seus ideais de ajuda ao próximo frente à miséria e a exclusão.

As mulheres de sua época ansiavam por liberdade e transformações, saíam para as ruas, procuravam se organizar em associações e sindicatos. Estavam lançadas, em 1948, as bases da organização “União Feminina de Uberlândia”, entidade que congregava mulheres da cidade na luta em defesa da paz, dos direitos sociais e da autonomia brasileira para gerir os seus recursos minerais, como foi o caso do petróleo. Em virtude de sua dedicação e compromisso com a causa Olívia foi eleita, nos anos 50, a segunda presidente desta organização.

Houve, naquela época, um período de racionamento de açúcar e a “União Feminina” tomou para si a tarefa de organizar a distribuição de quotas para cada família consumidora. Este trabalho foi mantido até que a Prefeitura Municipal, na gestão do Sr. José Fonseca e Silva, assumisse a responsabilidade.

Na opinião de Olívia pode-se dizer que havia uma ligação muito forte entre o que faziam em suas humildes instalações naquele período e o que vem sendo feito atualmente pela Delegacia de Mulheres, associações femininas e ONGs afins. Naquela época tais organizações não eram governamentais. Eram iniciativas puramente populares, mantidas por doações, apesar de estarem regularizadas com registro em cartórios e outras exigências para serem reconhecidas como tal. Porém, não recebiam qualquer tipo de ajuda do poder público.

As lutas sociais femininas envolviam criação de creches, salões de costura, artes, escolas profissiona-

lizantes, escolas de alfabetização nos bairros, ambulatórios médicos e dentários, onde muitos destes/as profissionais eram companheiros/as do PCB e colaboravam gratuitamente como voluntários(as).

O Partido era muito respeitado e havia um grande número de simpatizantes que o procuravam para participar das reuniões de bairro. Foi necessário organizar os/as filiados/as e simpatizantes em inúmeros comitês que eram orientados e dirigidos pelas células de bairros. Com a formação da Direção Nacional do Partido, Olívia foi chamada a participar da Direção Municipal de Uberlândia.

Sua tarefa desde o início da militância foi junto às mulheres. Ela e outras companheiras estavam sempre ao lado das reivindicações femininas, como a luta contra a carestia, a defesa da paz e da liberdade, a luta contra a exploração do trabalho humano e a miséria, propondo a organização de creches, luz nos bairros da periferia, telefones públicos, feiras livres, escolas de alfabetização, culinária e costura, atendimento à saúde, enfim todo tipo de apoio às necessidades principalmente daquelas mais pobres.

Residiu em Belo Horizonte por dois anos, atuando como membro do Comitê Estadual trazendo sobre si a tarefa da organização feminina. Deu cobertura a cidades como Juiz de Fora, São João Del Rei, Sabará, Nova Lima, Conselheiro Lafaiete e cidades da região do Triângulo Mineiro.

Conviveu e trabalhou junto às maiores figuras do PCB no cenário nacional como Luís Carlos Prestes, Salomão Malina, Armando Ziller e Roberto Freire. A nível local destaca os militantes Afranio Azevedo, Roberto Margonari, Simão da Luz, Dr. Virgílio Mineiro, Nelson Cupertino, João Jorge Cury e as valorosas companheiras do movimento feminino Irma Gouveia, Matilde Pereira, Amélia Zardo, Estela Saraiva, Zulmira Garcia, Olga Rugani, Haydée Calábria, Noêmia Gouveia, Dalva e Filhíinha Nascimento, D. Maria Rezende, Julieta Maestrini, Maria Raniere dentre outras.

Olívia Calábria foi alvo de atenção repressiva especial, exercida entre os anos de 1946 a 1988 ininterruptamente, por ter se dedicado a organizar as mulheres de Uberlândia em torno de bandeiras políticas progressistas, atuação esta que lhe custou o impedimento de exercer sua profissão de contadora autônoma. Perdeu os seus clientes, amedrontados pelo cerco que a polícia política lhe movia e pelo risco de serem considerados “simpatizantes”, conforme exposição dos fatos elencados por seu representante legal, Dr. Oscar Virgílio Pereira, em processo de Reparação Econômica de Caráter Indenizatório, ainda em tramitação no Ministério da Justiça.

Estão contidas neste processo informações valiosas, com detalhes de fatos e situações registrados através de relatório da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, expedido em 14 junho de 2002.

Dentre elas a sua primeira prisão ocorrida em julho de 1951, por ter participado de protesto contra a prisão de várias pessoas por motivos políticos, em manifestação dissolvida à bala pela polícia, como foi documentado pelo jornal “Estado de Minas”, edição de 26/07/51. Esta prisão durou mais de 30 dias, em condições humilhantes, tendo cessada por habeas corpus.

Da mesma forma consta um relatório do DOPS de Minas Gerais, datado de 17/09/1958 intitulado “CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ATIVIDADES COMUNISTAS NO TRIÂNGULO MINEIRO” que registra pertinaz coação a pacíficos comerciantes, intelectuais e trabalhadores – incluídas várias mulheres, entre elas Olívia Calábria, retratada assim: “Calábria, duas irmãs Haydée e Olívia, ambas desabusadas, dialéticas, trazendo de cor as palavras e textos forjados pelos comunistas como meio de propaganda e que pelas altas madrugadas saem à rua pichando as paredes e muros. Uma delas, Olívia Calábria, agrediu em companhia de outras mulheres, de sombrinha, o Delegado



de Ordem Pública, José Henrique Soares, ferindo-o na cabeça”.

Este último fato ocorreu por ocasião do Congresso Feminino de Uberlândia, em 1951, quando as mulheres estavam reunidas tratando pacificamente de suas reivindicações. O prefeito Tubal Vilela da Silva determinou ordens à Cavalaria que dispersassem a reunião. Quando os policiais começaram a atacar as indefesas participantes da reunião, não restou a Olívia outra alternativa senão ela própria defender as companheiras. Levantou a sombrinha e arremessou-a na cabeça do Delegado. Foi presa e removida para Uberaba onde permaneceu por alguns dias. No mesmo ano de 1951, quando se encontrava em viagem a Montes Claros, foi novamente presa, sendo depois de sete dias removida para a prisão do DOPS em Belo Horizonte, onde ficou detida cerca de um mês, de acordo com pesquisa realizada pela historiadora Idalice Ribeiro Silva.

Em 1955 foi para a Rússia, permanecendo dois anos para aprofundar-se nas áreas de Filosofia Marxista e Economia Política. Foi uma experiência rica pois teve a oportunidade de conhecer a realidade daquele país e aperfeiçoar-se em áreas do conhecimento e vivência política não muito comuns às mulheres de sua época. Retornando a Uberlândia (a Moscovita brasileira como era chamada a cidade pelos ativistas devido ao fato do Partido Comunista ter uma grande tradição junto as camadas populares), Olívia continuou oferecendo suporte político aos grupos de mulheres, trabalhadores urbanos e rurais de várias cidades, num movimento regional de grande mobilização e organização.

Apesar das prisões, Olívia Calábria sempre foi respeitada pelas forças policiais e pela política reacionária, porque seu trabalho era reconhecido como de fundo social e de fraternidade humana.

Nunca foi torturada fisicamente, porém as pressões psicológicas e a necessidade de fugir freqüentemente da polícia eram uma constante exatamente pela asso-

ciação que faziam entre seu trabalho social e as ligações com o Partido Comunista. Intimidações frequentes sem motivo para comparecer às Delegacias de Polícia mantinham o clima de pressão. Não tendo como trabalhar como contadora, passou a exercer a atividade de revendedora de livros e revistas. Constatam ainda em outro inquérito “... pregava ostensivamente a subversão fazendo distribuição de livros e revistas subversivas; vale salientar que de cada livro existiam vários exemplares, pelo que se conclui, logicamente, destinarem-se a distribuição.” (Relatório da ABIN)

Olívia dedicou toda sua vida ao Partido Comunista Brasileiro. Abdicou de todos os prazeres da vida, ficava longos períodos ausente da família. Abandonou a profissão de contabilista e nada possuía pois sendo o Partido Comunista um partido sem recursos financeiros, ela pessoalmente nada usufruiu.

Com a instalação do regime da ditadura, seu trabalho continuou na semi-ilegalidade. Nas situações de maiores perseguições era obrigada a manter-se em degredo. A polícia dava “batidas” em sua residência afim de aprisioná-la, apreender papéis, destruir livros e documentos. Nessas “batidas” policiais, quem recebia os soldados era sua mãe de 70 anos, que nunca se abateu pela situação e apoiava a luta da filha.

Após 20 anos de regime militar, o PCB retoma a legalidade e lança a Comissão Diretoria Municipal Provisória em Uberlândia (o CDMP-PCB), composto pelos/as camaradas Osvaldo Malaquias, Olívia Calábria, Sebastião Pedro de Oliveira, Noêmia Gouveia, Stoessel Luís Vinhas Ribeiro, Thomé de Freitas Caires Jr. e Sérgio Luís da Silva. Naquele contexto cabia à comissão representar o Partido em Uberlândia e receber novas filiações até a realização da Convenção Municipal que estabeleceria novas diretrizes.

Olívia jamais deixou de empenhar esforços em prol da igualdade de direitos entre homens e mulheres e na crença e obstinação nos direitos do ser humano e possibilidade de uma sociedade mais tolerante. Em

2004, aos 91 anos e com a saúde bastante debilitada, continua ativa dentro de suas possibilidades, dando entrevistas, depoimentos, participando de conferências, reunindo-se com estudantes que levam seus conhecimentos e experiências para dentro das universidades. Por meio de contato telefônico esclarece dúvidas de historiadores/as, de estudiosos/as políticos/as, estudantes em suas dissertações de mestrado ou doutorado.

Mesmo não freqüentando pessoalmente as organizações partidárias, fornece sua importante contribuição social e política. Anualmente, participa das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Presta seu apoio às alas democráticas por ocasião de eleições municipais, estaduais e federais. Por fim, tem recebido da cidade que lhe acolheu e que tem demonstrado a ela profundo carinho, importantes homenagens, fruto do reconhecimento da sua luta em defesa dos direitos humanos. Dentre elas, a ORDEM MUNICIPAL DE MÉRITO AUGUSTO CÉSAR, em 1979, personalidade do século XX concedida pela AITMAP (Associação de Imprensa e Cultura do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) em 2000, FÓRUM PERMANENTE DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS ESTUDANTIS OLÍVIA CALÁBRIA promovido pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia) em 2001 e recentemente foi deferido pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, pedido de REPARAÇÃO ECONÔMICA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO em virtude de perseguição política exercida pelos governos ditatoriais entre o período de 1946 a 1988.

Olívia Calábria, neste ano de 2004, foi indicada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e pela Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a ser reconhecida entre as 1000 MULHERES PARA O PRÊMIO NOBEL DA PAZ EM 2005. A premiação tem como objetivo honrar seu trabalho e dar reconhecimento internacional à sua condição de mulher que sempre esteve empenhada na proteção e promoção

dos direitos humanos, no combate aos atos de terrorismo, na construção permanente da paz e justiça social.

*Obs.:* Olívia Calábria faleceu em 26 de setembro de 2004, logo após a conclusão deste documento. Trata-se de um texto narrativo onde optamos por manter de forma literal os relatos obtidos, por meio de contato pessoal e telefônico, durante os meses de abril e maio de 2004, para elaboração da biografia e preenchimento dos formulários para o Prêmio Nobel da Paz em 2005. Agradecemos imensamente a colaboração das seguintes pessoas: Haidee Calábria, Dr. Oscar Virgílio Pereira, Sr. Antônio Pereira, Thomé de Freitas Caíres Jr. e Idalice Ribeiro Silva (autora da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado *Flores do Mal na Cidade Jardim: comunismo e anticomunismo em Uberlândia*, UNICAMP, 2000). Agradecemos também aos amigos/as, companheiros/as de luta de Olívia Calábria e autoridades que referendaram o documento, encaminhado à coordenadora da premiação no Brasil, a feminista Clara Charf.:

1. Rose Marie Muraro – Escritora e precursora do Movimento Feminista no Brasil na década de 70
2. Jane de Fátima Silva Rodrigues – Historiadora, Professora Universitária e Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher de Uberlândia
3. Gercina Santana Novaes – Diretora de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia e Voluntária da ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia
4. Nilza Alves de Oliveira – Professora Universitária e ex-Vereadora
5. Zaire Rezende – Prefeito Municipal de Uberlândia
6. Edna Borges do Nascimento – Poeta e Membro do IAT (Instituto de Artes do Triângulo)
7. Cláudia Costa Guerra – Historiadora, Professora Universitária e Diretora da ONG SOS Ação Mulher

Família de Uberlândia

8. Oscar Virgílio Pereira – Advogado
9. Martha de Freitas Azevedo Pannunzio – Escritora e ex-Vereadora
10. Soraia Mohamed Homaied – Diretora da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero/ SMDS/PMU
11. Antônio Ricardo Michelotto – Professor
12. Antônio Pereira da Silva – Historiador
13. Liza Fernandes Prado – Vereadora
14. Luiz Alberto Rodrigues – Presidente do PPS de Uberlândia

## Entrevista com D. Olívia Calábria

### Jane de Fátima Silva Rodrigues

*Trechos de uma entrevista concedida por Olívia Calábria a Jane de Fátima Silva Rodrigues, em 1986, quando a pesquisadora realizava um levantamento de dados para a constituição de seu mestrado, priorizando a formação político-partidária em Uberlândia. Olívia Calábria inaugura esta nova seção deste Caderno que, com certeza, há de revelar inúmeras memórias dos feitos femininos.*

\* \* \*

D. OLÍVIA: Quando eu nasci? 1916.

JANE: Então... a família ficou dois anos no Prata e Bom Jardim?

D. OLÍVIA: É, o meu pai ficava no Prata com o meu tio e o Tio Américo é que eu não me lembro se ele ficou aqui em Uberlândia, tenho quase informação que seria dele, eu tenho a impressão de que ele veio também, mas não tenho muita lembrança não... O Tio Guilherme eu tenho certeza que ele ficou lá, trabalhando... e ele morava conosco... E, a mamãe então, lá, ela costumava para fora, ela tinha muita freguesia muito grande, e também aprendeu a costurar por si, não tinha escola, porque não usava, não é, mas as pessoas inteligentes aprendiam por si, e tinha uma freguesia muito boa, ajudou muito o meu pai... trabalhando.

*Jane de Fátima Silva Rodrigues. Doutora em História Social pela USP, Professora da ESAMC e UNIMINAS/Uberlândia/MG; Coordenadora de Extensão do NEGUEM – Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia.*

JANE: E a militância política da Sra., vai acontecer quando?

D. OLÍVIA: Eu comecei a militar mesmo, em 1945, quando terminou a guerra.

JANE: Bom, então antes da legalidade não podia...

D. OLÍVIA: É, não se comentava nada, porque a pressão era muito grande. Então, quem era comunista não comentava mesmo, mas, havia possibilidade então e chegavam livros... e eu ia lendo os livros.

JANE: A Sra. se lembra de algum título de livro queleu e que ficou mais marcante?

D. OLÍVIA: Ficou, é... “Onde dirige o Proletariado”. Quer dizer, o País onde o proletariado dirige... Então o título era assim: “Onde dirige o Proletariado”. Eu ficava encafifada com aquele título e ficava pensando: Que país é esse onde o proletariado dirige? Era a Rússia, não é? Então lá o proletariado é que dirige, e eu gostava...

JANE: A Sra. chegou também nesse período a ler alguma obra de Marx?

D. OLÍVIA: Não. Não. Era só livro de Newton. Então, contando como é que era... Ele até fez o livro “Princípio do Capital” porque depois que li sobre capital é que eu vejo que o assunto do livro era de capital, mas eu não me lembro o nome do livro não. Então, ele comentava não é, por exemplo, uma indústria, ou então um comércio, o lucro que o comércio tem. Quando ele chegava a vender a última mercadoria daquela onda de compra que ele fez, ele teve um lucro extraordinário naquela época de desenvolvimento capitalista, porque hoje já esta diferente. Hoje, pra poder ter lucro, tem que vender correndo, ou então uma grande quantidade de venda pra poder pegar o lucro, porque a carestia é muito grande, o dólar sobe demais, então, tem empresas que enriquecem rapidamente porque vendem muito, mas aquela empresa que vende pouco, ela não tem tanto lucro.

JANE: Como a Sra. se entrosou com os membros do partido em Uberlândia?

D. OLÍVIA: Aí eu passei a militar mesmo. Entrei para o partido..

JANE: A Sra. se filiou?

D. OLÍVIA: Eu filiei e passei a ler cada vez mais, estudando e participando... Aí então nós, como o Partido Comunista a função dele era organizar o povo, nós, as mulheres, ficamos com a tarefa de organizar as mulheres, aí nós organizamos. Mas, a organização de mulheres não tem nada com o Partido Comunista. É uma organização, a tarefa nossa é organizar. Mas, a organização é independente. Ela é dirigida pelo estatuto, pela diretoria e pela assembléia. Então, as mulheres só recebiam orientação, ensinamentos, mas, não era comunista e muita gente confundia, achava que porque os comunistas que formavam a organização, que a organização era comunista. Não. Organização Comunista é uma coisa, agora Organização de Massa é outra muito diferente. Sindicato, por exemplo: os comunistas que estão lá dentro, atuam para que eles discutam, tenham maiores conhecimentos e tenham o direito e obrigação de orientar. Mas, o Sindicato não é comunista.

JANE: E essa organização tinha muitas adeptas?

D. OLÍVIA: Tinha. Nós estávamos com umas... de 500 a 800 sócias.

JANE: De que camada social eram essas mulheres?

D. OLÍVIA: Todas. Desde a mulher pobre, trabalhadora, dona de casa, mulheres ricas, todo mundo porque a luta da mulher é muito grande, variada... E a principal dela, porque sempre existe um traço comum, que a carestia de vida atinge todo mundo, não é então a luta... Nós criávamos salão de costura, escola, por toda parte criava-se escola. Se um bairro não tinha ponte, nós todas íamos trabalhar para criar aquela ponte, íamos fazer estudo com a prefeitura para fazer criar



aqueles pontes, escolas, igrejas...

JANE: Como o poder municipal via o partido? Havia respeito pelos elementos do partido? Como a prefeitura via essa situação de vocês?

D. OLÍVIA: É, Oscar Virgílio era comunista também, mas é diferente, advogado. O outro era médico. Henckmar Borges, ele era comunista, ele era espírita, ele arregimentava a juventude, fazendo teatros, então a juventude o adorava. E lá na prefeitura, vereador era respeitado. Roberto Margonari, o Waldemar Silva, todos esses elementos que eram mesmo a “cabeça” do Partido, eram respeitados, porque sabiam trabalhar e colocar os problemas. O que o Partido faz? É estudar o problema social para poder corrigir os erros e criar leis favoráveis, a todos. Não é um partido para comer crianças nem matar ninguém, como era a campanha aqui. E a campanha foi para poder liquidar com o partido.

JANE: E essa campanha anti-comunista, como foi organizada em Uberlândia?

D. OLÍVIA: Ah, veio de fora! Geralmente quem organiza essas campanhas assim, são os grupos econômicos que têm interesse de continuar explorando. Então quando os comunistas criam leis para defender o interesse do povo, eles então procuram combater para poder amortecer o juízo do povo, porque o povo é atrasado, não conhece, acredita então naquela reação. O interesse americano, por exemplo, ele tem interesse em fazer campanha contra o comunismo, porque vai prejudicar o interesse dele e não vai poder ficar explorando o povo, não é?

JANE: De uma maneira geral, a população uberlandense recebia bem os membros do partido?

D. OLÍVIA: Era respeitado... e tanto que nós fazíamos comícios aí e os comícios eram cheinhos de gente. Nós fazíamos passeatas formidáveis, o João, vou cantar para você uma música que eles fizeram da

Associação dos Choferes, reivindicações deles, então a cidade quando houve a vitória, a passeata de caminhões, de carros nas ruas pela vitória da luta, foi uma beleza, entupiu a cidade, não teve jeito mais do trânsito seguir... recebeu o apoio do povo, não é?

JANE: Havia então uma certa simpatia em relação ao partido? Os próprios sindicatos tinham essa simpatia?

D. OLÍVIA: O sindicato em Uberlândia nunca foi forte não. O sindicato em Uberlândia tinha assim... ele tinha na direção, nunca era operários, sempre eram pelegos, pessoas interessadas em desorganizar e não em organizar. Então, havia só luta reivindicatória por aumento de salário, por interesse próprio. Um operário queria resolver um problema dele, ia para o sindicato, mas não havia aquela força sindical de assembléia, de todo mundo querer discutir sobre o problema, de entender que o sindicato era a casa de sua defesa... Não havia isso, não era... porque o sindicato é organização de luta e os governos então nunca tiveram interesse em deixar o sindicato agir.

JANE: Então, a Sra. acredita que o partido agiu mais como partido do que atuando no sindicato?

D. OLÍVIA: É, tinha alguns comunistas que atuavam nesse sindicato, mas não tinha prática. Não tinha prática de como dirigir os operários e como esclarecer...

JANE: Pelo que a Sra. está contando pode-se chegar à conclusão de que houve um momento áureo do partido em Uberlândia?

D. OLÍVIA: É, teve. Esse momento foi em 45 e depois em 47 já foi fechado o Partido. O popular já tinha sentido, farejado o bem que o Partido fazia levantando as reivindicações, então que era mais popular do que dentro dos sindicatos. Então havia muita organização de bairro, comitês populares de defesa dos bairros, às vezes para pedir luz, água, conserto de ruas, calçamento. O povo aprendeu a gostar do Partido. O Partido fazia muitos comícios, muita festa, então quando

veio a ilegalidade imposta pelo governo, no governo de...

JANE: Gaspar Dutra.

D. OLÍVIA: É, o Partido permaneceu na “semi-ilegalidade” por causa do hábito e então o partido não teve condições, porque não havia muitos membros preparados, estudados, porque tem que estudar pra lutar com consciência, então tem que formar elementos estudados para poder dirigir. Então ele foi se esfacelando. Mas, a consciência modificou... então existe hoje, aqui em Uberlândia, uma consciência política bem evoluída, porque no passado leram muito e eu, por exemplo, vendia muitos livros, e, tinha outros também que distribuíam jornais, livros, tinham bancas que vendiam livros, todo mundo interessado em estudar, então, o que leu, aprendeu, não esqueceu... E, os filhos desses elementos, hoje, estão aí atuando. Eu tenho encontrado com diversos que iam assistir as palestras que eu ia fazer. Então, eles vêm e falam: — “Olha, eu era “pititinha” e você ia lá na minha casa e falava...” Então a gente militava o dia inteirinho, fora e dentro da união e com o Partido também, eram duas militâncias diferentes que a gente fazia. Então a gente ia pra essas vilas todinhas, à pé, andava por todo lado, fazendo palestras permanentes, fazendo defesa do petróleo. Fazíamos defesa do petróleo. Então, nós íamos na vila fazer defesa do petróleo e as pessoas ainda falavam assim: — “Escuta, mas por que vocês estão defendendo esse homem?” Eles achavam que o petróleo era “homem”. Então quando houve a cassação dos deputados, eles perguntavam: “Por que estão cassando eles? Eles estão perdidos?”. Então, não havia assim, ainda, amadurecimento político. Naquela época é que eles começaram a ver, a escutar nas palestras.

JANE: Havia algum jornal do Partido aqui em Uberlândia, D. Olívia?

D. OLÍVIA: Não. Aqui em Uberlândia não tinha jornal

próprio do Partido, não. Tinha do Sindicato dos Choferes, tinha jornal. Tinha um jornal nosso, mas que vinha do Rio de Janeiro, era o Momento Feminino. Jornal muito bom, explicava sobre puericultura, sobre problema de casais... Era um jornal das mulheres: Momento Feminino. Mas, nós não tínhamos nosso jornal.

JANE: Mas a conscientização, vocês faziam através de palestras?

D. OLÍVIA: Boletins...

JANE: Esses boletins o próprio Partido distribuía?

D. OLÍVIA: É, nós mandávamos imprimir e distribuía... E, fazia também através da União Feminina. Quando queria esclarecer qualquer assunto das mulheres, a União Feminina mesma fazia os boletins e distribuía. Então nós fazíamos, por exemplo, lá na Vila Martins. Nós fazíamos uma palestra lá em defesa do petróleo. Explicar para o povo o que era o petróleo. Então eu ia, falava sobre o petróleo, porque eu lia em jornais, pegava e lia sobre petróleo. Então eu transmitia aquilo e já deixava boletins ali pra eles lerem sobre o petróleo, quais os produtos que o petróleo criava, que eram milhares, desde batom, esmalte, cera para encerar casa, essas cadeiras que são feitas, as formicas. A gente ia fazendo as palestras e explicando todo o valor do petróleo. Era uma riqueza, o “ouro preto” que o Brasil tinha e os norte-americanos queriam embarcar aí. Então nós lutamos muito para a defesa do petróleo e fazíamos palestras formidáveis... e o povo aceitava...

JANE: E havia intervenção da polícia D. Olívia, nessas palestras, nessas reuniões?

D. OLÍVIA: Não. Não havia não. Havia intervenção da polícia quando... tinha ondas, de vez em quando tinha aquele ataque de polícia. Fazíamos palestras na prefeitura e a polícia ia lá e ficava de metralhadoras ao redor vigiando a gente. Nós fazíamos reuniões da União Feminista. A União Feminista ficou tachada de

comunista e então nós fazíamos festas para as mulheres e a polícia ia com metralhadoras. Então, nós juntávamos a direção da União Feminina e conversava com a polícia: “Olha aqui, nós precisamos é de bala doce pra crianças, não é de bala desse tipo aí não”. Mas eles não atiravam não. A gente só conversava com a polícia. Só uma vez que houve um congresso de mulheres e nós fomos lá... O Tubal Vilela que era o prefeito... Nós fomos lá na prefeitura levar as nossas reivindicações para ele atender que era porpostos de saúde, feiras livres, abrir mais escolas, tudo era reivindicações para o povo. Mas o Tubal era muito burro, apesar de ter um lado muito bom, tinha um outro muito ruim... Então ele mandou a polícia nos atacar. Foi a vez que nós fomos presas, eu fui e muitas outras donas de casa.

JANE: Teve tumulto?

D. OLÍVIA: Teve. Foi a única vez que nós enfrentamos tiroteio de perto assim. Então, nessa época eu estava com uma sombrinha e quando vinha a polícia agarrando as minhas companheiras, eu quebrei a sombrinha na cabeça dele, e ele gritando: “Desgraçada, tirou sangue na minha cabeça...” apontando para mim. Nós ficamos presas muito tempo. Fomos para Uberaba, ficamos lá uns 15 a 20 dias. Aí, saímos com *habeas corpus*. Tinha muita reação porque as coisas foram apertando. A reação foi apertando o feixe, foi combatendo, foi prendendo muitos comunistas, e soltava... mas aí a massa foi ficando meio assustada com isso, então foi isolando um pouco.

JANE: E nesse incidente, provocado por Tubal Vilela, o próprio partido, na ilegalidade, interveio? Como é que vocês conseguiram o *habeas corpus*?

D. OLÍVIA: Não, foi a família. A minha família, vendo que eu estava presa, procurou um advogado.

JANE: Não teve interferência dos líderes em nível nacional?

D. OLÍVIA: Não teve não. Porque cada estado, cada cidade

tinha seu problema, então cada um ia resolvendo seus problemas por lá. E aqui, foram nós mesmas, o Dr. João Edson é que foi o advogado nosso. Então nós fomos soltas aqui. Pagava uma importância e ficávamos uns dias presas. Mas depois ninguém pegava nesse dinheiro não. Aí, nós saímos livres, mas continuamos trabalhando do mesmo jeito, distribuindo jornais, livros.

JANE: E quando o Luis Carlos Prestes veio a Uberlândia, como foi a reação do Partido e da União Feminina?

D. OLÍVIA: Luis Carlos Prestes veio aqui várias vezes. Na primeira vez que ele veio, o Partido estava na legalidade, então foi um comício muito bonito. Mas tinha um grupo de Uberaba, guiado por um Bispo de lá, que arregimentava uma turma para vir fazer provocações nos comícios. Então fazia procissão. Aí, então os elementos do Partido, Henckmar Borges, Virgílio, Roberto, falavam: “Vocês fiquem quietos. Não falem nada não, não aceitem provocações”. Então eles faziam as procissões, muita gente, mulherada, e ficava tudo ao redor pegando nos inocentes... E, geralmente, as mulheres não tem conhecimento político, então elas eram um passo para os maldosos. Aí, como nós não topávamos provocações, que às vezes tinha algum mais exaltado que começava a xingar, aí a gente falava assim: “Não gente, calma. Vamos ficar quietos aqui...” Aí, nós fazíamos os comícios, os oradores falavam e todo mundo ouvia, até os que estavam na procissão... e até era positivo, não é? Então esse período foi muito difícil até porque... parece que foi de 45 a 50, esse período mais forte assim, da reação... É, foi de 47 a 54 parece... Foi até a morte de Getúlio... Uma reação forte mesmo.

JANE: Isso, de extrema direita...

D. OLÍVIA: Eram os integralistas, que chamavam Partido Popular... Como é que era... PTB, e a gente chamava de integralista mesmo. Era onde tinha o Moacir de

Carvalho, diversas pessoas daqui. Então eles eram uns oito elementos, assim mais acirrados... Quando nós fazíamos reuniões na prefeitura, geralmente o comunista é mais consciente então, quando tinha uma reunião na prefeitura mais era comunista mesmo, mas não porque era comunista... era por causa da consciência. Porque o dia em que todo mundo tiver consciência, nem haverá mais Partido Comunista... O povo é que vai se dirigir mas, pela consciência, por isso é preciso que o povo leia muito, estude bastante, tenha interesse, como já está se interessando. Então, esses integralistas iam lá pra fazer provocação... lá na prefeitura, ou então em assembléia que tinha aí e vinha pessoas de fora pra falar que tinha aquela assembléia... Mas eles iam lá para fazer provocações... Mas não topávamos, porque se fosse topar saía briga, pra quê?

JANE: Eles tinham uma plataforma, o que combatiam?

D. OLÍVIA: É, eles combatiam o comunismo.

JANE: E pregavam o quê?

D. OLÍVIA: Não pregavam nada. Só combatiam o comunismo. Porque o programa deles, até certo ponto, era igual ao nosso. Era escolas, acabar com o analfabetismo, combater a carestia de vida, melhorar a situação para o povo. Então o programa deles coincidia com o nosso. Agora, eles eram contra a posição. Porque nós, do Partido Comunista, não almejamos o poder. O Partido Comunista almeja levar o povo ao poder. O povo organizado, não é? Então eles pensam assim: "Já pensou se um operário vai tomar conta do poder?" Mas, aí, seria um operário classificado, que tenha estudo, que tenha conhecimento, mas por uma pessoa crua, pra dirigir o país, é impossível. Tem que por uma pessoa que tenha conhecimento, que seja inteligente, que tenha tática, que tenha maneira, não é? Não é agora, qualquer um que vai dirigir. O operário que vai ao poder, é um operário consciente, organizado, um operário que tem condições para dirigir.

Então, eles achavam que quem ia para o poder era o analfabeto, o que não sabe nada. Então virava o quê? Eles faziam combate era contra isso, um tipo completamente estranho, não é?

JANE: Ao lado dos integralistas, havia o PSD a UDN...

D. OLÍVIA: O PSD, a UDN, o PTB, o PC, tinham esses partidos todos, mas eram partidos neutros. A UDN é que era mais esquisita. Ela era mais radical, era em defesa dos interesses do capitalismo mesmo, da exploração. Então, era a tal ARENA depois veio o PDS, então esses elementos que estão aí com o Paulo Maluf, tem um grupinho que está diminuindo. Esse grupinho vai acabar. Porque você vê que essa turma do PDS que passou para a Frente Liberal, já é uma formação nova, diferente...

JANE: E quando é que a Sra. começou a se interessar pela política, D. Olívia?

D. OLÍVIA: Olha, eu acho que comecei desde criança, porque eu ouvia a conversa do meu pai, da minha mãe, dos meus tios. Então aquilo foi desenvolvendo, aquele espírito de luta, de combate à miséria. Então, quando eu tinha 16 anos, devido às conversas que eu tinha com os estudante, eles então me enxergavam como “comunista”. Porque em 17 com a revolução da Rússia, o Brasil já tinha ali uns clandestinos.

JANE: Bom, vamos então retomar. A Sra. leu livros, foi se interessando e quando o partido entrou na legalidade...

D. OLÍVIA: Quando o papai morreu, a nossa família era maçom, então a maçonaria procurou a mamãe para ver se tinha um filho que pudesse estudar, ia estudar no Liceu de Uberlândia. Daí ela disse que não tinha nenhum filho com curso primário completo, mas ela ajudando os meninos, e eu ouvi a conversa, então eu... Então eu fui estudar no Liceu. E aí, nesse tempo, que o meu pai morreu em 30, mais ou menos em 32, 33... aí eu entrei em contato com os estudantes. Foi quando o meu pai morreu, ele morreu em 30. Agora quando



eu entrei para a escola eu já tinha a política na cabeça. Então ali a gente participava de passeatas e já estava com aquela essência política que veio em 35, 37, foi naquele período que teve mais movimentação política. Então, já tinha partido aqui, mas eu não entrava em contato com eles. Eles faziam teatros, e era proibido pela polícia. Eles faziam comício, era proibido pela polícia. Nós fazíamos passeatas e era proibido pela polícia... Então eu ficava indagando porque eles proibiam? Era uma questão boa, e teve um movimento operário, eu não me lembro o nome dele não, então eu fui chamada para fazer um discurso político. Aí eu entrei em contato com algumas pessoas que tinham mais conhecimento político, mas eu não sabia o que eles eram. Eles falavam que era do Movimento Sindical. Então fiz um discurso e reuniu operários onde hoje é o cinema ali na praça da prefeitura.

JANE: Cine IT...

D. OLÍVIA: Cine IT... Era um cinema antigo então depois já não era cinema mais porque o salão já tinha enchido de operários. Então, quando foi para eu falar nesse discurso, já havia esse movimento operário, que foi fechado. E eu me perguntava: "Mas pra que se é um Movimento tão bom?" Eu não tinha a compreensão de luta de classe, de política, não conhecia ainda. Porque nós fomos educados: Classe Dominante x Operários, porque papai convivia junto com os operários, minha mãe junto com os operários, comiam lá em casa, não havia diferença. Pra nós eram todos a mesma coisa: Trabalhadores. E aí foi, nesse período, já fui começando a descobrir que existia uma classe dominante, que explorava os operários, que eles tinham que se organizarem para lutar contra a exploração; pelos que queriam igualdade de direitos... eu achei bom demais... mas aí fecharam tudo... foi quando veio o Estado Novo... Em 37 quando o Getúlio deu aquele golpe. Só depois de 1945, quando o partido foi para a legalidade é que a gente começou a entrar mais na

política, a trabalhar...

JANE: E a Sra. se filiou ao partido?

D. OLÍVIA: É, filiei.

JANE: E tinha muitas mulheres, D. Olívia?

D. OLÍVIA: Tinha, tinha muitas mulheres, muitas mesmo... moças bonitas, jovens, foi todo mundo, todo mundo nas ruas. Então parece que todo mundo estava acompanhando as campanhas mais gerais, mas assim, no partido político, quando fazíamos comícios que o povo ia para ouvir, tinha aquele que ia ouvindo e foi aderindo ao partido, porque foi entendendo que o Partido Comunista é uma partido político que defende os direitos do povo em geral, não só do trabalhador... defende o nosso país que estava quase colônia dos americanos, todo mundo sofre, o industrial, é o pequeno, é o comerciante pequeno, todos sofrem. Então, o Partido Comunista não vai defender só os interesses dos operários, ele defende os interesses gerais, contra a exploração de uma nação maior...

JANE: E, de uma modo geral a Sra. acha que o Partido teve uma boa aceitação entre os trabalhadores?

D. OLÍVIA: Teve, teve sim. Nós organizamos muito bem o Partido aqui, funcionava bem. Mas esses que morreram deixaram filhos, deixaram parentes, deixaram a ideologia... Então em Uberlândia tem uma ideologia política avançada que já agradece ao trabalho do Partido. Porque ele já estava na legalidade por dois anos. Depois foi para a ilegalidade e como o partido já estava acostumado com a ilegalidade, ele permaneceu naquela semi-ilegalidade...

JANE: Inclusive em 1950, tentam 3 vereadores do partido...

D. OLÍVIA: Quatro... Quatro, mas parece que não era na legião do partido... Era da legião do PTB. Eram Roberto Margonari, Henckmar Borges, Virgílio Mineiro e Enock Correia, os quatro. Depois alguns deles ganharam outra vez... O Roberto, o Virgílio outra vez, o

Chico, e tinha outros que não eram declarados comunistas, mas que eram pessoas avançadas, de idéias democráticas... Depois, por volta do golpe de 64, estava o Argemiro como vereador... Esse que seria bom você conversar com ele: Argemiro Lima.

JANE: E, na família D. Olívia, só a Sra. que tinha essas inspirações?

D. OLÍVIA: Não, a família toda... Eu tinha muito apoio da minha família. A família Calábria é conhecida como comunista...

JANE: E, a Sra. acha que isso veio do pai da Sra., da militância dele em São Paulo?

D. OLÍVIA: É, o ambiente da família. Que não foi só o meu pai, o Tio Guilherme também. O Tio Guilherme era político, tinha influência política evolutiva. Porque eles eram anarquistas, mas não eram anarquistas de fazer anarquia como dizem. Eles eram políticos, só não eram comunistas porque não tinha o Partido Comunista.

JANE: Então, eles se integraram ao Anarquismo?

D. OLÍVIA: É, eles se integraram no Anarquismo.

JANE: Mesmo na época do Partido Comunista na legalidade, tinham outros imigrantes, famílias estrangeiras que aderiram ao Partido?

D. OLÍVIA: Não me lembro não. Tinha, porque a formação de Uberlândia é toda de estrangeiros, então, eu acho que Uberlândia, apesar de ter uma classe dominante conservadora, tem também, uma evolução intelectual no meio estudantil. Mas assim, definir comunista... Só a nossa... Destacada como comunista.

\* \* \*

## AOS COLABORADORES (AS)

---

### Das normas para apresentação de originais

O *Caderno Espaço Feminino* é uma revista **multidisciplinar** que mesmo possuindo seu Conselho Editorial, não se responsabiliza pelos conteúdos de cada texto publicado, à medida em que o objetivo é polemizar e nunca enquadrar os artigos dentro de uma única perspectiva teórico-metodológica.

Seguindo a premissa anterior da multidisciplinaridade, é necessário que cada colaborador(a) trabalhe conceituando em nota de rodapé, ou no próprio texto, esclarecendo o(a) leitor(a) o que necessariamente não pertence à área do(a) autor(a).

Ao aceitarmos artigos inéditos para a publicação, exigimos que os mesmos venham revisados quanto à ortografia e sintaxe.

O material para publicação deverá ser encaminhado para a Coordenação do Setor de Publicações do CDHIS em duas vias impressas em papel A4, digitadas em **espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12** e obedecendo, para **margens**, as **medidas: direita e inferior: 2,5cm; superior: 3cm; esquerda: 4cm**; acompanhado de diskete ou encaminhado para o e-mail: **[cdhis@ufu.br](mailto:cdhis@ufu.br)**.

Os trabalhos digitados devem estar de acordo com aspectos formais segundo técnicas e procedimentos científicos, bem como padrões atualizados da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

As colaborações a serem publicadas na Revista *Caderno Espaço Feminino* poderão ter os seguintes formatos:

a) Artigos que apresentem contribuição inteiramente nova ao conhecimento e que estejam relacionados com trabalhos na área de gênero e afins. Incluem-se aqui os resumos de trabalhos com resultados parciais e/ou finais originados de projetos de pesquisa. Devem conter: Títulos, Referências Bibliográficas.

b) Os trabalhos devem conter resumo em português e em espanhol ou inglês, com o máximo de 04 linhas; palavras-chave em português e em espanhol ou inglês (mínimo de três e máximo de cinco); referências bibliográficas e notas no pé de página. Os trabalhos não devem exceder a vinte e cinco laudas, incluídos anexos.

c) Artigos considerados de relevância para a área ainda que não tenham caráter acadêmico.

d) Resenhas que devem conter um mínimo de 03 e um máximo de 05 páginas e respeitar as seguintes especificações técnicas: dados bibliográficos completos da publicação resenhada no início do texto, nome(s) do(s) autor(es) da resenha com informações, no pé da página, sobre a formação e a instituição a que esteja vinculado; referências bibliográficas e notas no pé de página.

e) Biografias

f) Entrevistas

Em folha à parte, em envelope lacrado, o(a/s) autor (es/as) deverá(ão) apresentar as seguintes informações:

a) título de trabalho;

b) nome completo do(a)(s) autor(a)(es/as);

c) titulação acadêmica máxima;

d) instituição onde trabalha(m) e a atividade exercida na mesma;

e) endereço completo para correspondência;

f) telefone para contato;

g) endereço eletrônico, se for o caso;

h) apontar(caso julgue necessário) a origem do trabalho, a vinculação a outros projetos, a obtenção de auxílio para a realização do projeto e quaisquer outros dados relativos à produção do mesmo.

Ao enviar o material para publicação, o(a)(s) autor (a)(es) está(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, concordando com as diretrizes editoriais.

Todos os artigos serão apreciados pelo Conselho Editorial. A simples remessa dos originais, implica em **autorização para a publicação** do mesmo.

Os originais submetidos à apreciação do Conselho Editorial não serão devolvidos. A Revista *Caderno Espaço Feminino* compromete-se a informar os autores(as) sobre a publicação ou não de seus textos.



## FICHA DE ASSINANTE

---

NOME COMPLETO

---

PROFISSÃO

---

TELEFONE

---

ENDEREÇO

---

BAIRRO

---

CIDADE

ESTADO

---

C E P

ASSINATURA ANUAL Nº \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_ . R\$ 20,00

Nº AVULSOS \_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_ . R\$ 15,00 (CADA EXEMPLAR).

Envie a FICHA DE ASSINANTE devidamente preenchida, junto com cheque nominal para NEGUEM – Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, para o endereço:

NEGUEM – Universidade Federal de Uberlândia  
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco Q – Campus Santa Mônica  
Cep 38400-902 – Uberlândia-MG  
Telefone: (34) 3239-4236 – 3239-4501  
e-mail: cdhis@uufu.br